



WOOD SECTOR, ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY AND SOCIAL DIALOGUE



PROJETO FINANCIADO PELA UNIÃO EUROPEIA





Introdução

O projeto Good Wood, que a Confapi e todos os parceiros têm levado a cabo com empenho e paixão, envolvendo também intervenientes europeus, nacionais e locais, teve como objetivo potenciar e reforçar o diálogo social como ferramenta para facilitar a transição para a economia verde e economia circular, de empresas do sector da madeira e do mobiliário. O momento histórico atual exige medidas extraordinárias e urgentes por parte da UE, que devem contemplar a plena participação de todos os atores, incluindo entidades patronais e organizações sindicais.

Todos sabemos que a renovação em uma chave verde representa uma oportunidade que as empresas podem e devem agarrar; podendo ser uma alavanca para o crescimento e também em termos de novos modelos de produção e de empregos.

Juntamente com os objetivos da UE, o projeto visa à formação e a informar os atores envolvidos com a particular atenção às novas tecnologias e incentivar a inovação tanto nos processos de produção, bem como, nos produtos, através da requalificação dos seus

funcionários no sector das madeiras e mobiliário.

O trabalho realizado evidenciou o quanto é importante o papel dos governos nacionais, bem como, o da UE; de facto, o suporte institucional é necessário ao processo, ao providenciar incentivos e medidas de proteção, dentro da visão que não só se limita a ações pontuais e isoladas, mas que seja capaz de revisar a política industrial. É estratégico fomentar não só o diálogo social bipartido, mas também o diálogo tripartido, envolvendo assim todos os parceiros sociais e as autoridades públicas competentes.

No final deste caminho positivo e lucrativo que espero que possa ser pioneiro para futuras ações ponderadas e sob medida. Agradeço sinceramente todos os “companheiros de viagens” Centro de Estudo da Câmara do Comercio Guglielmo Tagliacarne, Câmara do Comercio da Bulgária, o Sindicato Búlgaro PodKrepa, a Confederação Europeia das Industrias das madeiras (CEI-BOIS) e a AIMMP, Associação das Madeiras e Mobiliário de Portugal.

Um sincero agradecimento também aos sindicatos sectoriais FILLEA CGIL, FILCA CISL e FENEAL UIL pela colaboração preciosa e ativa em todas as atividades do projeto.

Maurizio Casasco

Presidente da CONFAPI



— Este relatório foi realizado no âmbito do projeto “Good Wood – Notas para um dialogo social verde” financiado pela convenção: VS/2019/0029. “Good Wood” foi implementado por uma parceria transnacional e de múltiplas partes interessadas:

- Confapi (Coordenador) – Confederação Italiana das pequenas e médias empresas privadas
- CEI-Bois – Confederação Europeia das Industrias das Madeiras
- CSGT – Centro de Estudo da Câmara do Comercio Guglielmo Tagliacarne srl– Centro de Pesquisa Da união Italiana da Câmara do Comercio
- BCCI – Câmara do Comercio da Bulgária – associação dos principais empregadores na Bulgária
- Podkrepa CL –associação de trabalhadores a nível nacional na Bulgária
- AIMMP – Associação das Industrias das Madeiras e Mobiliário de Portugal .

— A atividade de pesquisa por detrás deste relatório foi coordenada pelo Centro Studi G. Tagliacarne (Debora Giannini e Annapia Ragone) e todos os parceiros do projeto que participaram ativamente:

- AIMMP: João Ferreira, Vítor Poças, Pedro Trindade
- Câmara do Comercio Búlgaro: Gabriela Dimitrova, Miroslava Markova, Beata Papazova
- Cei-Bois: Patrizio Antonicoli, Margherita Miceli
- Centro Studi G. Tagliacarne: Debora Giannini, Annapia Ragone
- Confapi: Flavio Bonardi, Isabella Condino, Maurizio Mosca, Francesca Ricciuti
- Podkrepa CL: Adrian Iliev, Maria Petrova.

— Projeto “Good Wood – Notas para um dialogo social verde” financiado pela União Europeia. O conteúdo deste documento reflete apenas a visão do autor, ou seja, dos parceiros, do projeto “Good Wood”. A Comissão Europeia não é responsável pelo seu uso e do que possa ser feito das informações nele contidas.





Índice

INTRODUÇÃO	2
Apresentação	5
Sumário Executivo	6
01. ESTRUTURA DO SETOR, ENQUADRAMENTO LEGAL E POLÍTICO, PRINCIPAIS ATORES.....	14
1.1. Enquadramento ao nível da EU.....	15
1.2. Enquadramento em Itália.....	22
1.3. Enquadramento na Bulgária.....	30
1.4. Enquadramento em Portugal.....	35
02. OPINIÃO DOS STAKEHOLDERS	42
2.1. O painel ao nível da EU	43
2.2. O painel em Itália.....	46
2.3. O painel na Bulgária.....	56
2.4. O painel em Portugal	59
03. EXEMPLOS DO DIÁLOGO SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE	62
3.1. Introdução	63
3.2. O acordo Europeu para a prevenção da exposição ao formaldeído.....	64
3.3. A experiência de um acordo de nível II sobre a problemática das emissões de CO ₂	68
3.4. Formação - Ação no sentido do cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável.....	71
3.5. CNUF® - Urna Ecológica Certificada	75
Anexo Glossário “Good Wood”	77



Apresentação

Este relatório foi elaborado pelo “Good Wood Project”, financiado pela Comissão Europeia.

O “Good Wood Project” teve como objetivo fomentar o diálogo para o desenvolvimento sustentável do sector das madeiras através da realização dos workshops, visitas de estudo envolvendo os parceiros sociais. Em simultâneo os parceiros do projeto realizaram uma pesquisa documental e de campo. A pesquisa foi entrelaçada com outras atividades: os resultados das pesquisas foram apresentados nos eventos do projeto enquanto os mesmos forneceram informações, contactos ou acompanhamento para o estudo.

A pesquisa realizada por todos os parceiros (a nível UE, na Bulgária, Itália e Portugal) tinha como objetivo específico:

1. Resumir o quadro político e jurídico para o sector das madeiras sobre os tópicos do projeto: sustentabilidade ambiental, bio economia, economia circular, dialogo social
2. Recolha de dados dos pontos de vista do painel de parceiros interessados acerca dos principais desafios para um sector das madeiras verde.

3. Encontrar experiencias de um dialogo social verde.

O relatório encontra-se estruturado em três partes:

Parte 1 –Estrutura do sector, quadro político e jurídico, principais intervenientes

Parte 2 –Opinião dos parceiros interessados

Parte 3 –Experiencias de um dialogo social verde.

Antes do começo da pesquisa, os parceiros do projeto partilharam um glossário que foi útil para uma abordagem conjunta de palavras chave como: dialogo social, bio economia, economia circular, bio economia circular; o glossário encontra-se no anexo deste relatório.

O relatório encontra-se disponível em diversas línguas do projeto: Búlgaro, Inglês, Italiano e Português.

Os textos originais para analise a nível da UE, a nível nacional para a Bulgária e Portugal foram redigidos em Inglês. O texto original para analise, a nível Italiano foi redigido em Italiano.



Sumário Executivo

O SECTOR DAS MADEIRAS AO NÍVEL DA UE

As indústrias das madeiras na UE são um sector complexo e intenso sector laboral. A quarta maior indústria transformadora da UE em número de empresas (170.000), seguida do mobiliário (120.000). As indústrias das madeiras sozinho emprega mais de 1 milhão de pessoas contribuindo com €133 bilhões de euros para o PIB (2017). Juntamos o sector mobiliário, e a mão de obra aumenta para perto dos 2 milhões com um facturamento anual nos €243 bilhões. Ambas as indústrias incluem um grande número de PME's muitas das quais situadas em áreas rurais.

O desempenho global do sector é fortemente afetado pelo panorama económico geral e em particular pelo acesso às matérias primas - do lado da oferta - e do desempenho do sector da construção - do lado da procura.

O SECTOR DAS MADEIRAS NA BULGÁRIA

A silvicultura tem uma longa tradição no país e desempenha um importante papel económico, ambiental e social. O país é o terceiro mais rico em biodiversidade da Europa e as florestas tem um papel ambiental e recreativo cada vez mais importante.

As florestas representam 31,6% do território nacional, o que coloca a Bulgária em 19º lugar na Europa. A maioria dos territórios arborizados são propriedade do estado (73% da sua área total).

A produção de madeira em bruto e produtos à base de madeiras está diretamente relacionado à fabricação de móveis. A indústria do mobiliário produz cerca de 2.6% do PIB total do país, menos de 10% do PIB industrial e mais de 20% do PIB da indústria de transformação.

De acordo com os dados estatísticos mais de 97% das empresas do sector do mobiliário na Bulgária são PME. Os produtos fabricados consoante o objeto de atividade incluem mobiliário para hotéis, mobiliário de escritório, mobiliário de cozinha, mobiliário emoldurado, mobiliário com estofados, mesas e cadeiras, mobiliário tubulares.

O SECTOR DAS MADEIRAS EM ITÁLIA

Em Itália, as empresas ativas da “cadeia de abastecimento de madeiras” (que inclui a indústria da madeira) – ATECO 16.29.1 e a indústria de transformação do mobiliário – ATECO 31.01) são 51,933 (em 31/12/2018) e representam 1.01% do total das empresas ativas.

O valor acrescentado de toda a cadeia produtiva da madeira (mais de 11 bilhões de euros em 2016) representa 0.77% nacional onde cresceu 0.01 pontos percentuais apesar da redução do número de empresas.

Em termos de valor acrescentado e emprego é a indústria do mobiliário –ao falarmos estritamente - que apresenta o melhor desempenho. Os investimentos em ativos tangíveis aumentaram apesar da contração de todo o sistema empresarial do sector das madeiras. Em 2016 representaram 1.48% do investimento total. No sector do mobiliário as exportações representaram 2.12% do total exportado em 2018, equivalente a 11 bilhões de euros, face a 0.41% representado pelas exportações das empresas transformadoras.

O SECTOR DAS MADEIRAS EM PORTUGAL

O sector das madeiras representa 8% da indústria transformadora de Portugal.

51% das empresas ativas estão localizadas na região norte e 26% na região centro do continente. 87% das empresas empregam menos de 10 trabalhadores o que é uma característica marcante da distribuição do tamanho do sector (ver Tabela 1).



O sector da transformação da madeira emprega cerca 60.000 trabalhadores, exporta aproximadamente 3.000 milhões de euros por ano e apresenta um balance comercial positivo, cerca de 1.000 milhões de euros.

O sector representa a norte 0.7% do valor acrescentado bruto Português (VAB) e cerca de 2.6% do PIB.

Tanto a 1ª transformação da indústria das madeiras e da indústria do mobiliário apresentaram uma evolução positiva do GAV de 2,5% por ano, entre 2010 e 2018.

GPOLITICAS VERDES A NIVEL DA UE

A “estratégia Florestal da UE” revista em 2013 abrange toda a cadeia de valor e fornece uma referencia fundamental para o desenvolvimento das politicas florestais da UE; enfatiza a função da gestão florestal sustentável e o papel multifuncional das florestas.

Em dezembro de 2019, a Comissão Europeia revelou a proposta de um acordo verde da UE “Estratégia de crescimento”: menciona florestas com uma forte ênfase na preservação e conservação preservação e recuperação, mas, na verdade, não desenvolve as oportunidades que as florestas e o sector de base florestal podem oferecer. Sob o mesmo ‘Pacote Green Deal’, a Comissão Europeia também publicou um plano de ação da Economia Circular a 11 de

Março 2020, com elementos relevantes para o sector da madeira: anuncia uma “iniciativa legislativa de política de produtos sustentáveis” (2021) para alargar a diretiva de design ecológico e aplicar os princípios circulares a grupos de produtos prioritários, incluindo mobiliário; anuncia a “Estratégia para um ambiente construído sustentável” (2021).

A UE no final de 2018 divulgou a atualização de sua estratégia original de Bio economia de 2012. O objetivo era “acelerar a implantação de uma bio economia europeia sustentável para maximizar sua contribuição para a agenda 2030 e seus objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e o acordo de Paris [Mudanças Climáticas]’. A cadeia de valor da madeira está no centro dessa transição.

A Agencia Europeia do Ambiente afirmou claramente que a circularidade e a eficiência dos recursos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da bio economia de base florestal (ver relatório No 8/2018 “A economia circular e a bio economia. Parceiros na sustentabilidade”). As ações prioritárias incluem: aumentar a mobilização de madeira de florestas de gestão sustentáveis; aumentar o uso eficiente de recursos da biomassa e ao mesmo tempo agregar valor ao desenvolver novos produtos com base em resíduos de processamento de madeira. Aumentar a durabilidade dos produtos de madeira; aumentar o uso de madeira na construção; melhorar o design do produto para facilitar a desmontagem;





apresentar esquemas de renovação e reparação de produtos duráveis, tal como, mobiliário.

Reforçar políticas industriais e a “ecologização” da economia figuram entre as prioridades identificadas pelos parceiros sociais da UE. As principais iniciativas a nível da UE nesta área incluíram monitoramento e follow-up nas políticas de mobilização de madeira, política de energias renováveis e economia circular. Uma iniciativa recente abordou questões específicas relacionadas às relações industriais por meio de uma abordagem conjunta empregadores – trabalhadores: É o projeto conjunto CEI-Bois/EFBWW/European Panel Federation (EPF): a primeira parte do projeto resultou em um acordo assinado por EFBWW e EPF no “Guia de Ação” sobre formaldeído, que visa implementar limites de exposição na indústria de fabricação de painéis à base de madeira.

POLITICAS VERDES NA BULGARIA

A principal legislação é a “Lei Florestal” (2019), com mais de 20 regulamentos de implementação.

Outros documentos nacionais estratégicos que delineiam o quadro para o desenvolvimento do sector:

1. A “Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Sector Florestal 2021-2025”
2. O “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Florestal 2014-2023” que define 20 objetivos operacionais: para a implementação dos objetivos estão previstas 102 ações e um montante de

aproximadamente 200 000 000 EUR a serem atribuídos.

Tanto o dialogo social, bem como, a bio economia circular são considerados cruciais para um desenvolvimento sustentável no sector da madeira. Infelizmente, sob a pressão de fatores económicos a política seguida na Bulgária a nível nacional durante décadas para preservar, desenvolver e expandir a floresta foi abandonada.

As relações laborais ainda não se relacionam de forma adequada com as questões do desenvolvimento sustentável. O desafio agora é vincular o desenvolvimento sustentável a questões essenciais como: competitividade da indústria de processamento de madeira da Bulgária, sistemas de gestão florestal, padrão de vida dos trabalhadores florestais na indústria de processamento, questões de conservação do património natural.

Ao mesmo tempo na Bulgária a importância do meio ambiente e o impacto do trabalho das empresas ganha impulso. Mais e mais empregadores estão a antecipar e a dar importância à sustentabilidade ambiental, mas ainda faltam cláusulas nos acordos coletivos.

POLITICAS VERDES NA ITALIA

Em outubro 2019, o decreto do Clima, que representa o pilar do Green New Deal – juntamente com a lei do orçamento, o anexo ambiental para o Salve – Lei Plano do Mar – prevê a aprovação do Plano Nacional Estratégico.

Com o decreto de 11 de janeiro de 2017 e alteração de julho de 2019 é ditada a adoção dos critérios ambientais mínimos (CAM) para o serviço de fornecimento e aluguer de mobiliário de interior. Esta obrigação garante que a política nacional de contratos públicos verdes seja incisiva não só no objetivo de reduzir os impactos ambientais, mas também na promoção de modelos de promoção e consumo “circular” mais sustentável e na difusão do emprego “verde”.

Com a receção e adoção do pacote de diretivas europeias sobre resíduos e economia circular, a Itália deve antecipar para 2025 a meta europeia de 60% de reciclagem de resíduos urbanos e afins fixada em 2030 através de uma separação de resíduos superior a 70% e trazer o reaproveitamento e preparação para reutilizar os resíduos urbanos para 10%.

Em outubro 2017, de acordo com os compromissos assumidos em setembro 2015 para a agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do Meio-Ambiente (MATTM) que elaborou “Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável” com o objetivo primordial de melhorar as condições socioeconómicas em Itália. Esta estratégia nacional menciona a economia circular e resiliente às mudanças climáticas como o modelo de referencia-chave.



Na frente da bio economia, em 2016 a Presidência do Conselho de Ministros promoveu a “Estratégia da Bio economia Italiana”, envolvendo diversos ministérios, a Agência para a Coesão Territorial e os clusters tecnológicos nacionais de química verde (SPRING) e o cluster do sector agroalimentar (CLAN). A “Estratégia de Bio economia Italiana” (BIT) visa alcançar um aumento de 20% na atividade económica e empregos na bio economia Italiana até 2030.

No relatório de 2019 GreenItaly, pela Fondazione Symbolae Unioncamere, Itália é apontada como sendo o líder Europeu na economia circular e na reciclagem de resíduos. Um indicador da taxa de “circularidade da economia” é fornecido pela taxa de utilização de materiais secundários em relação às matérias-primas: com 17.1% do consume total de materiais secundários (que inclui também biomassa e materiais energéticos) a Itália apresenta um desempenho muito acima de média Europeia.

No que se refere aos resíduos de madeira pós-consumo, mais de 95% dos resíduos de madeira são destinados a fabricas de painéis para a industria do mobiliário.

Na Itália, os órgãos bilaterais são frequentemente a expressão e o resultado do dialogo social. São entidades privadas constituídas por sindicatos e associações patronais. O diálogo social inclui: observadores conjuntos, formação continua e criação de organismos bilaterais de formação previstos no CCNL; diretrizes para negociações complementares; Acordos de segundo nível de algumas grandes empresas.

POLITICAS VERDES EM PORTUGAL

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020) foi adotada pelo Governo Português em abril de 2010 (Despacho do governo no. 24/2010, abril 1st); é estruturado em torno de quatro objetivos:

- Reduzir a vulnerabilidade e aumento da capacidade de resposta
- participação, sensibilização e divulgação
- cooperação Internacional.

Em Portugal o quadro estratégico para as políticas do Clima (QEPiC) foi aprovado pela Despacho do Governo no.56/2015. Os objetivos do QEPiC são:

- promover a transição para uma economia de baixo carbono por meio do compromisso com uma economia verde (CCV)
- garantir a redução sustentada das emissões de gases de efeito estufa (GEE) de forma a cumprir a eficiência energética (em 2030 menos 30% no que se refere à linha de base energética)
- garantir uma participação comprometida nas negociações e cooperação internacionais
- promover a pesquisa, a inovação e o aumento do conhecimento
- promover o envolvimento social nos desafios das mudanças climáticas potencializando o surgimento de ações individuais e políticas
- melhorar a eficácia dos sistemas de informação, dos relatórios e do monitoramento
- assegurar a governação e a incorporação dos objetivos climáticos nos domínios sectoriais previstos nomeadamente pelo plano nacional para as alterações climáticas (PNAC 2020/2030) e pela estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas (ENAAAC 2020).

O objetivo de reforçar a bio economia circular no sector das madeiras em Portugal pode ser viabilizado pela combinação de um dialogo social crescente e de novos estilos de gestão, de forma a alcançar um crescimento económico mais bem preparado e para todos as partes interessadas.

A OPINIÃO DOS STAKEHOLDERS AO NÍVEL UE

A estrutura das industrias das madeiras também difere na Europa. Embora existam diferenças entre países e subsectores também se observa uma tendência de consolidação com uma reestruturação da industria, no sentido menos, mas maiores empresas. A integração também é uma tendência bem estabelecida nos países nórdicos onde as maiores bio refinarias são fabricantes de produtos de madeira que coexistem em produção integrada usando biomassa para produzir produtos de madeira, celulose e papel, produtos químicos de base biológica, bio combustíveis, eletricidade e calor. Apesar da tendência geral de concentração do mercado ainda vão existir nichos de mercado para pequenas empresas e as mesmas vão manter o negócio lucrativo.

Do lado regulatório a ambição da UE em ser pioneira na luta global contra as mudanças climáticas comprometendo-se com a neutralidade climática até meados o século pode acarretar uma perda de competitividade devido ao aumento do ónus regulatório, a menos que sejam adotadas medidas para corrigir possíveis desequilíbrios ao garantir que a transição seja realizada de forma socialmente justa. Ao mesmo tempo a transição para a bio economia circular oferece oportunidades para o sector e para as empresas e trabalhadores Europeus em geral.



O sector da madeira no geral, terá (a oportunidade) de criar uma reputação positiva na sociedade. A última primavera de ativismo jovem em questões de mudança climática também pode resultar numa orientação mais forte para sectores que fornecem bio produtos e que contribuem fortemente para uma economia circular.

Oportunidades de competências podem resultar em crescimento individual e em melhores oportunidades de carreira para os trabalhadores. As mudanças na tecnologia, produtos e processos de produção também podem oferecer oportunidades para novas formas de organização do trabalho e melhores condições laborais.

As mudanças em direção a cadeias de valor totalmente circulares também oferecem oportunidades de criação de empregos. Um exemplo é a tendência atual de aumento da reutilização e reforma de produtos de mobiliário. Iniciativas para estabelecer esquemas de responsabilidade estão a ganhar terreno na Europa proporcionando oportunidades de emprego a todos os níveis de pagamento, além de outras funções de apoio, como logística invertida.

A OPINIÃO DOS STAKEHOLDERS NA BULGARIA

Em relação aos deficits, obstáculos, barreiras, constrangimentos e desafios, os Stakeholders mencionaram: baixa produtividade do trabalho; difícil acesso ao financiamento e aos fundos estruturais da UE para investimento na renovação de equipamentos de exploração de madeiras,

maquinas, linhas de produção e transporte de madeira; falta de apoio por parte dos bancos nos projetos de investimento; baixa participação de territórios florestais certificados e empresas florestais certificadas; fragilidades das politicas e do quadro estratégico para o sector; deficit de matérias primas de origem sustentável, qualidade e preço competitivo especialmente na madeira de folhosas; eficiência energética, os custos energéticos da produção final são duas vezes mais elevados em comparação com os custos energéticos médios da UE; os salários são os mais baixos da UE, o que constitui uma vantagem competitiva mas também torna a industria pouco atraente para os trabalhadores qualificados; os custos de produção são mais elevados em comparação com a media da UE; baixo investimento em tecnologia, inovações, P&D, etc.

As principais sugestões para a melhoria da situação no sector da madeira na Bulgária são:

- o sector precisa de uma reestruturação e reformas consistentes para enfrentar a globalização acelerada e o aumento da concorrência
- esforços devem de ser feitos para alcançar posições de mercado sustentáveis
- há necessidade de estratégia de trabalho consistente no sector, visando mais e melhores empregos de qualidade
- há necessidade de uma estratégia de formação profissional visando padrões mais elevados de qualificação em sustentabilidade e bio economia circular
- é importante promover uma atitude pró-ativa em nome dos trabalhadores e seus sindicatos • a negociação coletiva no sector deve ser desenvolvida no contexto de um “diálogo social verde”.

Propostas para apoiar a bio economia circular no sector de processamento de madeira:

- a implementação de modelos de negócios de economia circular requer uma mudança estrutural dentro das organizações, com compromissos da administração.
- o empenho pessoal e a atitude dos trabalhadores também são cruciais para a introdução de uma abordagem verde e circular: empresas em que a circularidade está ligada a objetivos sociais, a ética e a espiritualidade podem aumentar o envolvimento da equipe
- aumentar a consciência sobre o ponto de que uma abordagem verde e circular significa aumentar a competitividade
- modelos de negócios circulares precisam de novas abordagens de produção:
 - adoção de abordagens de ciclo de vida do produto
 - transparência e divulgação de informações não financeiras
 - relevância de alcançar os objetivos de sustentabilidade (estratégias de RSE e Agenda 2030 da ONU)
 - Conscientização das partes interessadas e dos consumidores
 - Compreensão plena por todos os Stakeholders dos conceitos de valor, circularidade e suas oportunidades, ao ter consciência do potencial de criação de novos empregos

A OPINIÃO DOS STAKEHOLDERS EM ITALIA

As partes interessadas que participaram concordaram com as seguintes recomendações:

- fortalecer o diálogo social para vencer um desafio que diz respeito a uma responsabilidade compartilhada entre empregadores e trabalhadores
- fomentar a perspectiva intersectorial, “definindo regras para a cadeia de abastecimento”, ao promover a união / harmonização dos contratos
- para apoiar a “responsabilidade ambiental alargada”, é imprescindível a inclusão de “cláusulas de sustentabilidade” nos contratos, desde o nível nacional até ao nível empresarial, atuando em toda a cadeia de processamento e utilização de materiais
- a negociação integrativa (segundo nível) é um catalisador fundamental para “dobrar” as inovações de produto / processo “verdes”

- os acordos a nível europeu podem desempenhar um papel crucial, mas devem ser acompanhados de informação exaustiva, sensibilização e medidas de formação a nível nacional e local.
- os parceiros sociais, unidos, podem promover parcerias de projeto decisivas, encorajando a experimentação, práticas e códigos voluntários que podem trazer consigo a mudança cultural necessária
- os parceiros sociais são chamados a construir consenso sobre os valores da sustentabilidade ambiental, agindo em conjunto para melhorar a eficácia da comunicação e a sensibilização de todas as partes interessadas
- o diálogo social é um motor fundamental para a ação em matéria de legislação e políticas a nível da UE
- os órgãos legislativos e dirigentes a nível nacional devem ser instados pelos parceiros sociais a transpor rápida e eficazmente as diretrizes europeias e a adoção de incentivos que recompensem boas empresas e seus trabalhadores “
- o diálogo social deve ser fortalecido de forma tripartido - fomentando o diálogo com instituições em todos os níveis, e também criando comitês diretivos para promover projetos e experiências
- o diálogo social deve ativar percursos conjuntos para empresários e trabalhadores: informação, formação, troca de experiências, definição de modelos e processos
- o diálogo social pode atuar de forma eficaz na promoção de ações no campo educacional e cultural, por meio de campanhas e iniciativas ao longo da vida, desde o ensino fundamental.

A OPINIÃO DOS STAKEHOLDERS EM PORTUGAL

O excesso de legislação em Portugal (tanto as diretivas Europeias como as leis nacionais) podem ser avassaladores em alguns casos, no que diz respeito à responsabilidade e responsabilidade pela gestão de resíduos.

As pequenas empresas preocupam-se em não cumprir toda a legislação de gestão de resíduos devido à falta de informação

clara, preparação e qualificação dos seus trabalhadores, bem como da gestão.

Existem vários exemplos de empresas que já implementam produtos ecológicos ao usar os principais conceitos de uma bio economia circular para maximizar o ciclo de vida de seus produtos. Valorizam não só o aspeto económico, mas também a responsabilidade social, considerando que devem incentivar seus trabalhadores dando exemplos significativos no que diz respeito à proteção ambiental.

Um conceito baseado na abordagem da análise de ciclo de vida está a ser implementado por algumas empresas, assumindo a forma de “custódia do produto” ou de empresas a serem “guardiães dos seus produtos”. Essas iniciativas voluntárias ou demandas do mercado podem promover uma mentalidade mais responsável para empresas e trabalhadores e com a consciência limpa de que estão a contribuir para uma economia circular mais verde.

O acordo coletivo de trabalho foi publicado em 2012 e está desatualizado neste momento. É necessário harmonizar as categorias profissionais do sector da madeira, em toda a Europa, de forma a beneficiar a dinâmica do trabalho no mercado comunitário e definir claramente as competências e a progressão na carreira. O diálogo social deve ser reforçado e fortalecido para transformar os desafios atuais em oportunidades, tanto para os trabalhadores, bem como, para as empresas.

As partes interessadas reconheceram que a principal força do diálogo social é a prevenção de conflitos sociais e também a possibilidade de adaptação das condições de trabalho. Além disso, foi referida a necessidade de fazer todos os ajustes necessários para melhorar a cobertura dos acordos coletivos aos números que existiam pouco antes do período de crise.

Há uma forte necessidade de conciliar a economia global com a defesa dos direitos sociais. Por isso, o diálogo social é muitas vezes feito a nível informal em algumas empresas, de forma a envolver os trabalhadores para uma maior sensibilização para a economia verde e as implicações que ela pode ter em cada empresa.

Além disso, foi consenso generalizado que existe necessidade de melhorar a qualificação dos trabalhadores, através da combinação da educação formal, e cursos de formação específicos, também para se preparar para os novos desafios dos novos modelos de negócio, e da incorporação do conceito de uma bio economia circular que deve ser considerada de forma integrada. Outro aspeto importante foi a necessidade de reforçar / reinstaurar os contratos coletivos para ter um sector mais competitivo.



EXPERIÊNCIAS DO DIALOGO SOCIAL VERDE

A principal constatação foi a necessidade deste tipo de experiências tanto a nível da UE como a nível nacional. Quatro experiências foram selecionadas, porque combinam uma abordagem verde com o componente de diálogo social.

O ACORDO EUROPEU SOBRE PREVENÇÃO DE EXPOSIÇÃO AO FORMALDEÍDO representa um exemplo de acordo a nível europeu que delineia uma estratégia de diálogo social e, ao mesmo tempo, fornece elementos de funcionamento e comparação que podem ser utilizados por empresas individuais, com um papel ativo dos trabalhadores.

A EXPERIÊNCIA DE UM ACORDO DE NEGOCIAÇÃO DE NÍVEL II - A QUESTÃO DO CO₂ As EMISSÕES, embora digam respeito a um sector produtivo distinto da madeira, é um caso de negociação de segundo nível que inclui objetivos de sustentabilidade - uma espécie de ferramenta que os parceiros sociais reconhecem ser crucial para concretizar modelos de negócio sustentáveis e participativos.

O CAMINHO DE AÇÃO -FORMAÇÃO

“RUMO A UM NEGÓCIO SUSTENTÁVEL COM O SDGS COMO UM BÚSSOLA!” oferece um modelo de formação contínua em objetivos de sustentabilidade empresarial, concebido a partir do diálogo social.

O programa visa a implementação de ações participativas por parte dos trabalhadores, da gestão e das partes interessadas.

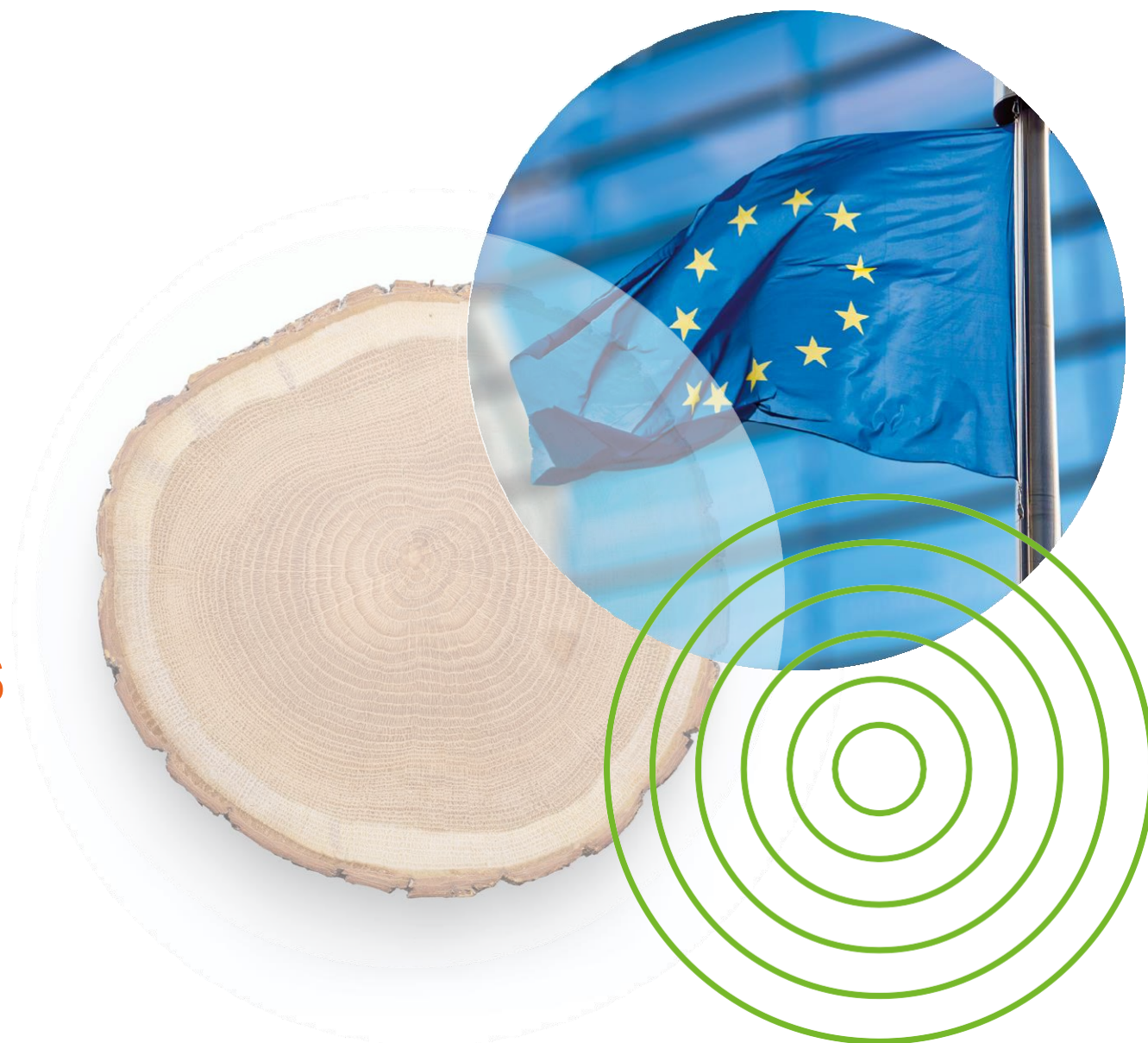
CNUF® - CAIXÃO ECOLÓGICO CERTIFICADO,

É um esquema de certificação que funciona em várias dimensões para promover a cooperação entre os parceiros sociais visando condições de trabalho benéficas a todos os níveis, ao mesmo tempo que coopera para uma produção ambientalmente responsável reforçada.



01

ESTRUTURA DO SETOR, ENQUADRAMENTO LEGAL E POLÍTICO, PRINCIPAIS ACTORES





A Parte 1 do relatório inclui: um resumo do enquadramento socioeconómico e jurídico do sector da madeira e referências às principais políticas e atores com referência específica às questões de sustentabilidade.

Devido ao foco do projeto, foi dada atenção à sustentabilidade ambiental, por um lado, e ao diálogo social, por outro.

Esta parte foi pensada como um documento de informação básico para os Stakeholders do projeto; associações de empregadores e sindicatos; é tanto para contextualizar as outras atividades do projeto, como tal, um ponto de partida para a perceção e reflexões. A análise foi realizada em base documental pelos parceiros do projeto, a nível da UE, Bulgária, Itália e Portugal.

> 1.1. Enquadramento ao nível da Eu

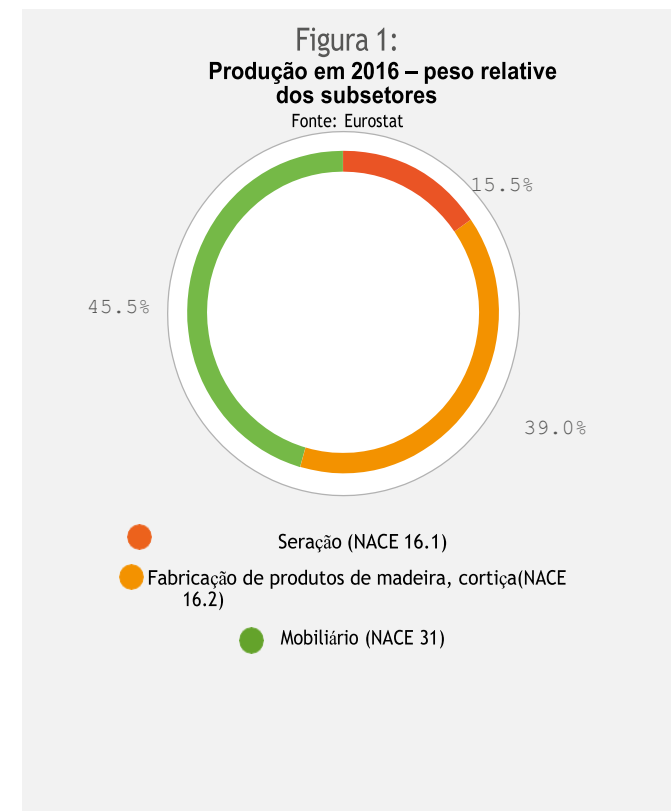
1.1.1 O SETOR DA MADEIRA NA EU Estrutura, principais características e dados económicos

As indústrias de madeiras da UE são um sector complexo e que exige muita mão de obra. É a quarta maior indústria transformadora da UE em número de empresas (170.000), seguida do mobiliário (120.000). Só as indústrias da madeira empregam mais de 1 milhão de pessoas e contribuem com 133 bilhões de euros para o PIB da UE (2017). Juntando o sector do mobiliário, a força de trabalho sobe para quase 2 milhões e a faturação anual para € 243 bilhões. Ambas as indústrias incluem um grande número de PMEs, muitas das quais em áreas rurais.

As empresas da Industria das Madeiras também são muito variadas, focadas em uma ampla gama de produtos e estágios de processamento de madeira ao longo da cadeia de abastecimento. Incluem serrarias, plantas de aplainamento, especialistas em tratamento de preservação, fabricantes de pisos, contraplacado e outros produtores de painéis à base de madeira e fabricantes de folheados, marcenaria, carpintaria, produtos de construção, paletes,

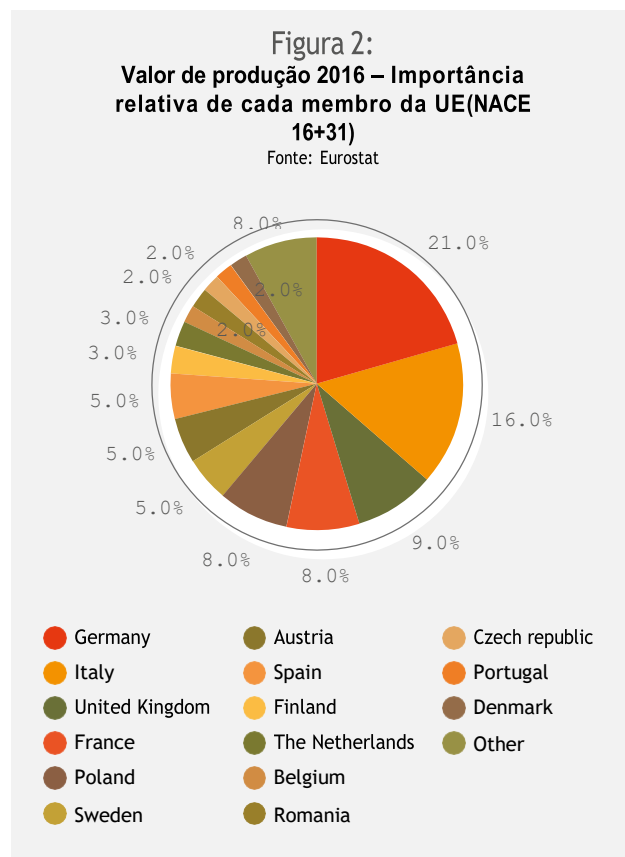
embalagens entre outros.

Em 2016, o valor da produção das indústrias da madeira e do mobiliário ascendeu a 221 milhões de euros. A importância relativa do subsector é mostrada abaixo na Figura 1:



01

Alemanha, Itália, Reino Unido, França e Polónia tem das maiores indústrias da madeira e mobiliário, o sector é um importante motor da economia em toda a UE.



Cerca de 35% da produção das indústrias das madeiras é exportada, com forte prevalência do comércio intra-UE, que representa 70% da exportação total, enquanto o setor do mobiliário vendeu 22% da sua produção para fora da UE. No geral, o valor da UE-28, as exportações de produtos de madeira e mobiliário totalizaram quase 33 bilhões de euros em 2016, enquanto as importações de países não pertencentes à UE totalizaram 34 bilhões de euros. O mobiliário foi responsável por quase 73% das importações extra-UE de produtos da madeira em 2016. O desempenho global do sector é fortemente afetado pela conjuntura económica geral e, em particular, pelo acesso às matérias-primas - do lado da oferta - e pelo desempenho do sector da construção - do lado da procura.

Enquadramento político, regulatório e legislativo

A indústria das Madeiras contribui ativamente para a realização das principais prioridades políticas da UE, como a redução das emissões de GEE em conformidade com o Acordo de Paris e a implantação de uma bio economia circular da UE, garantindo simultaneamente a criação de empregos e a estabilidade do emprego.

Ao mesmo tempo, enfrenta um cenário político complexo a nível da UE, nacional e internacional: um estudo recentemente encomendado pela Comissão Europeia indicou que até 245 itens de política afetam o sector florestal a nível da UE, direta ou indiretamente. Um breve resumo das políticas mais relevantes é fornecido abaixo.

- Política florestal e Agrícola:

A “Estratégia Florestal da UE ” revisto em 2013 abrange toda a cadeia de valor e fornece uma referência fundamental para o desenvolvimento da política florestal da UE. A Estratégia, que é voluntária por natureza, enfatiza o papel do manejo florestal sustentável e o papel multifuncional das florestas, a contribuição do sector florestal para o desenvolvimento rural, o crescimento e a criação de empregos e a responsabilidade florestal global.

- Mudanças climáticas e políticas de energia:

Essa área tem um impacto direto significativo no sector. O Quadro de Energia e Clima para 2030 estabelece metas para melhorar a eficiência energética da UE em pelo menos 32,5% e aumentar as energias renováveis para pelo menos 32% do consumo final de energia da UE até 2030 e para reduzir pelo menos 40% dos gases de efeito estufa dos níveis de 1990.

O cumprimento das metas de energia renovável para 2020 e 2030 terá um impacto direto na forma como a madeira colhida é utilizada, pois a competição entre os diferentes usos da madeira (energia e material) aumentará, juntamente com a pressão sobre os recursos florestais. O Regulamento LULUCF da UE incorpora as emissões e remoções de GEE relacionadas a terras agrícolas e florestais no quadro climático da UE de 2021 a 2030.

Políticas ambientais:

A UE está na linha da frente dos trabalhos de combate ao desmatamento e degradação florestal: o Plano de Ação FLEGT (Forest Law Enforcement and Governance) da UE foi estabelecido em 2003. Visa prevenir a importação de madeira ilegal para a UE, melhorar o fornecimento de madeira legal e aumentar a demanda por madeira de florestas manejadas de forma responsável. O regulamento da madeira da UE (Reg. EU 995/2010) proíbe a colocação pela primeira vez de madeira e produtos de madeira extraídos ilegalmente no mercado da UE.

Políticas de Emprego:

Embora a competência neste domínio seja principalmente da responsabilidade dos Estados-

No âmbito do mesmo ‘Green Deal Package’, a

Membros da UE, as políticas Europeias estabelecem normas mínimas que têm impacto no sector da madeira e do mobiliário da UE.

Política de Produtos:

A política de produtos da UE visa principalmente garantir a saúde e a segurança do consumidor. O Regulamento dos Produtos de Construção estabelece as condições para a comercialização de produtos de construção e a utilização associada da marcação CE (Regulamento UE 305/2011).

Mais recentemente, a Comissão Europeia revelou a proposta de um Acordo Verde da UE como a nova "estratégia de crescimento" da UE. O pacote inclui uma série de políticas e propostas legislativas que visam globalmente à neutralidade climática, dissociação do crescimento do uso de recursos e conservação da natureza, tudo de uma forma justa e inclusiva. A Comunicação do Acordo Verde menciona principalmente as florestas com forte ênfase na preservação e restauração, mas não menciona as oportunidades que as florestas e o sector de base florestal podem oferecer. Eles estão resumidos no conceito de bio economia circular. Alguns dos recursos mais importantes podem ser mencionados aqui:

- o potencial total de mitigação do clima do sector florestal é melhor alcançado levando-se em consideração a ação das florestas e dos

Comissão Europeia publicou também um **Plano de**

produtos de madeira colhidos como sumidouros e armazenamento de carbono, e o efeito de substituição dos produtos de madeira; os edifícios em madeira são aliados fundamentais na construção de baixo carbono: 1 m3 de madeira armazena quase 0,9 tonelada de CO2 e permite poupar em média mais 1 tonelada de CO2 em comparação com materiais funcionalmente equivalentes;

- **a bio economia florestal e a circularidade estão interligadas;** a madeira é um recurso renovável; é processado de forma eficiente, uma vez que subprodutos e resíduos podem ser aproveitados como matéria-prima de outros produtos derivados da madeira ou energia; é reutilizável e reciclável: por exemplo, no sector das embalagens de madeira, a recuperação, reparação e reutilização de paletes de madeira já são práticas industriais padrão;
- **a bio economia traz empregos e crescimento nas áreas rurais, periferias e áreas urbanas:** 170.000 empresas na UE pertencem à indústria da madeira, que dá emprego a 1 milhão de trabalhadores e acrescenta 142 bilhões de euros à economia. O sector de base florestal como um todo representa cerca de 420.000 empresas com um facturamento total de mais de 520 bilhões de euros e cerca de 3,5 milhões de trabalhadores.⁰¹

Ação para a Economia Circular atualizado a 11 de março

de 2020. A comunicação também contém elementos relevantes para o sector da madeira; para nomear alguns: - anuncia uma iniciativa legislativa de política de produtos sustentáveis (2021) para alargar a Diretiva Eco design para além dos produtos relacionados com a energia e para aplicá-la a grupos de produtos prioritários, incluindo mobiliário - um sector intimamente ligado ao da madeira.

- Onde anuncia as estratégias para um Ambiente Construído Sustentável (2021), que incluiria regras revisadas no Regulamento de Produtos de Construção;
- Reconhece o papel dos produtos de madeira de longa vida como soluções baseadas na natureza para armazenar o carbono removido da atmosfera por meio da fotossíntese.

Entre os principais centros de investigação institucionais do sector é importante referir o European Forest Institute e o European Joint Research Centre, e em particular o Knowledge Center for Bioeconomy lançado em 2017.

1.1.2 DIÁLOGO SOCIAL

O diálogo social da UE sobre o trabalho da madeira abrange as atividades definidas pelo código 16 da NACE (Rev. 2), nomeadamente a serração e o fabrico de madeira, cortiça, espartaria e cestaria. Os parceiros sociais sectoriais são a Federação Europeia dos Trabalhadores da Construção e da Madeira (EFBWW

- organização dos trabalhadores) e a Confederação Europeia das Indústrias da Madeira (CEI-Bois - organização de empregadores).

As áreas de trabalho do atual comitê incluem a política da indústria, incluindo ações inovadoras, mudanças demográficas e desenvolvimento sustentável, educação e treinamento vocacional, saúde e segurança e política ambiental.

O fortalecimento das políticas industriais e a crescente consciencialização ecológica da economia, estão listados entre as prioridades identificadas pelos parceiros sociais para os anos 2018 – 2019. As principais iniciativas a nível da UE nesta área incluíram o acompanhamento e acompanhamento das políticas relativas à mobilização de madeira, política de energias renováveis e economia circular.

Além de, duas iniciativas recentes abordaram questões específicas relacionadas às relações industriais por meio de uma abordagem conjunta empregadores-trabalhadores. O projeto conjunto CEI-Bois / EFBWW / European Panel Federation (EPF), concedido pela Comissão Europeia, focou nas Perspetivas e Desafios das Indústrias de Trabalho da Madeira na Europa e entregou recomendações práticas para empresas e trabalhadores do sector. A primeira parte do projeto resultou em um acordo assinado entre EFBWW e EPF sobre um “Guia de Ação” sobre formaldeído, que visa implementar limites de exposição recomendados pelo Comitê Científico Europeu sobre Limites de Exposição

Ocupacional na indústria de fabricação de painéis à base de madeira e, portanto, acelerar a proteção dos trabalhadores à escala europeia. A segunda parte do projeto focou em como aumentar a atratividade do sector para os trabalhadores.

A segunda iniciativa também abordou a segurança no local de trabalho: a “European Wood Dust Conference”, organizada em colaboração com os parceiros sociais da UE, serviu como um fórum de troca de informações e boas práticas sobre a implementação do novo valor limite de exposição ao pó de madeira recentemente definido pela CE na Diretiva Europeia 2017/2398.

1.1.3 Bio economia circular e sustentável

O Acordo Climático de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definem a agenda global para os desafios de sustentabilidade de hoje. Por um lado, conforme confirmado pelo recente relatório especial do IPPC, um aumento além de 1,5 ° C em comparação aos níveis pré-industriais acarretaria mudanças devastadoras nos ecossistemas e na vida no planeta. Por outro lado, a tendência de crescimento

da população humana global, com aspirações a um estilo de vida igual ao das nações mais ricas hoje, torna um desafio reverter os impactos adversos sobre o planeta de nosso atual modelo de desenvolvimento económico.

A implantação de uma bio economia circular é cada vez mais vista como parte da resposta a esses desafios, e a indústria da madeira tem um papel a desempenhar nessa transição.

Em resposta a esses desafios económicos, ambientais e sociais, a UE, no final de 2018, publicou a atualização de sua Estratégia de Bio economia de 2012 original. O objetivo era "acelerar a implantação de uma bio economia europeia sustentável para maximizar a sua contribuição para a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Paris [Mudanças Climáticas]", em linha com os objetivos anteriormente definidos pela Ação de Economia Circular Plano (2015).

A abordagem holística da bio economia circular significa reduzir a dependência de combustíveis fósseis para energia e manufatura e limitar o uso de outros recursos finitos, usando mais recursos renováveis de base biológica. Esses requerem menos energia e resultam em menos emissões na produção, uso e descarte do que as contrapartes funcionalmente equivalentes e podem ser recuperados, reciclados e reutilizados.

A cadeia de valor da madeira está no centro dessa transição: ela começa com matérias-primas de origem sustentável, seguida por um processamento altamente eficiente em recursos, fornecendo uma variedade de produtos de madeira para inúmeras aplicações. Além disso, subprodutos como pó de madeira e aparas podem ser usados para a fabricação de um número crescente de produtos ou como uma fonte de energia renovável. Praticamente todos os produtos de madeira podem ser reutilizados e reciclados.

A cadeia de valor da madeira está no centro desta

transição: ela começa com matérias-primas de origem sustentável, seguido por um processamento altamente eficiente em termos de recursos, proporcionando uma infinidade de soluções. Esta contribuição é cada vez mais reconhecida por partes interessadas e instituições como a Comissão Europeia.

A circularidade e a eficiência dos recursos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da bio economia de base florestal, pois ajudam a reduzir a pressão sobre as florestas devido ao aumento da demanda de biomassa. Mais sinergias poderiam ser criadas, e o sector enfrenta uma série de desafios para continuar a progredir na transição. As ações prioritárias incluem:

- aumentar a mobilização de madeira de florestas geridas de forma sustentável;
- aumentar o uso eficiente de recursos da biomassa, agregando valor para as indústrias de processamento de madeira, desenvolvendo novos produtos com base em resíduos de processamento de madeira;
- aumentar a durabilidade dos produtos à base de madeira através do tratamento com materiais técnicos conservantes, permitindo ao mesmo tempo a reciclagem final do produto;
- aumentar o uso de madeira na construção; além das vantagens já mencionadas de energia e economia de carbono, a madeira oferece a possibilidade de reduzir o uso geral de materiais e, portanto, a quantidade de resíduos gerados no setor de construção, o que

envolve pesquisas para superar as barreiras técnicas e administrativas remanescentes, bem como, a educação e treinamento sobre os aspetos técnicos das espécies de madeira;

- melhorar o design do produto para facilitar a desmontagem e recuperação de materiais bióticos e abióticos (por exemplo, em móveis ou produtos de construção);
- introduzir esquemas de renovação e reparo de produtos duráveis, como móveis.

1.1.4. SUSTENTABILIDADE, BIO ECONOMIA CIRCULAR E DIALOGO SOCIAL

Conforme explicado no paragrafo acima, as indústrias das madeiras já são atores importantes na transição para a bio economia, e estima-se que mantenha seu papel nas próximas décadas. Ao mesmo tempo, o potencial de crescimento está condicionado à disponibilidade de mão de obra qualificada.

Por exemplo, 53% dos trabalhadores na indústria das madeiras do Reino Unido tem mais de 40 anos, e a severa escassez de habilitações se materializará se o número de novos trabalhadores permanecer ao nível atual.

As iniciativas de diálogo social destinadas a reforçar a cooperação dos parceiros sociais em questões como a segurança no trabalho são fundamentais para melhorar a atratividade do setor: o acordo sobre a exposição ao formaldeído foi alcançado previamente a qualquer regulamento vinculativo da UE, provando que os parceiros sociais estão empenhados em fornecer soluções. Ações conjuntas para reter as competências e atrair jovens trabalhadores são, portanto, uma condição prévia para a indústria prosperar no futuro e contribuir para um desenvolvimento económico sustentável.

Por outro lado, as inovações trazidas pela transição para a bio economia circular

exigirão novas competências. Por exemplo, as serralharias modernas são altamente mecanizadas, altamente técnicas e altamente eficientes. Lasers guiam os troncos em trilhos que passam em alta velocidade, scanners determinam como personalizar e otimizar cortes em troncos individuais, câmaras digitais de alta velocidade e sensores aumentam a precisão. Essas máquinas permitem que a serralharia maximize a produção de madeira serrada de um toro e, portanto, minimize o desperdício. Essa mudança para a mecanização e a informatização exige uma atualização do treinamento educacional no trabalho.

Esta mudança sistémica deve ser abordada na política de ensino e formação profissional a todos os níveis (UE, nacional e local), e o Diálogo Social Europeu pode constituir uma plataforma relevante para enfrentar o desafio através de um esforço conjunto dos parceiros sociais.

O ponto de vista de EFBWW

O que se segue é um sumário da entrevista com o Rolf Gehring, Secretário Político para a Segurança e Saúde no Sector da Madeira, Mobiliário e Florestas, Federação Europeia dos Trabalhadores da Construção e da Madeira (EFBWW). De acordo com o Sr. Gehring, a bio economia circular é um tema de importância crescente no âmbito do Diálogo Social da UE. Existem várias oportunidades para os parceiros sociais da UE apoiarem e contribuírem para a transição circular do sector. Num primeiro nível de intervenção, os parceiros sociais da UE podem prestar um serviço aos respetivos membros, divulgando informações sobre a evolução das políticas e da legislação a nível da UE, sensibilizando as respetivas bases de adesão. Em segundo lugar, são agentes de iniciativas sociais conjuntas que visam contribuir para o processo de decisão política e garantir que as políticas e programas de financiamento relevantes, como as políticas de Pesquisa e Inovação, atendam às necessidades mais urgentes do

sector industrial para o seu desenvolvimento.

Em terceiro lugar, são plataformas para partilhar boas práticas. No que diz respeito ao último ponto, devem ser promovidas mais iniciativas, a fim de chamar a atenção para as boas práticas existentes a nível da UE a nível local e nacional.

BIBLIOGRAFIA

- A sustainable Bioeconomy for Europe. Strengthening the connection between economy, society and the environment. Updated Bioeconomy Strategy, 2018 Communication from the Commission to the Council and the European Parliament - Forest Law Enforcement, Governance and Trade (FLEGT) - Proposal for an EU Action Plan, COM/2003/0251 final.
- COMMUNICATION FROM THE COMMISSION A new EU Forest Strategy: for forests and the forest-based sector, COM/2013/0659 final
- COMMISSION STAFF WORKING DOCUMENT A BLUEPRINT FOR THE EU FOREST-BASED INDUSTRIES (woodworking, furniture, pulp & paper manufacturing and converting, printing), SWD (2013) 343 final
- COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE REGIONS Closing the loop - An EU action plan for the Circular Economy COM/2015/0614 final
- COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL

COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE

REGIONS A sustainable Bioeconomy for Europe: Strengthening the connection between economy, society and the environment. COM/2018/673 final

- European Environment Agency Report No 8/2018. The circular economy and the bioeconomy.

Partners in sustainability

- IPCC, 2018: Global warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty [V. Masson- Delmotte, P. Zhai,

H. O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla,

A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock,

S. Connors, J. B. R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou,

M. I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor,

T. Waterfield (eds.)]. In Press.

- Miller McKenzie, Presentation to the Perspectives & Challenges of the Woodworking Industries in Europe Lisbon, 30th November 2018.

- REPORT FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE

REGIONS Progress in the implementation of the EU Forest Strategy “A new EU Forest Strategy: for forests and the forest sector”, COM/2018/811 final

- Regulation (EU) 2018/841 - Inclusion of greenhouse gas emissions and removals from land use, land use change and forestry in the 2030 climate and energy framework, and amending Regulation (EU) No 525/2013 and Decision No 529/2013/EU
- Regulation (EU) No 305/2011 of the European Parliament and of the Council of 9 March 2011 laying down harmonized conditions for the marketing of construction products and repealing Council Directive 89/106/EEC
- Regulation (EU) No 995/2010 of the European Parliament and of the Council of 20 October 2010 laying down the obligations of operators who place timber and timber products on the market – also known as the EU Timber Regulation or EUTR counters the trade in illegally harvested timber and timber products through three key obligations;

- Rivera León, L., Bougas, K., Aggestam, F., Pülzl, H., Zoboli, E., Ravet, J., Griniece, E., Vermeer, J., Maroulis, N., Ettwein, F., Van Brusselenm J. & Green, T. 2016. An assessment of the cumulative cost impact of specified EU legislation and policies on the EU forest-based industries. Brussels: DG GROW.

> 1.2. O enquadramento em Itália

(por Centro Studi G. Tagliacarne e Confapi)

1.2.1. O SETOR DAS MADEIRAS

Estrutura do setor e dados económicos

Em Itália, as empresas ativas da "cadeia de abastecimento da madeira" (que inclui a indústria da madeira - ATECO 16.29.1 e a indústria de fabricação de móveis - ATECO 31.01) são 51.933 (em 31/12/2018) e representam 1,01% do total de empresas ativas, com um peso regional que varia entre cerca de 2,25% no Vale de Aosta e 0,62% no Lácio. No Nordeste (Emilia-Romagna, Friuli-Venezia Giulia, Trentino-Alto Adige e Veneto) as empresas madeireiras representam 1,37% do total. O valor acrescentado de toda a cadeia produtiva da madeira (mais de 11 mil milhões de euros em 2016) representa 0,77% do nacional e cresceu 0,01 pontos percentuais apesar da redução do número de empresas. As províncias onde o sector da madeira

é mais incisivo são Monza e Brianza (3,04%), esaro e Urbino e Como (3,01% respetivamente).

Em termos de valor agregado e emprego, é a indústria mobiliário - a rigor - que apresenta melhor desempenho. O valor acrescentado é superior a 7 mil milhões de euros contra 4,670 mil milhões de euros das empresas que processam a matéria-prima. O setor madeireiro emprega 214.561 pessoas em unidades de negócios locais. No entanto, este setor sofreu uma contração, passando de uma força de trabalho total de 6,53% na indústria em 2012, para 5,86% em 2016. A produção de móveis é o setor mais importante também do ponto de vista do emprego, com 142.036 trabalhadores, e um valor acrescentado por

colaborador que passou de cerca de 44.000 euros em 2011 para cerca de 49.000 euros em 2016.

Os investimentos em ativos tangíveis aumentaram apesar da contração de todo o sistema empresarial do setor da madeira (+ 0,13 pontos percentuais). Em 2016 eles representaram 1,48% do investimento total. O setor do mobiliário vem aumentando seus investimentos intangíveis: em 2016 representaram 0,83% do total dos investimentos, ante 0,64% dos investimentos das empresas de processamento de madeira. No setor do mobiliário, as exportações representaram 2,12% do total exportado em 2018, equivalente a 11 mil milhões de euros, contra 0,41% representado pelas exportações das empresas transformadoras.

Figura 1:
Setor da Madeira, Itália – Número de empresas de madeira e suas percentagens na incidência no total da economia por região. Situação a 31 de dezembro, 2011 e 2018

Fonte: Centro Studi G. Tagliacarne, baseado em dados Unioncamere - Infocamere

	31/12/2011			31/12/2018		
Região	Número de empresas no setor das madeiras .	Total número de empresas	% de empresas no sector das madeiras	Número de empresas no setor das madeiras sector	Total número de empresas	% de empresas no setor das madeiras
Noroeste	17.029	1.400.183	1,22	13.566	1.347.992	1,01
Nordeste	17.387	1.084.682	1,60	14.020	1.026.938	1,37
Centro	13.126	1.074.899	1,22	10.479	1.075.720	0,97

Sul e Ilhas	17.998	1.715.751	1,05	13.868	1.700.093	0,82
Itália	65.540	5.275.515	1,24	51.933	5.150.743	1,01

Figure 2:

Setor madeira, Itália – Valores económicos e emprego (2016); exportação (2018)

	Indústria da madeira (Ateco código 16)	Indústria de mobiliário (Ateco código 31)	Ateco Códigos 16 + 31	Total da economia	% Indústria da madeira	% Indústria do mobiliário	% Ateco Códigos 16 + 31
Valor acrescentado (milhares de €) 2016	4.670.556,00	7.027.734,00	11.698.290,00	1.516.345.260,00	0,31	0,46	0,77
Trabalhadores 2016	111.923,00	142.036,00	253.959,00	24.809.499,00	0,45	0,57	1,02
Salários (milhares de €) 2016	2.245.011,00	3.949.240,00	6.194.251,00	668.152.432,00	0,34	0,59	0,93
Salário por trabalhador (€) 2016	20.058,53	27.804,50	24.390,75	26.931,31			
Valor acrescentado por trabalhador (€) 2016	41.730,08	49.478,54	46.063,70	61.119,54			
Proveitos (milhares de €) 2016	12.941.676,00	21.647.306,00	34.588.982,00	2.950.803.271,00	0,44	0,73	1,17
Valor da produção (milhares de €) 2016	12.968.646,00	22.004.012,00	34.972.658,00	2.181.546.750,00	0,59	1,01	1,60
	Indústria da madeira (Ateco código 16)	Indústria de mobiliário (Ateco código 31)	Ateco Códigos 16 + 31	Total da economia	% Indústria da madeira	% Indústria do mobiliário	% Ateco Códigos 16 + 31
Margem operacional Bruta (milhares de €) 2016	1.560.268,00	2.189.625,00	3.749.893,00	345.752.035,00	0,45	0,63	1,08
Compra de bens e serviços (milhares de €)	9.259.910,00	15.756.563,00	25.016.473,00	2.234.178.679,00	0,41	0,71	1,12
Investimento bruto em bens tangíveis (milhares de €) 2016	462.259,00	789.911,00	1.252.170,00	91.001.217,00	0,51	0,87	1,38
Investimento bruto em bens tangíveis por trabalhador (€) 2016	4.464,33	5.880,51	5.264,05	5.647,76			
Exportação (milhares de €) 2018	1.893.880,92	9.829.400,07	11.723.281,00	462.898.983,41	0,41	2,12	2,53

Legislação do setor

A Lei Plurianual sobre Despesas no setor Agrícola (Lei 752/1986) é o primeiro documento normativo do setor florestal na Itália. Estabelece a floresta como recurso renovável com diversas funções além da produção de madeira. Os seguintes

regulamentos comunitários também se aplicam a este sector: Reg. 269/1979 e mais recentes - 1094/1988, 1096/1988, 867/1990, até o reg. 2080/1992, que conduziu à reforma da PAC que tornou indissociáveis os setores florestal e agrícola. Este regulamento é uma verdadeira política florestal que visa estimular e melhorar a floresta.

Posteriormente, foi incorporado ao Reg. 1257/1999, que desempenha um papel fundamental na gestão sustentável dos recursos naturais.

A alteração do Título V da Constituição mantém a proteção do meio ambiente sob a competência do Estado e atribui o

manejo florestal às Regiões. A Conferência Estado-Regiões ratificou o acordo sobre o Programa

Quadro do setor Florestal, que visa incentivar a gestão florestal sustentável para proteger o território e combater as alterações climáticas, também através da ativação e fortalecimento da vertente produtiva da cadeia de abastecimento florestal.

Em 2006, através do seu Plano de Ação Florestal, a UE fixou quatro objetivos a serem alcançados ao longo de um período de dez anos: proteção ambiental, fortalecimento da competitividade da cadeia floresta-madeira, melhoria das condições socioeconómicas dos trabalhadores e fortalecimento da pesquisa científica. Em 2018, foi publicada a Lei Consolidada das Florestas e Cadeias de Abastecimento Florestal (Decreto Legislativo n.º 34), na qual, de acordo com a regulamentação da UE, o património florestal é reconhecido como parte do capital natural nacional e como bem de interesse público. A Lei Consolidada promove a gestão sustentável do património florestal, a ser implementada por meio do seu uso produtivo e da proteção da biodiversidade.

Organizações que apoiam o setor

Abaixo, uma lista não exaustiva de organizações que apoiam o setor:

Catas, laboratório de testes e análises da madeira e da indústria do mobiliário

Centro de formação legno-arredo (Centro de formação madeira-mobiliário) em Lentate sul Seveso
Cosmob Technology Centre, Laboratório e organismo de certificação

Istituto Alberi e Legname del CNR (Instituto de pesquisa nacional das árvores e madeiras)

Istituto per la Valorizzazione del Legno e delle Specie Arboree (Instituto para a valorização da madeira e espécies de árvores)

Polo per l'innovazione del settore legno-arredo POLM PALM Abruzzo (Polo de Inovação do setor da madeira-mobiliário)

SISEF, Società Italiana di selvicoltura ed ecologia forestale (Sociedade Silvicultura e Ecologia Florestal Italiana).

1.2.2. DIÁLOGO SOCIAL

A Itália tem um sistema multifacetado de representação empresarial. As empresas podem aderir voluntariamente a associações de empregadores que assinam Acordos Coletivos de Trabalho Nacionais (sigla em italiano: CCNL) com sindicatos. A lei italiana identifica o CCNL como a

fonte reguladora através da qual a relação de trabalho é regulada:

Unital – Confapi
http://www.apito.it/it/download/Circolare_rinnovo_CCNL_Unital_18042017.pdf

Federlegno-Arredo-Feneal-Filca-Fillea

http://www.federlegnoarredo.it/ContentsFiles/ACCORDO_RINNOVO_CCNL.pdf;

CNA Produzione- CNA Costruzioni-CNA-Confartigianato Legno e Arredo- Confartigianato Marmisti- Confartigianato Imprese-Casartigiani

CLAAI-Feneal-Filca-Fillea

http://www.filleacgil.net/images/cannata/LAPIDEI/2014_CcnlLegnoLapideiArtigiani.pdf.

Em Itália existem três associações que representam os interesses das empresas no setor das madeiras

- Unital, Unione industrie Italiane Arredi Legno (Sindicato das Industrias Italiana para móveis de madeira)

- Federlegno

- CNA and Confartigianato Legno e Arredo (Associação Empresarial de móveis e madeira).

Os sindicatos do setor das madeiras são:

- FILLEA-CGIL - Federação Italiana dos Trabalhadores da Madeira, Construção, Afins e Indústrias Extrativas, membro da CGIL

- FILCA-CISL - Federação Italiana dos Trabalhadores da

Construção e Indústrias Afins, membro do CISL

- FENEAL-UIL - Federação Nacional dos Trabalhadores da Madeira, Construção e Indústrias Afins, membro da UIL.

Os três sindicatos são membros da Federação Europeia de Trabalhadores da Construção e da Madeira (EFBWW).

Os organismos bilaterais são frequentemente a expressão e o resultado do diálogo social. São entidades privadas constituídas por sindicatos e associações patronais.

a formação contínua e a constituição de Organismos Bilaterais de formação previstos no CCNL;

O Dialogo Social inclui:

- Observadores comuns
- formação continua e a criação de organismos Bilaterais para a formação prevista no CCNL;
- diretrizes para negociações complementares;
- acordos de segundo nível de algumas grandes empresas

Neste contexto, algumas experiencias estão interligadas com o “Dialogo social verde” que deverá ser mencionado:

- constituição do Órgão Bilateral da Indústria (IBB) através do CCNL dos setores

Alimentares - Contrato Indústria, AIIPA, FAI- CISL, FLAI-CGIL, UILA-UIL com a função de analisar os investimentos em pesquisa para economia de energia e matéria-prima;

- criação de um Observatório Nacional, através do CCNL do sector do papel, que analisa questões de segurança e questões ecológicas e ainda tendências de triagem de resíduos;
- criação do Órgão Bilateral para o CCNL do setor da indústria de cimento, cal e gesso, que tratará das questões da economia circular em todos os 9 setores de materiais de construção;
- acordo de segundo nível para os trabalhadores da Barilla SpA para melhorar a eficiência energética com uma redução de 10% no consumo; acordo de segundo nível para os trabalhadores da Kraft Food Italia srl para reduzir as emissões em 25% por meio da redução de resíduos e da introdução de novas tecnologias de processo.

Um projeto Europeu a apoiar o “Dialogo Social Verde” terá de ser mencionado: **“BROAD Building a Green Social Dialogue** liderado pela União Italiana Fillea CGIL entre 2015 e 2017. A iniciativa teve como objetivo tornar o setor da construção um promotor do crescimento e do

desenvolvimento sustentável através do diálogo social. A iniciativa contou com o envolvimento de sindicatos de quatro países europeus, centros de investigação e associações de empregadores com o objetivo de formular critérios orientadores para apoiar o diálogo social na construção verde a nível europeu e nacional.

1.2.3. SUSTENTABILIDADE, BIO ECONOMIA E BIO ECONOMIA CIRCULAR

O primeiro documento útil para compreender o quadro político e legislativo é o Anexo Ambiental da Lei de Estabilidade 2016. O mesmo contém disposições sobre: avaliação de impacto ambiental, gestão de resíduos, economia azul, prevenção de perturbações hidrogeologias, mobilidade sustentável, compras verdes, e regras para incentivar a reutilização de materiais.

Em particular, "Art. 206-ter (*Programa de acordos e contratos para incentivar a compra de produtos* derivados de materiais pós-consumo ou da valorização de resíduos e materiais resultantes da desmontagem de produtos complexos), prevê que o MISE (Ministério do Desenvolvimento Económico), em concordância com o MATTM (Ministério do Meio Ambiente e de Proteção da Terra e do Mar) possa celebrar acordos e contratos de programa com empresas, organismos públicos, entidades públicas ou privadas, associações comerciais, associações de empresas envolvidas na reutilização, preparação para reutilização e reciclagem, etc. Altera o artigo 83º do Decreto Legislativo 163/2006 ao acrescentar: “... com o

objetivo estratégico de uma utilização mais eficiente dos recursos e de uma economia circular que promova o ambiente e o emprego”.

Com o decreto de 11 de janeiro de 2017 e alteração de julho de 2019 é ditada a adoção dos Critérios Ambientais Mínimos (CAM) para o serviço de fornecimento e aluguer de mobiliário de interior. Os CAM são os requisitos ambientais definidos para as várias fases do processo de compra no âmbito da contratação pública, com o objetivo de identificar a melhor solução de design, produto ou serviço do ponto de vista ambiental. Esta obrigação garante que a política nacional de contratos públicos verdes seja incisiva não só no objetivo de reduzir os impactos ambientais, mas também na promoção de modelos de produção e consumo "circulares" mais sustentáveis e na difusão do emprego "verde".

Uma direção clara em direção à economia circular é dada pela adoção do pacote de diretivas europeias sobre resíduos e economia circular (em vigor em 4 de julho de 2018). As novas diretivas do pacote alteram as seis principais regras da UE sobre resíduos sendo as seguintes: Diretiva (UE) 2018/851; Diretiva (UE) 2018/852; Diretiva (UE) 2018/849 Diretiva (UE) 2018/850. O objetivo de mudança para uma economia circular é alcançado aumentando a reutilização e reciclagem de resíduos

urbanos e especiais, promovendo a reparação e o arrendamento. Com a receção e adoção do pacote de diretivas europeias sobre resíduos e economia circular, a Itália deve antecipar para 2025 a meta europeia de 60% de reciclagem de resíduos urbanos e afins agora fixada em 2030, através de uma triagem de resíduos superior a 70%, e trazer o reaproveitamento e preparação de resíduos urbanos aproveitáveis para 10%. Em outubro de 2017, em linha com os compromissos assumidos em setembro de 2015 para a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o MATTM elaborou a "Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável" com o objetivo principal de melhorar as condições de bem-estar socioeconómico na Itália. Esta Estratégia Nacional menciona a economia circular sendo resiliente às alterações climáticas sendo um novo modelo de referência.

Em julho de 2017, após a elaboração da "Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável", o MATT e o MISE elaboraram um documento intitulado "Rumo a um modelo de economia circular para a Itália: enquadramento e posicionamento estratégico" seguido de "Economia circular e uso eficiente de recursos - indicadores para medir a economia circular" de maio de 2018, que é uma primeira proposta operacional para definir um modelo italiano para medir a "circularidade".

Outro documento produzido é o “*National Strategy of Smart Specialization: development trajectories for the circular economy* - Estratégia Nacional de Especialização Inteligente: trajetórias de desenvolvimento para a economia circular”, que identifica as prioridades de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação de longo prazo para construir vantagens competitivas e crescimento sustentável.

No ultimo relatório “*GreenItaly Report 2019*”, pela Fondazione Symbola e Unioncamere, A Itália é apontada como o líder europeu na economia circular e na reciclagem de resíduos. Um indicador da taxa de "circularidade da economia" é fornecido pela taxa de utilização de materiais secundários em comparação com as matérias-primas. Com 17,1% do consumo total de materiais secundários (que também inclui biomassa e materiais energéticos), a Itália apresenta um desempenho muito acima da média europeia. No que se refere aos resíduos de madeira pós-consumo, mais de 95% dos resíduos de madeira são destinados a fábricas de painéis para a indústria do mobiliário.

Na vanguarda da bio economia, em 2016 a Presidência do Conselho de Ministros promoveu a "Estratégia da Bio economia Italiana" (fonte: A bio economia em Itália: Un'opportunità unica per connettere ambiente, Economia e Società- Bio-economy in Italy: a oportunidade única de ligação entre ambiente, economia e sociedade) envolvendo diversos ministérios, a Agência de Coesão Territorial e os clusters tecnológicos nacionais da química verde

(SPRING) e os clusters do sector agroalimentar (CLAN). A Estratégia de Bio economia insere-se no processo de implementação da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (S3 nacional) e em particular das suas áreas temáticas “Saúde, Alimentação e Qualidade de Vida” e “Indústria Inteligente e Sustentável, Energia e Ambiente”, e é implementado em sinergia com a "Estratégia Italiana para o Desenvolvimento Sustentável" e seus princípios. A "Estratégia de Bio economia Italiana" (BIT) visa alcançar um aumento de 20% na atividade económica e empregos na bio economia italiana até 2030. Em Itália, todo o setor de bio economia, incluindo a agricultura, silvicultura, pesca, indústria de alimentos e bebidas, indústria de celulose e papel, indústria do tabaco, indústria de fibras têxteis naturais, indústria bio farmacêutica e bioenergética, atingiu um faturação de 250 bilhões de euros em 2015, com cerca de 1,7 milhão de colaboradores. A Itália desempenha um papel fundamental no setor de bioindústria e é líder em química baseada em recursos biológicos. Neste contexto, foram realizados importantes investimentos privados e realizados importantes projetos de conversão de zonas industriais em bio refinarias para a produção de produtos orgânicos, nomeadamente bioquímicos, a partir de recursos renováveis. Nesse sentido, nossa cadeia produtiva apresenta uma limitação: a madeira

processada é convertida em alguns produtos tradicionais de baixo valor, enquanto os espaços mais significativos para o uso da madeira são representados pela bio construção.

Um relatório abrangente sobre o grau de adoção dos 17 objetivos da Agenda 2030 a nível nacional é extraído de "A Lei do Orçamento e o desenvolvimento sustentável. Análise das medidas e situação na Itália no que diz respeito aos 17 Objetivos da Agenda 2030, um documento preparado por ASviS, anual Lei 163/2016 - Reforma da Lei do Orçamento - introduziu no ciclo de planeamento económico e orçamentário 12 indicadores de bem-estar justo e sustentável, selecionados entre os do Bes - Bem-estar Económico Sustentável.

Em maio de 2019 foi expedido um decreto contendo o regime de “fim de desperdício” para a reciclagem de fraldas, guardanapos e absorventes higiénicos, modificado em novembro de 2019 pela Lei 128 (11.2.2019) com o objetivo de apoiar a circularidade e tentar evitar 900 mil toneladas de resíduos por ano. Futuros decretos de fim de resíduos estão previstos para a recuperação de pneus, papel e papelão, plásticos mistos e materiais de construção.

Em outubro de 2019, o Decreto do Clima, que representa um pilar do Green New Deal - juntamente com a Lei do Orçamento, o Anexo Ambiental à Lei do Salve - prevê a aprovação de um Plano Estratégico Nacional.

Iniciativas importantes no apoio às questões de sustentabilidade e economia circular são as seguintes:

- O Festival do Desenvolvimento Sustentável - <http://festivalsvilupposostenibile.it/2019/>
- O fórum de Investimento *BioInItaly*
- The *European Circular Economy Stakeholder Platform (ECESP)* a Plataforma da Economia Circular Europeia proveniente de *ICESP* - <https://www.icesp.it>
- O Fórum nacional *nazionale sulla bioeconomia delle foreste* (Fórum nacional de bio economia).

As partes interessadas relevantes, como instituições, agências, associações, organizações são:

Interessados relevantes tais como, as instituições, agências, associações, organizações são:

- Ministério do Meio-ambiente, terra e mar - <https://www.minambiente.it>
- Ministério do desenvolvimento económico - <https://www.mise.gov.it>

Fondazione per lo Sviluppo Sostenibile (Fundação para o Desenvolvimento Sustentável)

- <https://www.fondazionevilupposostenibile.org/>
- *Economia Circular Network* - <https://circulareconomynetwork.it>
- *Asvis - Alleanza Italiana per lo Sviluppo Sostenibile* (Aliança Italiana para o

madeira pós-consumo como paletes, caixas, engradados, gaiolas e bobinas para cabos oriundos da recolha seletiva efetuada pelas administrações municipais como pela recolha efetuada por operadores privados nas indústrias e grande distribuição. Rilegno desenvolve atividades de: prevenção da produção de resíduos, coleta, valorização (extração de matéria-prima dos resíduos coletados), reciclagem e reaproveitamento. Em 2019, na Itália, das 3.165.000 toneladas de embalagens de madeira liberadas para o consumo, mais de 1.967.000 toneladas foram recuperadas e recicladas (mais de 62%).

Em 2019, em Itália, das 3.165.000 toneladas de embalagens de madeira lançadas para o consumo, mais de 1.967.000 toneladas foram recuperadas e recicladas (mais de 62%).

Uma leitura sustentável do setor de madeira e do

Desenvolvimento Sustentável) - <http://asvis.it>

- *Fise Unicircular*, Associação da Economia Circular Empresas - <http://www.unicircular.org>
- *CONAI - Consorzio Nazionale Imballaggi* - <http://www.conai.org>
- *Rilegno* - <http://www.rilegno.org>

mobiliário

Entre as empresas de mobiliário de madeira que realizaram investimentos verdes (anos 2012-2014), 23,4% registaram um aumento na faturação; entre as empresas que não investiram, esse percentual cai para 17,6%, com um spread de +5,8 pontos percentuais a favor das que investem. Entre os primeiros, 37,2% exportam seus produtos, contra 22,4% do outro grupo (14,8 pontos percentuais de spread). 23,1% contrataram, ante 10,1% no outro grupo. Os investimentos verdes impulsionam a inovação: 30,4% das empresas de eco investimento desenvolveram novos produtos ou serviços, enquanto apenas 18,0% das demais o fizeram (+12,4 pontos percentuais). A competitividade das escolhas verdes (consumo de energia, redução da produção de resíduos e emissões para a atmosfera). No que diz respeito ao consumo de eletricidade, o setor italiano de mobiliário tem o melhor desempenho da Europa. Outro elemento importante são as emissões atmosféricas, que para este setor apresentam uma redução entre 2008 e

Vale a pena fazer um resumo sobre a Rilegno, que é o consórcio de coleta, recuperação e reciclagem de embalagens de madeira. Opera no sistema Conai (Consórcio Nacional de Embalagens) e tem como missão garantir o cumprimento dos objetivos previstos na legislação para a recuperação global das embalagens de

2013: esta redução de 46,3% mostra uma taxa mais de três vezes superior à média da UE (-13,7%) e, em todo o caso, bastante superior à de os dez maiores concorrentes europeus (-17,6%); 30,7% das empresas do setor fizeram investimentos "verdes". Investimentos verdes por tipo de preocupação com o investimento: redução do consumo, 58,1%; processo produtivo, 29,0%; produto, 12,8%.

No relatório da Fundação Symbola, as dez linhas de inovação que marcam o caminho italiano para a economia circular são:

1. ECODESIGN (utilização de biomateriais, nova reengenharia e serviços de recuperação);
2. DURABILIDADE (durabilidade mecânica, segurança, resistência);
3. DESMONTAGEM (utilização de biomateriais, nova reengenharia e serviços de recuperação);
4. BIOMATERIAIS E MATERIAIS INOVADORES (ex. bio polímeros de óleo de rícino);
5. MATERIAIS RENOVÁVEIS E CERTIFICADOS (de florestas geridas de forma sustentável; uso de materiais

de acordo com as marcas PEFC e FSC, etc.);

6. MATERIAIS RECICLADOS;
7. REDUÇÃO DE SUBSTÂNCIAS POLUENTES;
8. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA;
9. REUTILIZAR E UPCYCLING;
10. CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL.

Biografia

- “STRATEGIA NAZIONALE PER LO SVILUPPO SOSTENIBILE” - Ministero dell’Ambiente del Territorio e della Tutela del Mare 2017
- “VERSO UN MODELLO DI ECONOMIA CIRCOLARE PER L’ITALIA, DOCUMENTO DI INQUADRAMENTO E DI POSIZIONAMENTO STRATEGICO e ECONOMIA CIRCOLARE ED USO EFFICIENTE DELLE RISORSE - INDICATORI PER LA MISURAZIONE DELL’ECONOMIA CIRCOLARE” - MISE - Ministero dello Sviluppo Economico, 2018.
- “STRATEGIA NAZIONALE DI SPECIALIZZAZIONE INTELLIGENTE: TRAIETTORIE DI SVILUPPO PER L’ECONOMIA CIRCOLARE”, MISE - Ministero dello Sviluppo Economico e MIUR - Ministero dell’Istruzione dell’Università e della Ricerca, 2016
- “STRATEGIA ITALIANA PER LA BIOECONOMIA” (BIT) - Presidenza del Consiglio dei Ministri, 2017.
- “RAPPORTO GREENITALY 2019” - Fondazione Symbola ed Unioncamere.
- “RAPPORTO SULL’ECONOMIA CIRCOLARE IN ITALIA CON FOCUS SULLA BIOECONOMIA 2020” - Circular Economy Network in cooperation with ENEA. “ACTION PLAN EUROPEO SULL’ECONOMIA

CIRCOLARE” - European Commission, 2015 and following.

- IL MADE IN ITALY ABITA IL FUTURO - Fondazione Symbola e FederlegnoArredo”, 2016

> 1.3. Enquadramento na Bulgária

(Pela Câmara de Comércio da Bulgária e Podkrepa CL)

1.3.1. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DO SETOR

A silvicultura tem longa tradição no país e desempenha um importante papel económico, ambiental e social. A Bulgária possui diversos terrenos e várias montanhas que são a principal fonte de madeira. O país é o terceiro mais rico em biodiversidade da Europa e as florestas têm um papel ambiental e recreativo cada vez mais importante.

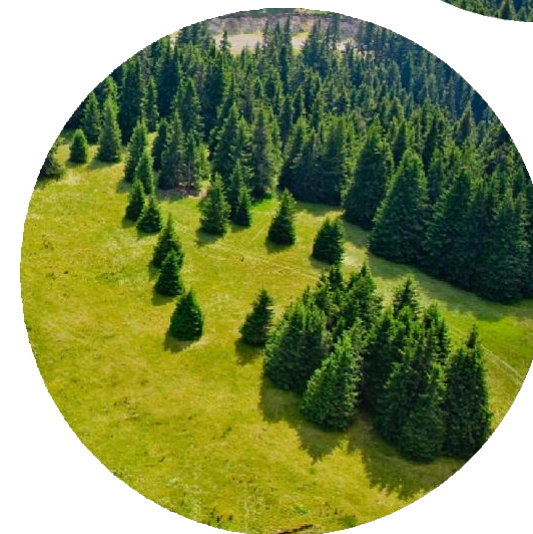
O total de áreas florestais na Bulgária é de 4,25 MHA e cobre 37% do território do país. O último inventário mostra que as florestas cobrem 3,55 MHA ou 90% do total de áreas florestais (fonte: Relatório Agrário, Ministério da Agricultura, 2019). As florestas representam 31,6% do território nacional, o que coloca a Bulgária em 19º lugar na Europa. O terreno florestal cresceu e em 2018 era 8,8% mais do que em 2000 (3,91 MHA) e 18% mais do que 1985. A rede ecológica europeia Natura 2000 cobre 4,1 MHA ou 34,9% do território do país / 2015 /. Cerca de 48% dos territórios florestais (2,0 Mha) estão na Natura 2000, que estão sujeitos a regras especiais de extração de madeira. As florestas são divididas em duas categorias principais - florestas produtoras de

madeira com 1,59 Mha (38%); e florestas protetoras, recreativas e em territórios protegidos com 2,63 Mha (62%).

A maioria dos territórios arborizados são propriedade do estado - 73% de sua área total. Os territórios florestais não estatais são 27%, incluindo os municípios (13%), pessoas físicas e jurídicas (11%) e organizações religiosas (3%).

Os principais problemas da silvicultura na Bulgária são (Estratégia nacional para o desenvolvimento do setor florestal na Bulgária, 2021-2025):

- baixa produtividade do trabalho;
- Falta de mecanização e rede de estradas florestais subdesenvolvidas
- Acesso difícil a financiamento;
- Falta de oportunidades de utilização de recursos dos fundos estruturais da UE para investimento na renovação de equipamentos de exploração das madeiras, máquinas, linhas de produção e transporte da produção de madeira;



- insuficiente envolvimento (apoio) dos bancos nos projetos de investimento;
- baixa participação de territórios florestais certificados e empresários florestais certificados;
- Extração ilegal de madeira e caça furtiva.

A menor parcela de florestas produtoras de madeira e a expansão de florestas recreativas / protegidas reduziram o potencial para uma produção mais intensiva de madeira e tornaram o abastecimento de madeira local mais desafiador e caro. Na Bulgária, há cerca de 3.000 pessoas jurídicas registadas a trabalhar com madeiras. 400 deles estão ativos neste campo. A maioria dos trabalhadores dessas empresas celebrou um contrato civil. As pequenas empresas de processamento de madeira geralmente possuem equipes próprias para a extração de madeira. O estado das madeireiras é alarmante. As principais razões são as condições extremamente desfavoráveis sob as quais o processo de produção é realizado - baixa produtividade, equipamentos antigos para extração e transporte da madeira, baixo nível de educação e qualificação dos trabalhadores (Estratégia nacional para o desenvolvimento do setor florestal na Bulgária, 2021-2025).

A indústria de processamento de madeira e móveis

na Bulgária (indústria florestal) inclui dois subsectores - processamento de madeira e fabricação de móveis. A indústria florestal pode ser avaliada como um ramo económico da perspectiva, tendo em vista a presença de recursos de matéria-prima suficientes, posições sustentáveis no mercado interno e externo dos produtos manufaturados e sua importância como fonte de renda e emprego para grande parte da população em as áreas montanhosas e rurais. A distribuição territorial das empresas de transformação de madeira e indústria mobiliário refere-se às zonas montanhosas do país, onde se concentram as principais fontes de madeira bruta da área florestal, as reservas de madeira. Assim, as empresas de processamento de madeira estão localizadas principalmente nas regiões das montanhas dos Balcãs, Rhodope e Rila-Pirin. As empresas de fabricação do produto final à base de madeira - móveis, marcenaria, construções em madeira e casas - estão localizadas principalmente nos grandes centros consumidores.

A produção de madeira bruta e produtos à base de madeira está diretamente relacionada à fabricação de móveis. A indústria do mobiliário produz cerca de 2,6% do PIB total do país, pouco menos de 10% do PIB industrial e mais de 20% do PIB da indústria de transformação. De acordo com os dados estatísticos, mais de 97% das empresas do

setor do mobiliário na Bulgária são PME. Os produtos manufaturados, dependendo do objeto de atividade, incluem móveis para hotelaria, móveis para escritório, móveis para cozinha, móveis emoldurados, estofados, mesas e cadeiras, móveis tubulares.

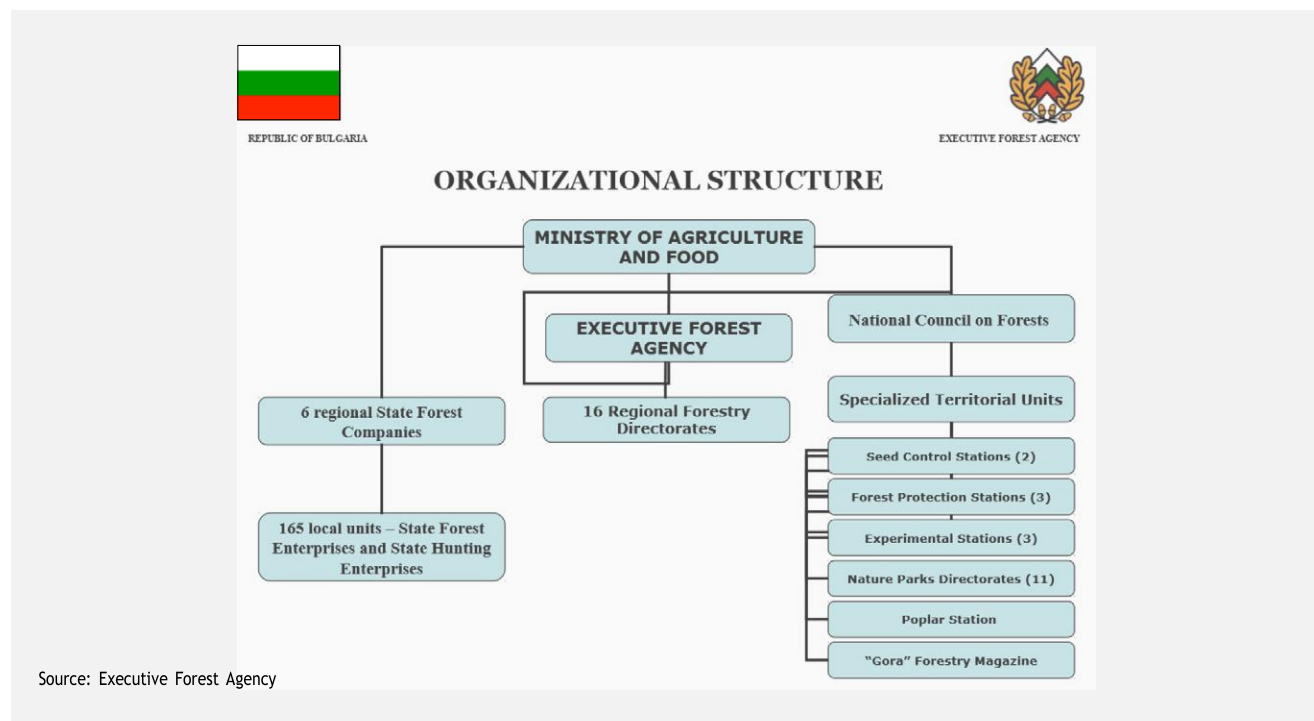
Dentro desses setores, os principais parceiros comerciais da Bulgária são:

- Exportação de madeira e seus derivados, exceto móveis - Grécia, Turquia, Itália, França, Macedônia.
- Exportação de móveis - Alemanha, República Checa, Grã-Bretanha, França.

1.3.2 INSTITUIÇÕES, LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS

Estrutura Organizacional e Administrativa do Setor Florestal

A estrutura organizacional do setor florestal inclui a Agência Executiva Florestal do Ministério da Agricultura, Alimentos e Florestas, com 16 diretórios florestais regionais e um Conselho Nacional de Florestas. Existem várias unidades territoriais especializadas, como 2 estações de controle de sementes, 3 estações de proteção florestal, 11 diretorias de parques naturais e uma estação de choupo. As funções económicas no setor são desempenhadas por 165 empresas florestais (ou frequentemente chamadas de fazendas florestais) e 28 empresas estaduais de caça reunidas em 6 empresas florestais estaduais regionais. A Agência Executiva Florestal desempenha funções de política e controlo, realiza inventário florestal, apoia proprietários florestais privados por meio de um serviço de extensão, coordena gestão de erosão e incêndios florestais, fornece gestão de parques naturais e controlo de sementes.



Legislação e Estratégia Florestal

A principal legislação é a “Lei Florestal” de 2019, com mais de 20 regulamentos de implementação. Outra lei é a “Lei de Gerenciamento de Caça e Jogo” com um regulamento de implementação. Existem também os “Planos Regionais de Desenvolvimento de Territórios Florestais”. Existem vários documentos nacionais estratégicos que delineiam o quadro para o desenvolvimento do setor:

1. A “Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Setor Florestal 2021-2025”
2. O “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Florestal 2014-2023” que define 20 Objetivos Operacionais. Para a implementação dos Objetivos estão previstas 102 ações e um valor total de apr. 200 000 000 EUR são atribuídos.

Outros documentos importantes são:

- Programa de desenvolvimento nacional da Bulgária 2020”;
- O “Terceiro Plano de Ação Nacional para as Alterações Climáticas 2013-2020”;
- O “Plano de Ação Nacional para Energia de Fontes Renováveis”;
- O “Programa Nacional de Promoção do Aproveitamento da Biomassa para o Período 2008-2020”.

Os documentos acima estabelecem metas a longo prazo para o desenvolvimento do setor florestal, tais como: desenvolvimento sustentável por meio de um equilíbrio ideal entre as funções ecológicas das florestas e a capacidade de fornecer benefícios materiais e serviços a longo prazo; valorizar o papel das florestas para um crescimento económico e um desenvolvimento socioeconómico mais equilibrado; e aumentar a contribuição do setor florestal na economia verde.

1.3.3 BIO ECONOMIA CIRCULAR E SUSTENTÁVEL E O DIÁLOGO SOCIAL

Tanto o diálogo social como a bio economia circular são considerados cruciais para um desenvolvimento sustentável no setor da madeira. Infelizmente, sob a pressão de fatores económicos, a política seguida na Bulgária a nível nacional, durante décadas, para preservar, desenvolver e expandir a floresta foi abandonada. Ao mesmo tempo, a desindustrialização pós-comunista reduziu significativamente o potencial de processamento do país e está principalmente orientada para a exportação de madeira em bruto - o que tem o seu impacto negativo tanto no desenvolvimento sustentável como no valor acrescentado e capitalização do setor. As relações laborais não se relacionam adequadamente com questões de desenvolvimento sustentável. O desafio agora é vincular o desenvolvimento

sustentável a questões essenciais como: competitividade da indústria de processamento de madeira da Bulgária, sistemas de gestão florestal, padrão de vida dos trabalhadores florestais empregados na indústria de processamento, questões de conservação do património natural. Um problema significativo é a dependência energética do país e os altos preços de outras fontes de energia, levando ao abate de florestas até para aquecimento de casas. Nos últimos anos, um aumento geral na renda per capita média dos búlgaros e a melhoria geral, embora lenta, na qualidade de vida aumentaram o custo da madeira; há necessidade de atividades de marcenaria cada vez mais ativas, na tentativa de fortalecer a resiliência do setor.

Diálogo Social no setor de processamento da madeira

Existe um acordo coletivo entre as empresas regionais e os sindicatos do setor da transformação da madeira, atualizado recentemente em 2018. Tem a duração de 2 anos e tem sido renovado regularmente após as respetivas negociações. O contrato vale para todo o país. Abrange os seguintes âmbitos: remuneração, segurança e saúde no trabalho, jornada de trabalho e pausas e eventos sociais. O salário mínimo, o subsídio mínimo diário e o salário mínimo por hora também foram aprovados neste texto. O acordo inclui um artigo para trabalho noturno e um artigo para situações de emergência, por exemplo, incêndio. O acordo coletivo estipula que o empregador fornece aconselhamento e consultoria sobre a qualificação profissional do trabalhador. O empregador deve garantir

condições de trabalho saudáveis e seguras. Todos os anos, o empregador organiza exames de saúde para os trabalhadores. Também existem cláusulas relativas à obrigatoriedade de fornecimento de água e alimentos aos trabalhadores caso a temperatura externa seja superior a 30 graus C. Jornada de trabalho e pausas - dependendo da experiência de trabalho, cada trabalhador tem direito a até 10 dias de férias anuais adicionais. Os trabalhadores têm dias extras caso se casarem, se doarem sangue ou se uma pessoa próxima falecer. Para eventos sociais, como formação de equipas, festa de Natal, etc., há um valor fixo. Esses eventos foram organizados 2 vezes por ano - eventos conjuntos de empregadores e sindicatos para membros de sindicatos.

Com vista ao “Acordo Verde” a conceção do novo diálogo social terá também como foco a sustentabilidade ambiental como meio de melhoria das condições de trabalho e de vida dos colaboradores.

Os benefícios acima descritos devem-se a um bom diálogo social a nível nacional e empresarial. Infelizmente, em muitos Acordos Coletivos ainda falta o vínculo entre bons resultados e sustentabilidade ambiental. Na Bulgária, a importância do meio ambiente e o impacto do trabalho das empresas nele estão a ganhar impulso. Cada vez mais empregadores antecipam e atribuem

importância à sustentabilidade ambiental, mas ainda faltam cláusulas acerca disso nos acordos coletivos.

Biografia

- Relatório Agrário , Ministério da Agricultura, 2019

https://www.mzh.government.bg/media/filer_public/2020/02/11/agrarian_report_2019.pdf

- Estratégia Nacional para o desenvolvimento do setor florestal na Bulgária, 2021-2025

https://www.moew.government.bg/static/media/uploads/articles/attachments/NFAP_final_ENe30a12d4d7dff0f589ad84b69bb90b12.pdf

- A Lei Florestal (2019)

http://www.iag.bg/data/docs/zakon_za_gorite.pdf

- Relatório Anual da agência executiva florestal 2019
- http://www.iag.bg/data/docs/Doclاد_2019N.pdf

- Lei da gestão da caça e jogo

<http://www.iag.bg/docs/lang/1/cat/1/index>

- Plano Regional de Desenvolvimento de Territórios Florestais
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento do setor florestal 2014-2023

[http://seerural.org/wp-](http://seerural.org/wp-content/uploads/2015/03/Bulgarian_Forest_sector.compressed.pdf)

[content/uploads/2015/03/Bulgarian_Forest_sector.compressed.pdf](http://seerural.org/wp-content/uploads/2015/03/Bulgarian_Forest_sector.compressed.pdf)

- Programa de desenvolvimento nacional da Bulgária 2020

<https://www.eufunds.bg/archive2018/archive/documents/1357828564.pdf>

- Terceiro plano de ação nacional para mudanças climáticas 2013-2020

https://www.preventionweb.net/files/58313_thirdnationalactionplanfortheperiod.pdf Plano de ação nacional para energia de fontes renováveis

<https://www.me.government.bg/en/library/national-renewable-energy-action-plan-2017-221-c174-m0-1.html>

- Programa nacional de promoção do aproveitamento de biomassa de longo prazo do período 2008-2020

> 1.4. O Enquadramento em Portugal

(pela AIMMP)

1.4.1. O SETOR DA MADEIRA

Em Portugal, existem à volta de **6 000 empresas** ativas no sector das madeiras, de acordo com a seguinte classificação CAE REV.3 (*Código das atividades económicas – Revisão 3 – Código das atividades económicas - revisão 3*) classificações abaixo:

Divisão 16 - Indústrias das madeiras e produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e cestaria;

Divisão 31 – Fabricantes de móveis

Divisão 32 - Outras indústrias de transformação

O sector da madeira representa 8% do total da indústria transformadora em Portugal. 51% das empresas ativas estão localizadas na região norte e 26% na região centro do continente. 87% das empresas empregam menos de 10 trabalhadores, o que é uma característica marcante da distribuição do tamanho do sector (verificar Tabela 1).

O sector da transformação da madeira emprega cerca de 60 000 trabalhadores, exporta cerca de 3 000 milhões de euros por ano e apresenta uma balança comercial positiva de quase 1 000 milhões de euros. O sector representa cerca de 0,7% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) português e cerca de 2,6% do PIB.

As empresas da divisão 16, genericamente designadas por 1ª Indústria de Transformação, representavam em 2018 um VAB de 817,6 Milhões de Euros, empregando 29 748 trabalhadores. A Indústria do Mobiliário, em 2018, apresentava um VAB de 625 Milhões de Euros, empregando 33 770 trabalhadores. Tanto a 1ª transformação da indústria da madeira como a da indústria do mobiliário apresentaram uma evolução positiva do GAV de 2,5% ao ano, entre 2010 e 2018.



Tabela 1:

Peso relativo do sector na economia Portuguesa (ME – Microempresas; PME – Pequenas e Médias Empresas; GE – Grandes Empresas

O cinzento representa as classes mais relevantes em cada segmento/ indicador; SNF- Sector não financeiro

Indicador	Dimensão	SNF	Madeira, cortiça, pasta e papel	Silvicultura	Madeira e mobiliário	Cortiça	Papel
	Dimensão	SNF	Madeira, cortiça, pasta e papel	Silvicultura	Madeira e mobiliário	Cortiça	Papel
Nº de Empresas	MC	89,5%	80,9%	91,0%	78,5%	81,0%	62,0%
	SMC	10,3%	18,7%	8,9%	21,3%	18,3%	34,4%
	BC	0,3%	0,4%	0,1%	0,1%	0,6%	3,6%
Volume de negócios	MC	15,4%	11,1%	47,4%	13,8%	13,4%	1,8%
	SMC	41,7%	39,3%	44,2%	60,2%	45,1%	21,2%
	BC	42,8%	49,6%	8,4%	26,0%	41,5%	77,0%
Trabalhadores	MC	27,7%	23,4%	49,8%	23,8%	17,9%	7,1%
	SMC	44,9%	57,6%	43,2%	63,7%	51,5%	51,5%
	BC	27,4%	18,9%	7,0%	12,5%	30,6%	41,4%

1.4.2 DIÁLOGO SOCIAL

De acordo com a Comissão Europeia, o diálogo social refere-se a ‘discussões, consultas, negociações e ações conjuntas envolvendo organizações representativas dos parceiros sociais - empregadores e trabalhadores’. O diálogo social é a característica dominante das relações laborais coletivas na Europa, conforme reconhece a Comunicação da Comissão "O diálogo social europeu, uma força para a inovação e a mudança" (COM (2002) 341) de 26 de junho de 2002.

Neste estudo iremos focar o papel do diálogo social

em Portugal e os seus efeitos na melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores e na sustentabilidade económica das empresas.

O diálogo social em Portugal, manteve-se, de forma notável, com forte presença antes, durante e após o período de crise entre 2008-2015. Embora o consenso geral tenha sido por vezes difícil de alcançar, todos os parceiros sociais foram ouvidos sobre a maioria das decisões que foram tomadas.

No entanto, as alterações às negociações dos acordos coletivos, efetuadas pelo governo português no período de crise (2010-2015), com

destaque para o “congelamento” da negociação coletiva sectorial, o aumento das tensões e o desencadeamento de alguns entraves à recriação de uma negociação tradição, que existia anteriormente.

O objetivo principal do Governo português e subsequente legislação com vista à descentralização dos acordos coletivos sectoriais e, conseqüentemente, a tentativa de reforçar a negociação ao nível das empresas não foi alcançado.

No geral, os acordos coletivos ainda estabelecem termos e condições iguais ou justas ligeiramente acima dos requisitos mínimos exigidos por lei, principalmente no que

diz respeito à remuneração. O conteúdo da maioria dos acordos coletivos, com algumas exceções recentes significativas, aparentemente ficou praticamente inalterado quando comparamos os períodos antes e depois da crise. Isso representa a necessidade de revitalizar a cultura de negociação e tornar os acordos coletivos mais dinâmicos e representativos dos desafios atuais no que diz respeito ao mercado de trabalho para todos os sectores da economia.

O diálogo social entre representantes da indústria e sindicatos, encaminhado para a revisão do contrato coletivo de trabalho em vigor desde 2012, tem-se centrado principalmente na remuneração, na jornada de trabalho e no cumprimento efetivo da carga horária obrigatória. Estes são, também, os principais tópicos de discussão da negociação do contrato coletivo de trabalho entre a Configuração da Indústria Portuguesa (CIP) e as federações sindicais.

Existe uma grande oportunidade para o diálogo social focar mais no desenvolvimento de carreiras a partir da definição adequada das categorias profissionais e dos critérios relevantes para o seu cumprimento. Com isso, a valorização do trabalhador estaria focada na sua qualificação pessoal e não apenas na sua ocupação e na definição de um salário mínimo para cada ocupação.

O acordo tripartido de 30 de maio de 2018 pode

constituir um marco importante na reativação de uma cultura de negociação mais forte. Este acordo visa garantir as principais preocupações de todas as partes, principalmente o banco de horas e a compensação por trabalhos complementares. Estabelece novas regras quanto à caducidade e renovação dos acordos coletivos, o que se espera traga um resultado mais dinâmico para as negociações.

Principais parceiros do setor:

- AIMMP – Associação Industrial da Madeira e Mobiliário de Portugal
- SETACOOOP – Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços Afins.

Existe um acordo coletivo para o sector da madeira assinado entre a AIMMP e a SETACOOOP (sindicato da construção civil, obras públicas e afins), publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (Diário de Trabalho e Emprego) (BTE nº 9 de 08/03/2011) que fundamenta as relações de trabalho no sector. Algumas atualizações foram feitas em 2012 no que se refere à tabela salarial e a inclusão de algumas novas categorias profissionais não contempladas nas versões anteriores. E em 2016 houve o início de uma nova rodada de negociações, que ainda não foi concluída.

1.4.3 BIOECONOMIA CIRCULAR E CIRCULAR

Considerando que a definição básica da bio economia abrange a produção de recursos biológicos renováveis e sua conversão em alimentos, rações, produtos de base biológica e bioenergia. Inclui agricultura, silvicultura, pesca, alimentos, produção de celulose e papel e também a exploração dos recursos florestais. Portugal tem 35% do seu solo ocupado por área florestal, sendo apenas 5% considerado como território urbano (Inventário Florestal Nacional nº6) Portugal aposta numa bio economia circular e sustentável, de forma a reduzir o desperdício, e também a ter uma economia mais competitiva, para fazer face aos novos desafios do futuro.

O “Compromisso Português para uma Economia Verde” (CCV) estabelece um plano estratégico para um futuro sustentável, onde o crescimento económico anda a par de comportamentos ambientais responsáveis, contribuindo assim para a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das futuras gerações.

Ao considerar a evolução do diálogo social no sector da madeira em Portugal e também o esforço que está a ser feito no que diz respeito à economia sustentável e circular, existem alguns pressupostos fundamentais que

temos de seguir para alcançar o resultado pretendido:

- O crescimento económico do sector da madeira, está diretamente relacionado com a legislação e

com as novas iniciativas nos meios de produção; - o aumento da atividade de bio economia e a redução de resíduos, irão aumentar a competitividade das empresas portuguesas,

- O aumento da competitividade terá um forte impacto nas relações de trabalho e promoverá o diálogo social entre todos os parceiros, a fim de alcançar resultados ainda melhores;

- As mudanças previstas para o sector da madeira, só ocorrerão pela combinação de fatores; ter uma força de trabalho melhor e motivada aliada a novas abordagens de gestão, e redução de custos de contexto, como resíduos e uso de materiais recicláveis.

Conclusão, o sector da madeira em Portugal necessita de abraçar a mudança para uma economia ainda mais sustentável, tendo em vista o seu objetivo de maximizar os produtos naturais, e a correta exploração das florestas, de forma a manter o seu crescimento de forma sustentável. Assim, o principal objetivo é reunir as melhores práticas do sector, e também fazer benchmarking de outros sectores relevantes da economia portuguesa, de forma a obter os máximos outputs desejáveis na cadeia de valor, para tornar a sua economia e também a suas empresas se adequarem melhor à maximização das matérias-primas, considerando a bio economia como um meio para um fim maior.

Legislação e Políticas essenciais

Conforme referido anteriormente A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020) foi adotada pelo Governo Português em abril de 2010 (Despacho n.º 24/2010, de 1 de abril). Esta Estratégia estabelece as bases para a necessidade de adaptação, através de uma síntese das principais alterações climáticas observadas ao longo do século XX e de uma síntese das conclusões dos cenários e projeções climáticas para Portugal. O ENAAAC está estruturado em torno de quatro objetivos:

- Conhecimento e Informação;
- Reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta;
- Participação, sensibilização e divulgação;
- Cooperação Internacional.

A Estratégia identifica nove sectores prioritários, que estão ligados a nove grupos de trabalho sectoriais. Nas prioridades, floresta e sector florestal são agregados à agricultura e pesca, suas medidas são organizadas em ações e objetivos como:

- promover a resiliência do sector florestal através de praticas de gestão;
- reduzir a vulnerabilidade do espaço florestal a

riscos bióticos e abióticos;

- garantir a sustentabilidade das produções e serviços diretos e indiretos;
- aumentar o conhecimento sobre os impactos potenciais e a capacidade de aplicar medidas de adaptação eficazes;
- promover a troca de conhecimentos entre a ciência e a prática florestal;
- Monitorização da reação dos ecossistemas às mudanças climáticas;
- monitorizar a adequação das politicas, planos e instrumentos;

Em Portugal, o Quadro Estratégico para a Política do Clima (QEPiC) foi aprovado pela Portaria nº. 56/2015. Os objetivos do QEPiC são:

- Promover a transição para uma economia de baixo carbono, criando mais riqueza e empregos, valorizar a economia verde por meio do compromisso com uma Economia Verde (CCV);
- Assegurar a redução sustentada das emissões de gases de efeito estufa (GEE), de forma a cumprir a eficiência energética (em 2030 menos 30% em referência à linha de base energética) e fontes de energia renováveis (em 2030 pelo menos 40% do consumo final de energia);
- Reforçar a resiliência e a capacidade nacional de adaptação;

- Garantir uma participação empenhada nas negociações e cooperação internacionais, cumprindo os compromissos internacionais e apoiando os países em desenvolvimento nos domínios da mitigação e adaptação às alterações climáticas;
- Promover a investigação, inovação e aumento do conhecimento
- Promover o envolvimento social nos desafios das mudanças climáticas, potencializando o surgimento de ações individuais e políticas;
- Melhorar a eficácia dos sistemas de informação, dos relatórios e do monitoramento;
- Assegurar as condições de apoio financeiro e de aumento dos níveis de investimento, nomeadamente através da afetação eficiente das subvenções do Fundo Português de Carbono (FPC);
- Assegurar a governação e incorporação dos objetivos climáticos nos domínios sectoriais previstos, nomeadamente, pelo Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020/2030) e pela Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020).

Em 2018 a perspetiva é de aumento da produção (pellets), redução das importações e aumento das exportações, principalmente em função do aumento da produção. Existe também um renovado interesse em plantas dedicadas, com decisão do governo de lançar um regime especial para plantas de biomassa adicionais de até 60 MW (cada uma sem ter no máximo 15 MW) - Decreto n.º. 64/2017 de 12 de julho.

Resumindo: o objetivo de reforço de uma bio economia circular no sector da madeira em Portugal pode ser viabilizado pela combinação de um dialogo social crescente e de novos estilos de gestão, de forma a alcançar um crescimento económico mais preparado para todos os stakeholders.

Reflecções do Ministro do Ambiente de Portugal –João Matos Fernandes¹²

As empresas pelo mundo fora reconhecem cada vez mais que um dos problemas que podem enfrentar a médio / longo prazo está associado à escassez de matéria-prima. Assim, Matos Fernandes parte do pressuposto de que “se persistirmos no modelo linear” - baseado na extração de matérias-primas, na produção de bens a partir dessas matérias e na sua eliminação - “teremos um futuro que não será abundante. E, ou os recursos ficam muito caros e, como resultado, haverá serialização pelo preço e

ficam necessariamente excluídos, ou teremos que optar por outra opção.

Essa “outra opção” é a economia circular onde “não há perda de bem-estar, não há perda de acesso [aos bens], há perda de propriedade, com ganhos para as empresas porque podem ter relações de confiança com os seus consumidores. E com ganhos para o consumidor, porque só paga o que usa, sem ter de comprar a mercadoria para ter em casa”, explica o ministro do Ambiente, João Matos Fernandes. Nesse modelo, há uma transformação: os consumidores param de comprar todos os objetos que usam e pagam por eles. Brocas e outros tipos de máquinas que são usados esporadicamente por famílias podem ser alguns dos exemplos.

Para as empresas, por outro lado, esse modelo também exige uma mudança. Para muitos, pode significar deixar de vender um produto para vender um serviço, mas também pode significar que os produtos tenham uma “vida” mais longa, e que há uma aposta na reparação ao invés da reposição. Matos Fernandes acredita que parte da mudança vai primeiro para as empresas. “Muitas dessas coisas começam com o modelo de negócios e o design dos próprios produtos. Ecodesign é o design de produtos projetados para durar mais, para que possam ser reparados e refeitos. De uma vez por todas, vamos parar de dizer em nossas casas que o aquecedor e a torradeira se estragaram e que o melhor será deitar fora em vez de os consertar. Este é um trabalho que começa naturalmente com o fabricante.”

Em Portugal, as empresas, afirma o ministro do Ambiente, estão cientes das vantagens que este modelo traz. Embora “Não tenho dúvidas de que há trabalho aqui a ser feito e sectores onde isso será mais evidente do que em outros”.

No ano passado, o Ministério do Ambiente, através do Fundo Ambiental, destinou um milhão de euros para apoiar projetos nesta área. Havia “muitos concorrentes” e o “dinheiro estava todo gasto”. Por isso, explica Matos Fernandes, “este ano há vários avisos, uns já encerrados, outros a abrir a curto prazo, muito focados na indústria” - plásticos, construção e sector público - mas também para pessoas e para pessoas. comunidades. No total, o Governo português, através do Fundo de Ambiente, vai disponibilizar este ano 5,35 milhões de euros, dos quais parte - 350 mil euros - se destina ao protocolo com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) para o desenvolvimento de agendas regionais para a economia circular.

No plano de economia circular publicado em dezembro do ano passado, o governo aponta que o impacto da implementação de medidas para a economia circular na Europa poderá levar a um aumento de 11% do produto interno bruto europeu até 2030. No caso de Portugal, o Ministro do Ambiente observa que os efeitos podem ser sentidos, em

particular, na criação de empregos. “Os números que temos são relativamente conservadores. Nossa expectativa, por exemplo, é criar 36 mil empregos diretos a partir da realização do plano de ação da economia circular” até 2030, acrescenta. “Mas o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD) agora lançou um trabalho onde apenas 32 empresas descobriram que uma grande parte desses 36.000 empregos pode ser criada muito rapidamente.”

Economia circular. O que a distingue da reciclagem? Para muitos, à primeira vista, a economia circular e o objetivo de reviver produtos podem ser confundidos com reciclagem. Ainda assim, os conceitos são diferentes. Matos Fernandes, Ministro do Ambiente, explica que “a economia circular é um modelo que regenera recursos em vez de os esgotar”. Mas também argumenta que é necessário “ter um modelo de economia em que os bens mantenham seu maior valor económico pelo maior tempo possível. Isso requer muito mais do que reciclagem. Reciclar é unir as pontas dessa economia linear”. Salientando que reciclar “é da maior importância”, o mesmo considera “fundamental” que as coisas mudem com este modelo económico. Isso porque, atualmente, apenas 9% das matérias-primas extraídas são utilizadas mais de uma vez.

BIBLIOGRAFIA

- Direção Geral das Actividades Económicas (DGAE), 2017, “Estatísticas Setoriais – A Indústria Transformadora nacional”

<https://www.dgae.gov.pt/estatisticas.aspx>

- Direção Geral das Actividades Económicas (DGAE), consulted on September 2020, URL: www.dgae.gov.pt/servicos/politica-empresarial/setores-industriais/industrias-de-base-florestal.aspx
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), 2018 “Portugal Market Report 2017”
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), 2015, “6º Inventário Florestal Nacional”

AIMMP, “Guia de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Conservação Florestal”, 2017

- Banco de Portugal, 2016, “Análise das empresas dos sectores da Madeira, da cortiça e do papel”
- Pordata, 2017, Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo, Fundação Francisco Manuel dos Santos, URL <https://www.pordata.pt/>.

- Pordata, 2016, Retrato de Portugal PORDATA, Edição 2016, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, URL <https://www.pordata.pt/>.
- Statistics Portugal, 2017, Statistics on external trade of goods, Statistics Portugal, Industrial Production Statistics, Economic Accounts for Forestry, URL: www.ine.pt.
- Statistics Portugal, 2016, Statistical Yearbook of Portugal 2015; Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, IP .
- Rego, F., Constantino, L.; Louro, G., 2014, Forest Policies in a Changing International Context, Springer, World Forests 19, Forest Context and Policies in Portugal, Present and Future Challenges, pp 219-233

02

A OPINIÃO DOS STAKEHOLDERS



> 2.1. O painel a nível europeu

2.1.1. Introdução

Este relatório é baseado em uma reunião de grupo de foco realizada em Bruxelas a 08 de outubro de 2018, com o objetivo de recolher as opiniões e experiências de especialistas sobre os desafios da transição da indústria da madeira para a bio economia circular. O focus group foi organizado pela CEI-Bois, a Confederação Europeia das Indústrias da Madeira, no âmbito do Projeto de Diálogo Social da UE “Good Wood”. A reunião contou com a presença do Sr. Patrizio Antonicoli (CEI-Bois), do Sr. Diego Benedetti (Organização Europeia da Indústria de Serralharias), do Sr. Johan Elvnert (Plataforma de Tecnologia do Setor de Base Florestal), da Sra. Ingrid Hontis (Fédération belge de l'industrie textile, du bois e de l'ameublement - Fedustria), e a Sra. Margherita Miceli (CEI-Bois). Uma contribuição escrita foi submetida pelo Sr. Rolf Gehring (Federação Europeia de Construtores e Marceneiros). A discussão foi acompanhada por duas macro questões:

1. Qual o impacto nas empresas e trabalhadores do setor das madeiras na transição para Bio

economia Circular?

2. Como pode o dialogo social facilitar a transição apoiando empresas e trabalhadores? Uma síntese das conclusões alcançadas na discussão é relatada abaixo.

A síntese das conclusões alcançadas na discussão é apresentada de seguida:

2.1.2. Oportunidades e aspetos críticos para as empresas e trabalhadores

Para enquadrar a questão corretamente, é importante lembrar que a indústria da madeira já é um alicerce da bio economia Circular Europeia. As indústrias de base florestal, como tal, fornecem um ecossistema industrial onde materiais, subprodutos e resíduos são fornecidos em várias partes da cadeia de valor, para fazer o uso mais eficiente de todos os recursos e maximizar os impactos de mitigação das mudanças climáticas do total sistema. Segundo o JRC, as indústrias da madeira e do mobiliário representam 8% do volume de negócios total e do valor acrescentado da bio economia. Se considerarmos o setor de base florestal em geral (incluindo silvicultura e indústria

de celulose e papel), a participação aumenta para 19% do valor adicionado total e 8% do valor adicionado. Além disso, uma parte significativa dos fluxos de biomassa lenhosa na Europa já é circular devido ao uso em cascata (73 Mt em 2015). A madeira e os subprodutos pós-consumo (como as aparas e serragem) representam uma parte importante do consumo de madeira na UE, que crescerá no futuro. Por exemplo, o uso de madeira recuperada atingiu em média 40% das necessidades de matéria-prima na indústria de aglomerado de madeira, com alguns países a usar madeira recuperada em até 90% de suas compras de madeira. Ao mesmo tempo, ao olhar para o futuro, o setor enfrenta alguns desafios. Alguns deles foram identificados pelos participantes.

- **O nível de avanço tecnológico da indústria** não é uniforme em toda a Europa. Isso traduz-se em um grau diferente de intensidade de trabalho entre os diferentes países. Por exemplo, nos países do Leste Europeu, a indústria é muito mais intensiva em mão de obra do que nos países nórdicos. Isso significa que o potencial para maior mecanização permanece alto. Uma mudança nesta direção implicará um aumento da procura por trabalhadores qualificados, funcionários e empresários, e por uma atualização de perfis profissionais (por exemplo, perfis de engenharia mecânica serão cada vez mais procurados).

- **A mudança tecnológica é um processo contínuo e afetará produtos**, materiais usados e processos de trabalho. Isso pode levar a novas formas de riscos (novos materiais e combinação de materiais) ou, por outro lado, pode reduzir os perigos existentes nos locais de trabalho.

- A estrutura da indústria da madeira também difere na Europa. Por exemplo, no Centro-oeste da Europa, 80% da força de trabalho são empregados, enquanto essa parcela diminui para 40% no Sudoeste e Sudeste da Europa, onde o tamanho médio das empresas é menor e as empresas familiares ainda são numerosas. Embora existam diferenças entre países e subsectores, também se observa uma tendência de consolidação, com uma reestruturação da indústria para menos empresas, mas maiores. A integração também é uma tendência bem estabelecida nos países nórdicos, onde estão localizadas as maiores bio refinarias à base de madeira. Nos países escandinavos, por exemplo, pequenos e médios fabricantes de produtos de madeira não integrados coexistem em fábricas de produção integrada ao usar biomassa para produzir produtos de madeira, celulose e papel, produtos químicos de base biológica, biocombustíveis, eletricidade e calor. Os participantes concordam que a consolidação geralmente implica em melhor organização do trabalho e melhores condições para os trabalhadores, mas também reconhecem que o

modelo de empresa familiar oferece vantagens em termos de dedicação dos trabalhadores. Os participantes também concordam que, apesar da tendência geral de concentração de mercado, ainda existirão nichos de mercado para pequenas empresas e as pequenas empresas vão manter o seu lucro, por exemplo, concentrando-se mais nos mercados de exportação ou impulsionando a tendência de customização de produtos.

- **Podem surgir novos modelos de negócios e as cadeias de valor tradicionais podem enfrentar mudanças**; podem surgir novos nichos para fabricantes ou comerciantes. As mudanças apontadas acima podem ter um impacto substancial nas qualificações necessárias. Assim, os sistemas de ensino profissional do mercado de trabalho e as empresas (as suas unidades de formação interna) confrontam-se com a necessidade de antecipar as mudanças e integrar novas competências nas estruturas de formação existentes e de atualizar as qualificações da mão de obra atual.

- **O desafio de reter os trabalhadores qualificados existentes** e atrair novos talentos será enfrentado em todas as partes do setor e em todo o continente. Ao mesmo tempo, os desequilíbrios nos níveis salariais entre os Estados-Membros da UE podem agravar essas dificuldades em certas partes da Europa.

- **Do lado regulamentar**, a ambição da UE de ser pioneira na luta global contra as alterações

climáticas, comprometendo-se com a neutralidade climática até meados do século, pode implicar uma perda de competitividade devido ao aumento da carga regulamentar, a menos que sejam tomadas medidas para corrigir possíveis desequilíbrios e garantir que a transição seja realizada de forma socialmente justa. Ao mesmo tempo, a transição para a bio economia circular oferece oportunidades para o setor e para as empresas e trabalhadores europeus em geral. Por exemplo: a abundância de biomassa na Europa Oriental oferece um potencial de desenvolvimento bio económico significativo, desde que a governança e as políticas corretas estejam em vigor (ver por exemplo a iniciativa BIOEAST, www.bioeast.eu). O uso de fundos estruturais nessas áreas pode ser direcionado para avanços de infraestrutura (por exemplo, estradas florestais) que irão facilitar o desenvolvimento de cadeias de valor industriais e de criação de valor.

- O setor, em geral, terá (chance de) crescer reputação positiva na sociedade. A última primavera de ativismo jovem em questões de mudança climática também pode resultar em uma orientação mais forte para setores que fornecem bio produtos e que contribuem fortemente para uma economia circular.

- **Oportunidades de competências** podem resultar em crescimento individual e melhores oportunidades de carreira para os trabalhadores. As mudanças na tecnologia, produtos e processos de produção também podem oferecer oportunidades para novas formas de organização do trabalho e melhores condições de trabalho.

- **As mudanças em direção** a cadeias de valor totalmente circulares também oferecerão oportunidades de criação de empregos. Um exemplo é a tendência atual de aumento da reutilização e reforma de produtos de móveis. Iniciativas para estabelecer esquemas de Responsabilidade Ampliada do Produtor também estão ganhando terreno na Europa (por exemplo, a Bélgica lançará um esquema EPR obrigatório para colchões a partir de 2021, e outras iniciativas relacionadas ao setor de móveis podem se seguir) e fornecerão oportunidades de emprego em todos os níveis para atividades de coleta, classificação e processamento, bem como outras funções de apoio, como logística reversa. É provável que mudanças nessa direção se materializem nos próximos 10-15 anos.

2.1.3. O valor acrescentado do Dialogo Social

Os participantes concordam que, para enfrentar com sucesso o desafio acima mencionado, é necessária uma ação conjunta de empregadores e trabalhadores. O parceiro social pode desempenhar um papel importante a todos os níveis, empresarial, sectorial e europeu. Antecipar e avaliar a evolução tecnológica da indústria é fundamental para fazer face ao chamado “gap de competências” e definir as novas necessidades da mão-de-obra. Consequentemente, devem ser implementados

mecanismos de adaptação para suprir a lacuna de competências, mas também a crescente escassez de trabalhadores qualificados no setor de produção. Para isso, a colaboração com os Parceiros Sociais é fundamental para estreitar os laços entre escolas, universidades e empresas. O diálogo social sectorial europeu no setor é uma plataforma fundamental para estimular iniciativas de desenvolvimento e atualização de competências no setor, por exemplo, através de **iniciativas conjuntas para fortalecer o sistema de EFP**. Seu papel a este respeito é pelo menos triplo, ou seja,

- a) A troca de informações, de boas práticas e o apoio à comunicação dentro do setor:
- b) a influência ativa da estrutura social e legal
- c) **o apoio ativo conjunto das empresas na gestão da mudança** (projetos, orientações e convênios). Ao fazê-lo, os parceiros sociais também assumem a responsabilidade de contribuir para a igualdade de condições para todas as atividades económicas numa economia circular em crescimento.

A sensibilização também é uma área conjunta de discussão e trabalho para os parceiros sociais: as comunidades locais devem colaborar com a indústria e os sindicatos para melhorar a imagem do setor e comunicar à sociedade a importância das florestas e das indústrias de base

florestal, ao mesmo tempo que apresentam caráter inovador e sustentável. A título de exemplo, o setor da madeira está a trabalhar para melhorar a sua comunicação com as gerações jovens e lançou iniciativas conjuntas com os parceiros sociais a nível da UE para resolver o problema através do projeto conjunto “Perspetivas e desafios das indústrias da madeira na Europa”. Em particular, iniciou um estudo sobre a perceção do setor que visa também emitir recomendações concretas sobre como colmatar o fosso entre a indústria e os jovens trabalhadores (para mais informações, consulte <http://pcwie.com>).

> 2.2. O painel em Itália

2.2.1. Introdução

Na Itália, o painel envolveu: 3 sindicatos, 1 associação de empregadores, 2 empresas, 1 consórcio sectorial, 1 centro de pesquisa e formação, 1 centro de credenciamento e formação. Algumas partes interessadas expressaram suas opiniões por meio de um grupo de foco e análise aprofundada via e-mail / telefone; com algumas partes interessadas, foi realizada apenas uma entrevista por telefone. As principais perguntas feitas no grupo de foco foram:

1) *Desenvolvimento* de modelos económicos sustentáveis no setor das madeiras: quais são as oportunidades e questões críticas para empresas e trabalhadores?

2) neste contexto, qual é a mais-valia do diálogo social?

As entrevistas individuais deram a oportunidade de dar seguimento às questões e / ou ouvir a experiência específica daquela organização. Este capítulo 2.2. propõe um resumo do que emergiu tanto na reunião do “focus group”, bem como, em algumas entrevistas individuais, enquanto a experiência específica de quatro organizações é relatada no anexo a este capítulo.

2.2.2. Reflexões gerais

Em primeiro lugar, as partes interessadas ouvidas compartilharam algumas reflexões gerais. O desenvolvimento de modelos económicos sustentáveis no setor das madeiras deve ser entendido como uma visão e responsabilidade compartilhada entre: empresas, trabalhadores, seus representantes e instituições. O diálogo social sobre esta questão é mais eficaz na sua forma “tripartido”, com o envolvimento de organizações de empregadores, sindicatos e instituições. O nível institucional envolve os 4 níveis: UE, nacional, regional e municipal. Da mesma forma, ao que pode ser dito para outros sectores, o desenvolvimento do setor das madeiras de forma sustentável pode ser implementado através da interligação de quatro fatores:

- Quadro Regulatório e fiscal
- Aumento de consciência e mudança cultural em vários níveis
- Inovação organizacional e praticas de negócios
- Comunicação eficaz e justa aos consumidores

Há já alguns anos que os parceiros sociais do sector da madeira e da construção estão cientes do desafio “verde” a nível nacional e europeu. Estão cientes, por exemplo, que a utilização da madeira na construção, associada ao seu reaproveitamento / regeneração, permite minimizar os impactos dos processos construtivos e potenciar as propriedades de desempenho da madeira e seus derivados também ao nível da eficiência energética. Por outro lado, no que diz respeito à economia circular no setor da construção e da madeira, continua a faltar um investimento adequado em **investigação e desenvolvimento**. Em geral, há também uma visão comum de que os **acordos internacionais na área ambiental não são muito eficazes**.

2.2.3. Oportunidades e pontos críticos nas empresas

O desenvolvimento sustentável é cada vez mais considerado pelas empresas como uma oportunidade (existente ou, em qualquer caso, potencial) em termos de mercado e competitividade, bem-estar organizacional, redução de custos de energia, acesso a financiamento e reputação corporativa.

Apoiar as empresas na adoção de modelos ambientalmente sustentáveis é fundamental:

- para fortalecer a consciência e competências (cultura de sustentabilidade)
- fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento também para as PMEs, investindo em tecnologias, máquinas, novos materiais, processos inovadores que reduzam o desperdício de processamento e o uso de energia
- interação com o território e suas partes interessadas
- a ativação de parcerias / redes de empresas para explorar a simbiose industrial
- usar a alavancagem fiscal em benefício das empresas investidoras; essas empresas devem receber incentivos claros, estáveis ao longo do tempo, para apoiar a transição
- alavancar o aspeto “reputação” para o mercado (por exemplo: a combinação "Made in Italy -

produto sustentável" é vencedora para a competitividade do produto, nas faixas de médio e médio-alto)

- definir regulamentos / regras técnicas mais claras, menos complicadas e menos mutáveis
- introduzir certificações ambientais obrigatórias e sistemas de medição que permitam ao consumidor avaliar inequivocamente a "qualidade ambiental" do produto.

2.2.4. Oportunidades e questões críticas para os trabalhadores

As principais reflexões que surgiram são:

- uma empresa que adota princípios de sustentabilidade corporativa é uma empresa mais segura: este elemento pode ser o ponto de partida para uma estratégia de partilha entre empresa e trabalhadores
- é importante atuar visando o reconhecimento dos direitos ambientais dos trabalhadores
- A sustentabilidade requer modelos organizacionais e produtivos participativos que aumentem a corresponsabilidade da gestão e de todos os trabalhadores.
- surge a questão de ajustar os níveis salariais à luz das novas competências / responsabilidades dos trabalhadores (remuneração das responsabilidades novas e generalizadas dos trabalhadores)

- o risco ocupacional devido à falta de competências deve, evidentemente, ser enfrentado com a formação inicial e contínua, que é uma necessidade e um recurso; atualizar constantemente as competências técnicas e melhorar as habilidades transversais, como resolução de problemas, trabalho em equipe, capacidade de assumir responsabilidades e flexibilidade
- O desenvolvimento sustentável é um fator positivo no aumento da atratividade, do setor, especialmente para a geração mais jovem.

2.2.6 A perspectiva do dialogo social: recomendações para fomentar a sustentabilidade ambiental no setor das madeiras.

Os investidores que participaram concordaram com as seguintes recomendações:

- 1. fortalecer o diálogo social para vencer um desafio que diz respeito a uma responsabilidade compartilhada entre empregadores e trabalhadores
- 2. Fomentar a perspectiva intersectorial, “estabelecendo regras para a cadeia de abastecimento”, promovendo a unificação / harmonização dos contratos
- 3. Empurrar e sustentar as empresas para investir e raciocinar no retorno económico da sustentabilidade: mais eficiência, menos desperdício, maior responsabilidade com o território, maior competitividade
- 4. para promover a negociação integrativa (segundo

nível) como um catalisador fundamental para inovações "verdes" de produto / processo "dobradiça"

- 5. construir consenso sobre os valores da sustentabilidade ambiental, atuando em conjunto para melhorar a eficácia da comunicação e sensibilização de todas as partes interessadas
- 6. fazer do diálogo social um motor fundamental para a ação em matéria de legislação e políticas a nível da UE
- 7. Incitar os órgãos legislativos e dirigentes a nível nacional a transpor rápida e eficazmente as diretivas europeias e a adotarem incentivos que recompensem as boas empresas e os trabalhadores.
- 8. fortalecer o diálogo social de forma trilateral - fomentando o diálogo com instituições em todos os níveis, criação de comitês diretivos para promover projetos e experiências
- 9. ativar percursos conjuntos de empresários e trabalhadores: informação, formação, troca de experiências, conceitos de modelos e processos
- 10. Promover ações no campo educacional e cultural, por meio de campanhas e iniciativas ao longo da vida, desde o ensino básico
- 11. apoiar a “responsabilidade ambiental ampliada” por meio de “cláusulas de sustentabilidade” nos contratos, desde o nível

nacional até o nível empresarial, atuando em toda a cadeia de processamento e aproveitamento de materiais

- 12. promover amplas medidas de informação, sensibilização e formação a nível nacional e local
- 13. promover parcerias de projetos decisivas, incentivando a experimentação, práticas e códigos voluntários que possam trazer consigo a necessária mudança cultural.

ENTREVISTA COM IMOLA LEGNO SPA

www.imolalegno.com

IMOLA LEGNO é uma empresa que emprega 138 trabalhadores; é uma empresa importadora, distribuidora e processadora de matérias-primas de madeira. No que diz respeito às questões relacionadas com o projeto GOOD WOOD, a abordagem da empresa é revelada nos depoimentos da entrevista aos dois representantes da empresa: “Na nossa indústria, uma empresa deve necessariamente proteger a sustentabilidade das matérias-primas lenhosas, pois a madeira é única pela sua versatilidade, estética e velocidade de regeneração. A madeira tem acompanhado a vida humana e seu manejo sustentável é indispensável para o equilíbrio do nosso planeta. A proteção dos recursos naturais é responsabilidade de todos e temos a convicção de que decisões empresariais e comportamentos ecologicamente responsáveis

podem coexistir”.

No que se refere ao processo produtivo e às certificações, a empresa é certificada "FSC" e "PEFC" e possui células de secagem específicas, aptas para a realização de tratamentos térmicos de madeira (HT / ISPM 15), essenciais para a exportação de produtos embalados. Todos os painéis (multicamadas / aglomerados / mdf) possuem as certificações apropriadas ("CARB2", "EPA", "E1") que limitam fortemente o teor de formaldeído nos vários produtos. A empresa destacou que as certificações, em particular a FSC, prevê o envolvimento ativo de todos os colaboradores, todos eles envolvidos na 'cadeia de custódia' da madeira. Imola Legno também optou por obter o S.A.L.E. (Building Timber Reliability System) Certificado de Conformidade, que visa divulgar edifícios de qualidade que cumpram a legislação em vigor (especialmente no que se refere às características antissísmicas) e facilitar o diálogo entre empresas de construção de edifícios em madeira, instituições de crédito e seguradoras. O protocolo não se aplica a uma construção individual de madeira, mas sim aos métodos de operação / produção implementados pelo Construtor de forma a garantir a conformidade da obra nas várias fases da construção através de uma visita de inspeção inicial (na fábrica e no local) e uma vigilância periódica, visita anual. A entrada em vigor do Regulamento da Madeira da UE ("EUTR") foi totalmente apoiada por esta empresa, que, como importadora, realiza verificações assíduas nos fornecedores para que, por sua vez, cumpram as regras de

exploração madeireira e sustentabilidade de recursos florestais. Nos últimos anos, a empresa fez uma seleção de seus fornecedores, principalmente em algumas regiões do mundo, e cancelou pelo menos 50% deles, por não atenderem aos requisitos de certificação.

A empresa reconheceu que nos últimos anos alguns grandes grupos do grande varejo que acompanham cada etapa da transformação do produto, no cumprimento das certificações e para a manutenção da cadeia de custódia que vai do manejo florestal ao produto acabado, deu um importante contributo para toda a indústria. "Cada novo produto que apresentamos deve cumprir requisitos muito rigorosos e deve durar o maior tempo possível. O último produto que introduzimos, ACCOYA (um nome que identifica madeira acetilada), e um exemplo disso, certificado pelo FSC / PEFC, e naturalmente tratado em células especiais; garante 50 anos para uso externo e 25 anos em contato constante com água e solo. Não requer descarte, e no final de seu ciclo, que dura mais do que o garantido, pode gerar calor, por combustão, de forma totalmente natural".

Com referencia ao consume de energia e logística, a empresa possui um sistema fotovoltaico que cobre todas as necessidades do processo produtivo e utiliza apenas a combustão desde o processamento dos resíduos até o aquecimento da

água ou do meio ambiente. Portanto, não utiliza nenhum tipo de combustível. A logística é baseada exclusivamente no transporte ferroviário ou marítimo, evitando-se a poluição excessiva do transporte rodoviário ou aéreo. Com o objetivo de aumentar a eficácia, eficiência e sustentabilidade, IMOLA LEGNO fundou uma empresa de logística para administrar, entre outras funções, a operação de trilhos ferroviários privados que chegam às fábricas.

Em relação à competitividade do mercado, representantes das empresas destacaram que “nem sempre o mercado valoriza nossos esforços seletivos, que implicam um maior custo de matéria-prima; porém, acreditamos que é só questão de tempo, comunicação social correta e educação no uso de produtos sustentáveis. Quando trabalhamos na Europa, ou com os Estados Unidos, que são mercados que exigem garantias a este respeito, 'jogamos em igualdade de condições'. A competitividade, quando jogamos com 'as mesmas armas' (mesmo nível de proteção e qualidade), é ditada pela eficiência do negócio. Na verdade, é difícil ou impossível competir em países ou com países que não desenvolveram os mesmos critérios de respeito e gestão inteligente dos recursos florestais e proteção da qualidade do trabalho. Nossa escolha, porém, é seguir um caminho mais responsável, mesmo que difícil, respeitando o meio

ambiente. A sustentabilidade é o nosso trunfo para vencer o nosso desafio comercial, aumentar as nossas exportações para os mercados mais avançados, por exemplo o Reino Unido”.

No que se refere à importância de acordos específicos entre empreendimentos, a empresa sublinhou a importância dos acordos com fornecedores: “Fruto de escolhas bem pensadas e estratégicas, temos a mesma visão dos nossos fornecedores, que têm a mesma sensibilidade ambiental, questões, e com quem compartilhamos códigos de conduta específicos para a proteção de matérias-primas ". Além disso, a empresa destacou que na Itália, atualmente, as alianças para a sustentabilidade são uma necessidade primordial também no setor de distribuição: “Acreditamos que o mercado ainda é muito fragmentado e, portanto, devem de ser adquiridos acordos entre empresas com a mesma visão sustentável e facilitado, a fim de impulsionar a sustentabilidade ambiental no nosso setor.

Concluindo, a empresa destacou duas áreas nas quais o governo deve atuar para incentivar e apoiar as empresas que empreendem inovações para a sustentabilidade ambiental:

1. Simplificação administrativa /regulatória: até o momento, a quantidade e o momento dos requisitos burocráticos muitas vezes complicam a implementação de inovações em fábricas (por exemplo, o tempo necessário para obter licenças para ampliação/extensão de fábricas).
2. Incentivos fiscais para empresas responsáveis.

Entrevista com Alessio Gnaccarini - Diretor do COSMOB

<http://www.cosmob.it>

Apresentação do Cosmob

O Centro Tecnológico COSMOB foi fundado em 1983 por instituições e empresas do bairro mobiliário de Pesaro. O Centro oferece uma ampla gama de serviços às empresas: testes de laboratório e certificações de produtos, suporte regulatório, design e fabricação digital, controle de qualidade, cursos de formação técnica e especializada inicial e contínua, otimização da produção, controle de fornecedores, apoio à inovação, pesquisas nacionais e internacionais e projetos de desenvolvimento, assessoria em internacionalização. Desde 2019, o COSMOB é oficialmente um Organismo de Certificação de Produto, credenciado pela Accredia (organismo de acreditação italiano) de acordo com a norma de referência internacional UNI CEI EN ISO / IEC 17065: 2012, que define os requisitos de competência, imparcialidade e funcionamento adequado dos Organismos de Certificação

Considerações gerais sobre os desafios de sustentabilidade e circular para as empresas

Nos últimos três anos, as restrições impostas pelo

órgão regulador americano EPA (Agência de Proteção Ambiental) aos limites de emissão de substâncias nocivas em peças e montagens de produtos mobiliário têm sido de alta atualidade. Essas restrições impuseram a todas as empresas exportadoras um ajuste imediato na oferta de matérias-primas, com complexas intervenções organizacionais e gerenciais a serem realizadas em curtíssimo prazo. Obviamente, esta regulamentação teve um efeito inicial direto sobre os fabricantes de painéis e gerou dificuldades de abastecimento em 2018. Sem dúvida, nesta e noutras áreas da regulamentação, as pequenas empresas têm maiores dificuldades de adaptação, também ao nível da recolha de informação. As PME necessitam de uma assistência direcionada, com abordagens diferenciadas de acordo com o tipo de produto e clientela (sejam componentes ou produtos acabados, para clientes privados ou públicos), também nas atividades de comunicação.

No geral, o desafio da sustentabilidade de materiais e processos é muito complexo para as pequenas empresas da indústria do mobiliário de madeira e o aconselhamento especializado é essencial, principalmente no apoio aos processos de certificação. O eco design é particularmente desafiador, se considerarmos, acima de tudo, as características de desmontagem. É fundamental expandir a investigação multidisciplinar e a

cooperação intersectorial, áreas nas quais a COSMOB optou por se comprometer fortemente, por exemplo, através de projetos em colaboração com o sector automóvel (projetos sobre cola, tintas, resistência às intempéries) ou com a construção sector (plantas que absorvem poluentes) ou com o sector náutico (materiais leves), ou com o sector de moda / têxtil (reaproveitamento de materiais, eco tecidos).

Reflecções sobre certificados

Dentro das diferentes certificações para as quais o COSMOB fornece assistência, analisamos rapidamente duas delas: uma que poderíamos definir "básica" - a Certificação de Critérios Ambientais Mínimos (CAM) e a outra que poderíamos definir "limite", recentemente lançada - a Marca de Circular. Em ambos, oferecemos algumas ideias para as empresas sobre os benefícios e os aspetos de complexidade.

1) Verificação do cumprimento do regulamento dos critérios ambientais mínimos (cam) para mobiliário

Os CAM são definidos no âmbito do “Plano de sustentabilidade ambiental dos consumos no sector da administração pública” e foram adotados por Decreto do Ministro do Ambiente. Na Itália, a eficácia do CAM foi garantida pelo art. 18 da Lei nº. 221/2015 e, posteriormente, art. 34 contendo “Critérios de sustentabilidade energética e ambiental” do Decreto Legislativo nº. 50/2016 56/2017, o que tornou obrigatório

que todas as estações contratantes o aplicassem. Os critérios ambientais mínimos a serem respeitados estão relacionados aos produtos químicos perigosos e às emissões nocivas (formaldeído, VOC), bem como aos materiais utilizados na fabricação do produto (plásticos, revestimentos, enchimento) e aos requisitos do produto final que devem atender aos as versões mais recentes dos padrões UNI relevantes sobre durabilidade, tamanho, segurança e robustez. A COSMOB oferece às empresas um suporte concreto na preparação e organização da informação necessária. Inicia-se com uma AUDITORIA NA EMPRESA (que prevê: formação aos vários níveis de responsabilidade pela gestão dos requisitos regulamentares; verificação documental, amostragem de produtos); em seguida, são realizados os TESTES DE LABORATÓRIO (testes relacionados ao produto; testes relacionados aos materiais dos componentes; emissão de “Relatórios de Teste”). Após a aprovação nos testes, a empresa pode obter o certificado que será objeto de renovação, após acompanhamento e verificação periódica.

2) Marca circularidade

Os “fundamentos” da economia circular dizem que os recursos utilizados para uma atividade devem ser disponibilizados novamente ao sistema para serem reaproveitados. Para atingir este objetivo, é

necessário desenvolver um acompanhamento adequado que, em paralelo com a quantificação económica, possa avaliar a qualidade, a quantidade e os tipos de recursos utilizados ao longo da cadeia de abastecimento e ao longo do ciclo de vida do produto ou serviço. A avaliação deve considerar as fases de compra, produção, embalagem e transporte, métodos de uso e reutilização, manutenção, durabilidade e frequência de uso. A fase de recuperação e reciclagem deve ser eficiente, de forma a evitar a dispersão de recursos ou depreciação e degradação dos materiais utilizados em relação ao seu valor e características originais. Durante a fase de projeto, será mais necessário do que nunca aplicar estratégias de eco design para avaliar o ciclo de vida dos recursos usados e identificar soluções ambiental e economicamente eficientes. A Cosmob elaborou seu próprio regulamento de funcionamento - “Cosmob Qualitas Praemium - Avaliação da Circularidade do Produto” - que se constitui em um método lógico de verificação eficiente, para favorecer o alcance dos resultados definidos. A atividade planeada pode ser caracterizada por diferentes níveis de estudo aprofundado, e está dividida em: ANÁLISE DE DADOS, com a elaboração de um relatório técnico preliminar; AUDITORIA NA EMPRESA que prevê várias fases: A) avaliação da circularidade do produto em termos de utilização eficiente de recursos; B) avaliação da circularidade

económica do produto; C) propostas para melhorar o uso eficiente dos recursos utilizados no que diz respeito ao ciclo de vida do produto; D) Avaliação de possíveis cenários de referência circular para um produto mais competitivo. E) Verificação do processo de comunicação de reclamações ambientais de acordo com a ISO 14021.

Para ambos os caminhos de certificação descritos acima, os benefícios se devem, em primeiro lugar, ao alcance de um alto nível de competitividade das empresas: se, por um lado, os produtos devem ser validados sobre diferentes pontos de vista como eco sustentabilidade, segurança, durabilidade e ergonomia, por outro lado, a obtenção destas certificações permite às empresas realizar campanhas de comunicação e marketing com base em elementos específicos e reconhecíveis, aos quais o mercado, especialmente o internacional, é particularmente sensível. Tudo isso, portanto, significa que as empresas podem ser colocadas em um segmento de mercado diferente daqueles concorrentes que dependem exclusivamente de baixos custos de produção. Os aspetos de maior complexidade para as empresas estão ligados às suas características de porte, visto que as empresas desse setor são, em sua maioria, micro, pequenas e médias. Portanto, é fundamentalmente importante a prestação de serviços tecnológicos avançados de suporte técnico e de gestão na implantação de caminhos de certificação que criem valor competitivo nos mercados internacionais.

ENTREVISTA COM CONLEGNO

www.conlegno.eu

CONLEGNO é um Consórcio privado sem fins lucrativos constituído com o objetivo de proteger o património florestal e a biodiversidade, promovendo a utilização da madeira, desde a matéria-prima à embalagem e madeira estrutural; faz a gestão de 14 Marcas a nível nacional e internacional, das quais 13 são propriedade do Consórcio. Todas as marcas e serviços são orientados para a sustentabilidade.

A questão da sustentabilidade na cadeia produtiva da madeira e a importância das obrigações e certificações.

A Itália é pobre em recursos florestais, os suprimentos vêm do exterior, principalmente da Áustria, onde existem grandes serralharias. A introdução do Regulamento (UE) n.º 995/2010, que estabelece as obrigações dos operadores que colocam no mercado madeira e produtos de madeira, incluindo a rastreabilidade e o controlo dos fornecedores, pode gerar problemas críticos. O pequeno fornecedor de matéria-prima não é informado e muitas vezes não possui a documentação de acompanhamento adequada para exportar seus produtos. Além disso, também o

comprador tem dificuldades em avaliar a exatidão da documentação fornecida. A questão fitossanitária (ISPM n.15, FITOK) também faz parte dos requisitos. Em geral, a Itália é um país bastante virtuoso no que diz respeito aos requisitos regulatórios; o mesmo não pode ser dito para o resto da Europa. Isto confirma a importância da normalização e obrigatoriedade a nível europeu. No entanto, as certificações ambientais representam um fator positivo. Por exemplo, a madeira utilizada na construção civil é garantida por uma certificação nacional que tem um feedback positivo, baseado no nosso profissionalismo reconhecido pelo mercado até no estrangeiro. As certificações FSC / PEFC são reconhecidas pelos mercados globais e facilitam o comércio, mesmo o comércio em grande escala muitas vezes exige produtos certificados.

Economia Circular

É implementado principalmente através do padrão internacional de marca de produto EPAL - um padrão derivado da Alemanha - que exige que os paletes sejam feitos de madeira reciclada e reutilizáveis indefinidamente, novos ou reparados. EPAL é um padrão que identifica o sistema de troca de paletes. A European Pallet Association e.V.

(EPAL), é responsável mundialmente pela qualidade das paletes EPAL colocadas no mercado, graças a um sistema de controlo efetuado por uma terceira empresa independente. Na Itália, é representado pelo Comité Técnico CONLEGNO EPAL. Para este tipo de atividade e em geral as empresas devem ser formadas e apoiadas e este é também o papel da CONLEGNO (no que diz respeito aos seus serviços). Frequentemente, as empresas não estão preparadas para a sustentabilidade; se fazem uso de atividades de formação, preferem a formação técnica. CONLEGNO não tem nenhuma experiência particular de trabalho com a parte sindical na economia circular e na sustentabilidade em geral.

CATAS¹

www.catas.com

A CATAS foi fundada em 1969 no bairro então conhecido mundialmente como a casa dos componentes de cadeiras e móveis. O Instituto foi fundado pela Câmara de Comércio de Udine para ajudar as empresas locais a expandirem-se internacionalmente em novos mercados estrangeiros e de se adaptarem aos padrões técnicos de produtos, tanto nacional, bem como, internacionalmente. Além das certificações reconhecidos pela ACCREDIA como um laboratório de testes credenciado (ISO / IEC 17025) e organismo de certificação de produto para os esquemas de certificação de formaldeído CARB e EPA (ISO / IEC

17065), CATAS goza de vários reconhecimentos de órgãos públicos e governamentais, como os ministérios Italianos de referência (Ministério do Interior e MISE-Ministério de Desenvolvimento Económico), agências governamentais dos EUA (CARB e EPA) e associações internacionais de fabricantes (BIFMA). O grande número de ensaios realizados anualmente em materiais e produtos para o setor mobiliário e a participação ativa e constante dos seus técnicos em todos os Conselhos de normalização nacionais (UNI) e internacionais (EN, ISO) do setor, fazem do CATAS um observatório técnico privilegiado das necessidades e desenvolvimentos atuais do setor.

Economia Circular

Há já algum tempo que o conceito de economia circular surge com crescente insistência em diversas áreas, mas este ano assistiu a uma importante aceleração, com os organismos de normalização técnica na vanguarda. No nosso setor, tanto a Comissão Técnica dos Painéis de Madeira como a Comissão Móveis têm assumido uma postura firme sobre o assunto. Estamos nos estágios iniciais, há uma série de termos, aspetos, consequências que precisam de uma abordagem sistemática para definir esquemas de referência e proceder de forma sistemática. Nosso princípio básico é ser capaz de definir, encontrar e medir índices quantitativos estabelecendo um objetivo e

uma métrica compartilhada.

Presentemente, estamos bem avançados na avaliação de parâmetros fundamentais como a qualidade do ar interno (intimamente relacionado a móveis e edifícios), a durabilidade dos móveis (normas técnicas EN / ISO) e até que ponto esses aspetos e suas escolhas consequentes (ser corretamente definidos como sustentáveis) afetam o uso de recursos (LCA). A CATAS trabalha muito nessas fronteiras, ao participar de comitês de padronização.

Qualidade do ar interno

A qualidade do ar interior em ambientes habitacionais (residências, escritórios, escolas, hospitais, ...) está hoje a receber especial atenção, como consequência de uma maior consciência sobre a saúde e segurança dos consumidores e dos ambientes em que vivem ou permanecem. Entre as substâncias utilizadas nos processos produtivos do nosso setor, o formaldeído e os compostos orgânicos voláteis são reconhecidos como uma das principais fontes de perigo e impacto à saúde humana e ao meio ambiente. O formaldeído, uma substância extremamente volátil, declarada carcinogénica para humanos (IARC, Agência Internacional de Pesquisa do Câncer, 2006) ainda é amplamente utilizada em nosso setor hoje,

principalmente na produção de painéis derivados de madeira. Para limitar e controlar o seu uso, métodos de ensaio e limites de emissão têm sido desenvolvidos e adotados ao longo dos anos, proporcionando ao mercado ferramentas e regras definidas para verificar e declarar a conformidade de matérias-primas e produtos acabados. Esta é de facto uma das poucas áreas do nosso sector reguladas por obrigações legais específicas. A Itália, como outros países europeus, tornou obrigatório o uso exclusivo de painéis de baixa emissão de formaldeído (classe E1, Decreto do Ministério do Trabalho, Saúde e Políticas Sociais nº 288/2008). Outros países fora da Europa adotaram medidas semelhantes, em particular os EUA, que nos últimos anos atuaram como protagonistas neste campo: em 2009, o California Air Resources Board (CARB) emitiu um regulamento legislativo limitando as emissões de formaldeído de painéis derivados de madeira, em 2018 a American EPA - Agência de Proteção Ambiental introduziu a regulamentação sobre as emissões de formaldeído de produtos compósitos de madeira que, de fato, estende esses limites a todos os Estados Unidos. De acordo com esses regulamentos, o acesso ao mercado dos EUA exige que os fabricantes obtenham uma certificação de terceiros, oficialmente autorizada pelo CARB e EPA, e que inclui a realização de inspeções nas fábricas e testes laboratoriais periódicos.

Os compostos orgânicos voláteis (COVs) são substâncias contidas em diversos produtos derivados da madeira (de móveis a produtos de construção) e em acabamentos aplicados em superfícies de paredes, pisos, portas, móveis

etc. As normas técnicas internacionais disponibilizam métodos de referência para a medição de Emissões de VOC (por exemplo, EN ISO 16000-9). No que se refere aos requisitos e limites de emissão reconhecidos e partilhados a nível europeu, podemos hoje referir-nos apenas ao Regulamento UE n.º 305/2011 sobre produtos de construção, que inclui, entre os seus requisitos básicos, também as emissões de substâncias nocivas dos materiais. Alguns estados membros, por exemplo A França e a Alemanha emitiram seus próprios regulamentos específicos sobre emissões internas que os fabricantes devem conhecer e respeitar para exportar livremente alguns produtos de construção (por exemplo, pisos) para esses países. Existem também alguns esquemas nacionais de certificação voluntária para produtos de baixa emissão na Europa, mas cada um deles propõe seus próprios requisitos para teste e avaliação de resultados. Esta situação complexa e diversa pode representar hoje um grande obstáculo aos fabricantes que exportam os seus produtos para diversos mercados europeus, bem como uma possível fonte de desorientação dos consumidores no processo de escolha e aquisição de produtos.

Durabilidade da mobília

Nesse sentido e desde o início, todas as normas técnicas de móveis contemplaram tanto a segurança do produto quanto a sua durabilidade em

relação ao uso pretendido. Com as ferramentas regulatórias agora disponíveis (padrões EN em primeiro lugar, mas também padrões ISO), a durabilidade é um indicador de economia de recursos.

O uso de recursos

Nos últimos anos, também houve sinais fortes e generalizados de interesse em declarações ambientais de produtos no setor mobiliário. Neste contexto, a declaração ambiental de produto certificado EPD (Environment Product Declaration) representa uma das ferramentas de referência, assente na análise do ciclo de vida do produto de acordo com o método LCA - Life Cycle Assessment para garantir a objetividade das avaliações efetuadas. A ACV é um método estruturado e padronizado a nível internacional (normas ISO, série 14040) que permite quantificar os potenciais impactos no ambiente e na saúde humana associados a um bem ou serviço, a partir do consumo de recursos e emissões, ao longo do todo o ciclo de vida do produto. Nesta matéria, a CATAS iniciou recentemente o desenvolvimento de novos serviços de apoio ao negócio, propondo-se como fornecedora técnica para a aplicação da análise LCA à produção de móveis.

> 2.3. O Painel na Bulgária

2.3.1. Introdução

A transição para a economia circular é vital para superar os complexos desafios económicos, ambientais e sociais enfrentados pela sociedade. Conforme destacado pelas prioridades definidas pela Comissão Europeia, a transição do atual status quo dos modelos lineares de negócios para abordagens circulares é um objetivo fundamental para a UE na sua jornada rumo à sustentabilidade. A implantação de sistemas produtivos inovadores em direção à circularidade não só resultará em benefícios para a sociedade, mas também proporcionará inúmeras novas oportunidades para as empresas. As inovações ajudam o setor privado a afetar positivamente o crescimento económico, a reduzir o impacto negativo no meio ambiente e a criar mais empregos. Eles podem, de fato, gerar economias substanciais nos custos de material para as empresas. De acordo com o Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2019-2021 sobre o diálogo social, a economia circular é uma das seis prioridades delineadas. O setor de processamento de madeira na Bulgária dá os primeiros passos na introdução da economia circular. Uma abordagem

circular neste setor exige uma mudança nas características e prioridades dos modelos de negócio e de produção e também uma nova orientação do diálogo social. A Câmara de Comércio e Indústria da Bulgária (BCCI) foi a primeira organização na Bulgária a promover em 2000 a Diretiva sobre Eco Design, que é o ponto de partida da economia circular.

Para a implementação da "Parte 2" da pesquisa realizada dentro do Good Wood Project, a Câmara de Comércio e Indústria da Bulgária e a Confederação do Trabalho "Podkrepa" aplicaram dois métodos para envolver as partes interessadas na indústria de processamento de madeira, para melhorar a sua atitude pró-ativa em relação à bio economia circular e ao diálogo eco social e à recolha dos seus pontos de vista. Esses dois métodos foram: uma mesa redonda durante uma reunião nacional e algumas entrevistas. O foco das discussões foram os seguintes tópicos:

1. Os principais obstáculos e desafios na introdução da economia bio circular no setor de processamento de madeira na Bulgária
2. O Impacto da economia bio circular sobre: o

desenvolvimento do setor, o diálogo social no setor, os gestores e funcionários do setor

Reunião nacional

O BCCI e o CL "Podkrepa" organizaram a 26 de junho de 2019 o Primeiro Encontro Nacional dos investidores do setor da madeira na Bulgária. 23 pessoas participaram do evento representantes de:

- Ramo Florestal
- Setores de processamento de madeira
- Indústria do mobiliário
- Parceiros do projeto.

A mesa redonda focou-se nos obstáculos, desafios e oportunidades relacionados à introdução da bio economia circular na silvicultura e no setor de processamento de madeira. Foi dada especial atenção à ligação entre a bio economia circular e o diálogo social no setor, bem como ao impacto nos gestores das empresas e nos trabalhadores do setor da transformação da madeira.

Foi dada especial atenção à ligação entre a bio economia circular e o diálogo social no setor, bem como ao impacto

nos gestores das empresas e nos trabalhadores do setor da transformação da madeira.

Entrevistas

Além do encontro nacional, a Câmara de Comércio e Indústria da Bulgária e a Confederação do Trabalho “Podkrepa” realizaram 5 entrevistas. Os inquiridos nas entrevistas eram representantes de organizações sectoriais e de secções sindicais do sector da transformação da madeira, que participam no diálogo social.

Os inquiridos nas entrevistas eram representantes de organizações sectoriais e de secções sindicais do sector da transformação da madeira, ativas no diálogo social. Na qualidade de organizações coletivas, representando as empresas do setor da transformação da madeira, os representantes das organizações sectoriais exprimiram a opinião coletiva dos respetivos membros. Os representantes dos sindicatos centraram-se no impacto da bio economia circular no diálogo social no setor da transformação da madeira.

O questionário para entrevistas inclui as seguintes questões principais:

- Quais são os desafios e obstáculos no setor de processamento de madeira?
- As abordagens circulares são introduzidas no setor e em que medida são aplicadas?

• Quais são os principais aspetos da bio-economia circular no setor das madeiras?

• Os gerentes e funcionários das empresas de processamento de madeira estão preparados para a introdução da economia circular?

• Qual a sua opinião sobre o efeito da bio-economia circular no diálogo social no setor?

• Tem alguma sugestão sobre a introdução da bio economia circular no setor de processamento de madeira?

Ambos os parceiros - a Câmara de Comércio e Indústria da Bulgária e a Confederação do Trabalho "Podkrepa" conduziram entrevistas com as seguintes partes interessadas:

- O Presidente da Câmara Secundária da Indústria de Madeira e Móveis da Bulgária
- O Presidente do Cluster de Móveis da Bulgária
- O Presidente da Associação de Usuários de Madeira da Bulgária
- Chefe da seção sindical sobre negociação coletiva - Southwestern State Enterprise - TP Forestry Blagoevgrad
- Chefe da seção sindical sobre negociação coletiva - Southwestern State Enterprise - TP Forestry Gotze Delchev.

2.3.2. Resultados

Os principais resultados do encontro nacional e das

OPINIÃO DOS STAKEHOLDERS

entrevistas em resumo abaixo;

1. Em relação aos défices, obstáculos, barreiras e desafios, as partes interessadas mencionaram:

- Baixa produtividade do trabalho
- Acesso difícil a financiamento
- Poucas oportunidades de acesso aos fundos estruturais da UE para investimento na renovação de equipamentos de exploração de madeiras, máquinas, linhas de produção e transporte da produção de madeira
- Apoio insuficiente por parte dos bancos nos projetos de investimento
- Baixa participação de territórios florestais certificados e empresas florestais certificadas
- Fraquezas das políticas e do quadro estratégico para o setor
- Défice de matérias-primas de origem sustentável, qualidade e preço competitivo, especialmente madeira dura
- Eficiência energética, os custos de energia da produção final são duas vezes mais elevados em comparação com os custos de energia médios da UE
- Os salários são os mais baixos da UE, o que é uma vantagem competitiva, mas também torna a indústria pouco atraente para os trabalhadores qualificados
- Os custos de produção são mais elevados em comparação com a média da UE
- Investimento insuficiente em tecnologia, inovações,

P&D etc.

2. As principais sugestões para a melhoria da situação no setor das madeiras na Bulgária são:

- O setor precisa de uma reestruturação e reformas consistentes para enfrentar a globalização acelerada e o aumento da concorrência
- Devem ser feitos esforços para alcançar posições de mercado sustentáveis
- Há necessidade de estratégia de mão de obra consistente no setor, visando mais e mais empregos de qualidade
- Há necessidade de uma estratégia de formação profissional visando padrões mais elevados de qualificação e qualificação profissional em sustentabilidade e bio economia circular
- É necessário fomentar uma atitude pró-ativa em nome dos trabalhadores e seus sindicatos na formulação, implementação e monitoramento de políticas
- A negociação coletiva no setor deve ser desenvolvida no contexto de um

“diálogo social verde”.

3. Propostas para apoiar uma ampla introdução de bio economia circular no setor de processamento das madeiras:

- Um compromisso de alto nível, com perspectivas de negócios de longo prazo. A implementação de modelos de negócios de economia circular requer uma mudança estrutural dentro das organizações. Nesse sentido, o comprometimento da alta administração é crucial. Ao ver a circularidade como uma oportunidade económica, por meio de estratégias a favor do planeamento e investimento de longo prazo, a alta administração pode facilitar a transição para a circularidade.
- O compromisso pessoal e a atitude dos trabalhadores são cruciais para a introdução de uma abordagem verde e circular. As empresas nas quais a circularidade está ligada a objetivos sociais, ética e espiritualidade podem melhorar o envolvimento da equipa. Abordagens com objetivos específicos são altamente motivadoras para os funcionários e,

OPINIÃO DOS STAKEHOLDERS

em última análise, permitem que as empresas atraiam e retenham talentos ao ganhar produtividade em ambiente vibrante e estimulante, marcado por uma equipa comprometida e motivada.

- É importante aumentar a consciência de que uma abordagem verde e circular significa aumentar a competitividade.
- Embora haja um consenso sobre a importância da economia circular, é necessária uma implementação mais ampla de modelos de negócios circulares.
- O processo precisa de novas abordagens de produção:

- Adoção de abordagens de ciclo de vida do produto
- Transparência e relatórios de informações não financeiras
- Relevância para atingir os objetivos de sustentabilidade (estratégias de RSE e Agenda 2030 da NU)
- Conscientização das partes interessadas e consumidores
- Compreensão total por todas as partes interessadas dos conceitos de valor, circularidade e suas oportunidades
- Estar ciente do potencial de criação de novos empregos
- Ambição de deixar uma pegada duradoura e inspiradora.

4) Outras reflexões

Encontrar novas oportunidades de negócios graças a uma abordagem verde e circular é crucial para manter a

participação de mercado e as receitas em um mercado muito competitivo. Empresas inovadoras e com visão de futuro podem obter vantagem competitiva sobre negócios mais estáticos, especialmente à luz da crescente consciência do consumidor sobre as questões de sustentabilidade. É necessário um envolvimento mais forte de todos os parceiros sociais para a introdução de aspetos ecológicos no diálogo social para o setor de processamento de madeira, especialmente para:

- Introdução de cláusulas ecológicas nos acordos coletivos
- Difundir melhores condições ambientais no setor que possam influenciar positivamente as condições de trabalho e a saúde e segurança dos trabalhadores
- Responder às novas “lacunas de habilidades” com formação contínua adicional, com foco em mudanças tecnológicas para uma abordagem de bio economia circular.

> 2.4. O painel em Portugal

2.4.1. INTRODUÇÃO

A Agenda das Nações Unidas de 2030, adotada pelos líderes mundiais em 2015, representa a nova estrutura de desenvolvimento sustentável global e define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É o compromisso de erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030 por todo o mundo, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Os ODS equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental. Sendo que fornecem objetivos concretos para os próximos 15 anos, focados, entre outros:

- Dignidade Humana
- Estabilidade regional e global
- Um planeta saudável
- Sociedades Justas e resilientes
- Economias prósperas.

O sector das madeiras em Portugal, é um exemplo primordial do uso em cascata de matérias primas por toda a cadeia de fornecimento. No entanto, são

inúmeras as oportunidades para potenciar a aquisição e aplicação dos princípios da Economia Circular e do Eco design no sector, principalmente na fase de projeto e design, bem como, a sua utilização inovadora de reciclados e produtos secundários como matéria-prima.

As empresas que desenvolvem atividades no sector da madeira em Portugal, apresentam um perfil muito tradicional e familiar e uma distribuição de dimensão média reduzida. As empresas estão dispersas pelas regiões Norte e Centro do país, desempenhando um papel muito importante na fixação da população em zonas de baixa densidade, potenciando dinâmicas empresariais locais que potenciam a criação de empregos e a oportunidade de aplicação de medidas de gestão sustentável das florestas, com base na necessidade de segurança de abastecimento de matéria-prima a médio longo prazo.

Simultaneamente, o elevado número de micro e pequenas empresas revela a falta de escala adequada para desenvolver, disseminar e aplicar iniciativas que visem valorizar as competências individuais dos trabalhadores, melhorar as ferramentas de gestão e o know-how dos gestores,

paralelamente ao aumento da consciência ambiental dos fornecedores e clientes.

A investigação que conduziu à elaboração deste relatório baseou-se em reuniões presenciais com Stakeholders relevantes, bem como, em telefonemas e conversas informais realizadas junto de eventos realizados. Abaixo estão listados alguns dos Stakeholders contactados:

- Carlos Ribeiro (Diretor de recursos Humanos do Grupo Vicaima, S.A. (Uma grande empresa industrial)
- Joaquim Cruz (Sócio-gerente / Carpintaria Chapim Concept (uma pequena carpintaria)
- Mário Silva (Engenheiro responsável pela produção e vendas) da Marpires (Empresa media em dimensões de mobiliário
- Diogo Luz (Inspetor Sénior da Serração Santa Luzia (uma pequena serração)
- Ricardo Andrade (Diretor Financeiro e Recursos Humanos da RIBADÃO – Serralharia e Derivados de Madeiras S.A. (empresa media/grande)
- António Magalhães, (Direção da SETACCOP – Sindicato da Construção, Serviços e Obras Publicas

Nos próximos capítulos, procura-se resumir e estruturar as perspetivas e opiniões recolhidos durante a pesquisa.

2.4.2. Oportunidades e aspetos críticos para empresas e trabalhadores

Foram vários os aspetos de convergência entre as opiniões levantadas, que refletem os principais pontos, que na visão dos Stakeholders, podem ser melhorados ou reformados e vistos como oportunidades para o desenvolvimento do sector.

Os principais desafios identificados pelas partes interessadas e envolvidas na pesquisa são apresentados abaixo;

O excesso de legislação em Portugal (tanto diretivas europeias, como legislações nacionais), podem ser avassaladores em alguns casos, no que diz respeito à responsabilidade e responsabilidade pela gestão de resíduos. As pequenas empresas preocupam-se em não cumprir toda a legislação de gestão de resíduos devido à falta de informação clara, preparação e qualificação dos seus trabalhadores, bem como da gestão.

São vários os exemplos de empresas que já implementam produtos ecológicos utilizando os principais conceitos de uma bio economia circular para maximizar o ciclo de vida dos seus produtos. Não só valorizam o aspeto económico, bem como, a responsabilidade social, considerando que devem incentivar seus trabalhadores dando exemplos significativos no que diz respeito à proteção ambiental.

Aumentar o número e a adequação das formações disponibilizadas em áreas específicas, principalmente direcionadas para ferramentas e tecnologias inovadoras de produção, bem como planeamento e garantia de qualidade. Isso poderia ser feito ampliando a oferta de pequenos cursos de formação que respondam às necessidades atuais das empresas.

Um conceito baseado na abordagem da análise do ciclo de vida está a ser implementado por algumas empresas, assumindo a forma de “guardião do produto” ou empresas sendo “guardiões de seus produtos”.

A responsabilidade ecológica começa com a escolha da matéria-prima, os primeiros processos de transformação e produção até o produto final. Todos os processos e materiais devem ser controlados afim de certificar que o produto final está em conformidade com um conjunto de critérios de eco design e que pode ser reutilizado ou reciclado após o seu ciclo de vida. Essas iniciativas voluntárias ou exigências do mercado podem promover uma atitude mais responsável para empresas e trabalhadores, com a consciência limpa de que estão a contribuir para uma economia circular mais verde.

O acordo coletivo de trabalho foi publicado em 2012 e está desatualizado neste momento. É

necessário harmonizar as categorias profissionais do sector das madeiras por toda a Europa, de forma a beneficiar a dinâmica do trabalho no mercado comunitário e definir claramente as competências e a progressão na carreira.

2.4.3. Valor acrescentado do diálogo social

O diálogo social deve ser reforçado e fortalecido para transformar os desafios atuais em oportunidades, tanto para os trabalhadores, como, para as empresas. Treinamentos específicos com o objetivo de melhorar as competências dos trabalhadores e adaptá-los às novas técnicas e tecnologias de produção exigidos pelas empresas e também pelos trabalhadores.

Os Stakeholders reconheceram que a grande força do diálogo social é a prevenção de conflitos sociais e também a possibilidade de adaptar as condições de trabalho a uma determinada atividade e à dinâmica do mercado. Além disso, foi referida a necessidade de fazer todos os ajustes necessários para melhorar a cobertura dos acordos coletivos aos números que existiam imediatamente antes do período de crise.

De acordo com o gráfico abaixo, houve um aumento do número de trabalhadores abrangidos por acordos coletivos, mas ainda existe um longo caminho a percorrer para atingir o nível de cobertura que existia em 2008.

A aplicação e negociação dos acordos coletivos em Portugal foi fortemente afetada pelo período da crise, desde 2008 até 2015 e tem vindo a recuperar desde então. Embora não tenha atingido o nível de cobertura que tinha em 2008, demonstra

que várias medidas estão a ser tomadas e que se trata de um tema de importância vital para a economia como um todo.

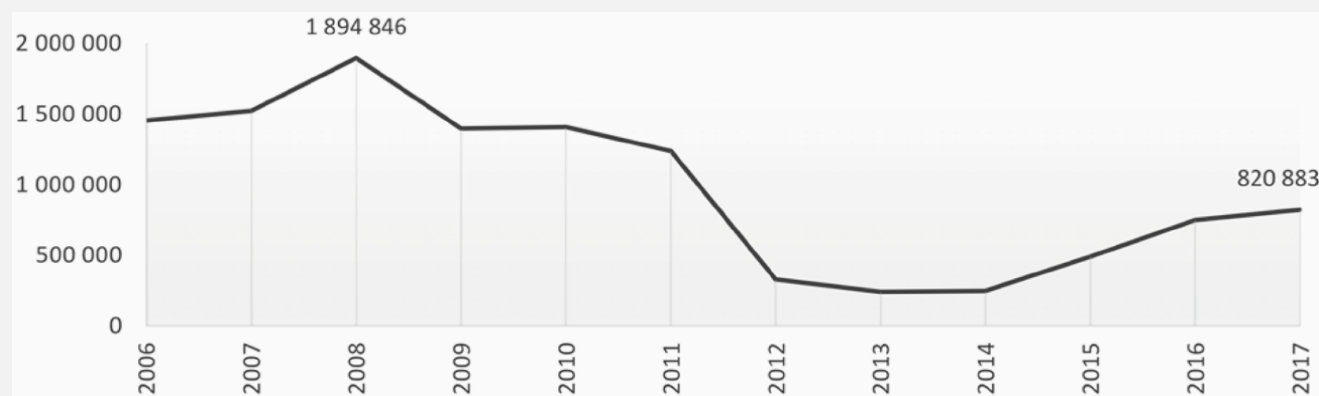
Foi transversal a todos os entrevistados que existe uma forte necessidade de conciliar a economia global com a defesa dos direitos sociais, dos direitos de negociação, que permitam que todas as empresas (de pequenas empresas às empresas de grandes dimensões) possam ser mais competitivas. Por isso, o diálogo social é muitas das vezes realizado a nível informal em algumas empresas, de forma a envolver os trabalhadores numa maior sensibilização para a economia verde e as implicações que esta pode ter em cada empresa.

O resultado final é de que se as empresas conseguirem reduzir os custos, adaptarem-se e incorporarem nos seus ativos uma maior consciência ambiental, sendo que irá refletir nas condições de trabalho e, apesar de não ser mencionado, terá um impacto positivo nos salários dos trabalhadores.

Figura 1:

Trabalhadores potencialmente abrangidos por convenções coletivas publicadas (novo ou renegociado) em Portugal.

Fonte: Livro Verde de relações laborais- Ministério do Emprego de Portugal



Além disso, foi de consenso generalizado a necessidade de melhorar a qualificação dos trabalhadores, ao combinar a educação formal e cursos de formação específicos. Contudo deverá ser feito com a colaboração de agências públicas de emprego (IEFP), centros de formação especializados especializados, escolas profissionais e universidades. Porque existem áreas de conhecimento transversais a todas as atividades, e também para podermos incorporar no sistema de formação e educação as práticas atuais da indústria, para nos prepararmos para os novos desafios dos novos modelos de negócio, e da incorporação dos conceitos de uma bio economia circular que deve ser considerada de forma integrada.

Outro aspeto importante foi a necessidade de reforçar / reinstaurar os contratos coletivos para ter um sector mais competitivo. Embora fosse ponto comum, existe também uma forte necessidade de ajustes no que diz respeito à descrição e cargos dos trabalhadores, afim de viabilizar uma indústria mais ágil.

03

EXEMPLOS DE DIÁLOGO SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE



> 3.1 Introdução

Partindo das ideias e informações partilhadas com os stakeholders ouvidos no âmbito do projeto, os parceiros do GOOD WOOD visaram também identificar experiências de diálogo social sobre sustentabilidade ambiental para o setor das madeiras. Na verdade, surgiu uma necessidade clara de projetos concretos: ainda sentimos falta de projetos que deveriam ser o resultado de um esforço comum dos parceiros sociais (empregadores e sindicatos) por um setor da madeira “verde e circular”. **Há uma forte necessidade de fortalecer o diálogo social sectorial nesta área, para criar modelos, ferramentas, caminhos compartilhados entre empresas /associações patronais e trabalhadores / sindicatos, com o envolvimento, também, de instituições locais.**

Nesta parte do relatório, três experiências são brevemente descritas que podem oferecer ideias e reflexões para novas ações.

Foram selecionados por serem a expressão de uma colaboração entre empregadores e sindicatos, em três áreas prioritárias, entre aquelas indicadas pelos investidores nos grupos focais e nas entrevistas que descrevemos na parte 2 anterior deste relatório; em particular:

- a primeira experiência representa um exemplo de acordo a nível europeu que delinea uma estratégia de diálogo social e, ao mesmo tempo, fornece elementos operacionais que podem ser utilizados por empresas individuais, com um papel ativo dos trabalhadores;
- a segunda experiência, ainda que se trate de um setor produtivo diferente da madeira, é um caso de negociação de segundo nível que inclui objetivos de sustentabilidade - uma espécie de ferramenta que os parceiros sociais consideraram crucial para a implementação eficaz de modelos de negócio sustentáveis e participativos;
- a terceira experiência, oferece um modelo de formação contínua em objetivos de sustentabilidade empresarial, concebida a partir do diálogo social e que visa a implementação de ações participativas por parte dos trabalhadores, da gestão e das partes interessadas.
- A quarta, apresenta o exemplo de um sistema de certificação que congrega várias dimensões de atuação para a promoção da cooperação entre os parceiros sociais direcionada à melhoria das condições de trabalho, a todos os níveis e, simultaneamente, para um processo produtivo ambientalmente responsável.



> 3.1. Acordo Europeu para a prevenção da exposição ao formaldeído

O "Acordo Autônomo sobre um Guia de Ação Europeia relativo à prevenção da exposição ao formaldeído na indústria europeia de painéis e conformidade com os limites de exposição ocupacional" foi assinado em 2018 entre a European Panel Federation (EPF) e a European Federation of Builders and Woodworkers (EFBWW).

Representa um exemplo de diálogo social a nível da UE sobre uma questão crucial para a sustentabilidade e um esforço conjunto para apoiar um modelo de: aprendizagem mútua entre parceiros sociais europeus, troca de experiências entre empresas, uma abordagem participativa dentro das empresas. O Acordo está resumido no modelo abaixo; uma entrevista de acompanhamento para EFBWW também é relatada.

Tipologia	Acordo voluntário entre os parceiros sociais do setor a nível da UE.
Período	O acordo foi assinado a 29 de novembro 2018 tendo uma duração de 3 anos. É o resultado de um projeto de dialogo social conjunto realizado por parceiros Sociais Europeus (EFBWW, CEI-Bois e EPF) entre março de 2017 e maio de 2019.
Objetivo	O objetivo é a implementação pró-ativa dos limites de exposição ocupacional (OELs) recomendados pelo Comitê Científico Europeu sobre Limites de Exposição Ocupacional ao formaldeído. Prevê a entrada em vigor de OEL vinculativos através da alteração da Diretiva 2004/37 / CE. O Acordo estabelece requisitos mínimos aplicáveis sem prejuízo das regulamentações europeias, nacionais ou sectoriais; o guia de ação é projetado para estar prontamente disponível para implementação nas fábricas. O guia de ação estabelece requisitos para a participação dos trabalhadores e um plano de ação que inclui uma avaliação de risco, medidas de prevenção, procedimentos para garantir a conformidade com o OEL e procedimentos de relatório.
Cobertura Geográfica e sectorial	Indústrias de painéis derivados de madeira na UE. O setor relevante da NACE é a 16.21 - Fabricação de folheados e painéis à base de madeira. Esta classe inclui: fabricação de chapas folheadas finas o suficiente para serem utilizadas em folheados, compensados ou outros fins; fabrico de contraplacado, painéis folheados e painéis e folhas de madeira laminada semelhantes; fabricação de painéis de fibra orientada (OSB) e outros painéis de partículas; fabricação de painéis de fibra de média densidade (MDF) e outros painéis de fibra; fabricação de madeira adensada; fabricação de madeira laminada com cola, madeira folheada laminada.
Parceiros Sociais envolvidos	Federação Europeia de Painéis (EPF); Federação Europeia de Construtores e Marceneiros (EFBWW).
Dialogo Social	O objetivo do acordo é promover a cooperação entre os parceiros sociais em todos os níveis, respeitando as diferentes culturas nas operações industriais. O resultado prático é a melhoria do nível de proteção dos trabalhadores da indústria de painéis. É o resultado de um projeto mais amplo que visa identificar os desafios enfrentados e as soluções oferecidas pelas indústrias madeireiras e desenvolver recomendações para as empresas e trabalhadores envolvidos.
Questões de Sustentabilidade	O formaldeído é uma substância muito bem investigada; pertence ao grupo dos compostos orgânicos voláteis e pode ser libertado no meio ambiente por processos naturais como incêndios florestais ou decomposição natural. Em suas aplicações industriais, pode potencialmente causar efeitos adversos à

	saúde e, portanto, é considerado um agente químico perigoso. O formaldeído é aplicado na produção de vários tipos de resina que são usados como adesivos e aglutinantes em muitas indústrias, incluindo madeira. Desde janeiro de 2016, o formaldeído é classificado como cancerígeno 1B de acordo com o Regulamento (CE) 1272/2008. Portanto, está sujeito à Diretiva da UE 2004/37 / EC sobre a proteção dos trabalhadores contra os riscos relacionados à exposição a carcinogêneos e mutagênicos no trabalho. Na altura em que o Acordo foi assinado, nenhum limite harmonizado para a exposição no local de trabalho foi estabelecido pela legislação europeia. A Diretiva 2019/983 atualizada foi adotada em 5 de junho de 2019 e será aplicada pelos Estados-Membros nos próximos anos. Assim sendo, o Acordo antecipou proactivamente tais mudanças relevantes tanto para a indústria quanto para os trabalhadores.
Fontes online	- http://www.cei-bois.org/wp-content/uploads/2018/12/JPSD-35-Press-release.pdf - https://europanel.org/wp-content/uploads/2018/12/Action-Guide-on-Formaldehyde-signed-on-28-Nov-2018-in-Lisbon.pdf - http://www.cei-bois.org/2018/12/06/perspectives-and-challenges-of-the-woodworking-industries-in-europe-1st-training-workshop-on-the-european-action-guide-on-formaldehyde/

Follow-up da entrevista com EFBWW sobre o estado da arte do “Guia de Ação Europeu em relação à prevenção do formaldeído”

A entrevista reúne uma avaliação geral do Guia de Ação e um feedback sobre o processo de implementação, tentando destacar obstáculos e avanços. Os principais resultados da entrevista são resumidos de acordo com as perguntas-chave formuladas.

Q. Quais são os principais aspetos da inovação e do valor acrescentado do Guia de Ação Europeu relativo à prevenção do formaldeído, a seguir ao Acordo de

Formaldeído (FA)?

A inovação e o valor agregado do FA podem ser vistos de duas perspetivas. Do ponto de vista político, traz um importante resultado concreto para o diálogo social da UE sobre um tema crucial para a saúde e segurança, promovendo:

- Aprendizagem mútua entre os parceiros sociais europeus
- Troca de experiências entre empresas
- Uma abordagem participativa no planeamento e execução dentro das empresas, com um novo papel ativo dos trabalhadores em todas as etapas: planeamento, execução, replaneamento e informação

- Recolha de dados a nível da UE.

Do ponto de vista técnico, fornece um método concreto para as empresas implementarem uma melhoria contínua na prevenção e no controle do formaldeído.

Q. Qual é o estado da implementação? O que pode ser feito para melhorar? Quais são os aspetos críticos, se houver?

Ainda estamos num estágio inicial na implementação do FA a nível nacional. O FA é um acordo voluntário, não vinculativo diretamente a nível nacional, portanto, agora deve ser negociado a nível nacional. Do ponto de vista técnico, os principais obstáculos à implementação estão relacionados com: idioma (ou seja, uma tradução correta em todas as línguas da UE), técnicas de medição (como, onde medir), consciência e competências a nível da empresa (gestão e

trabalhadores); sensibilização e competências dos parceiros sociais. R. Gehring destaca que todos os pontos críticos acima são agora enfrentados por meio de um projeto recém-iniciado da UE. O projeto irá fornecer: uma tradução técnica do FA em todas as línguas da UE; seminários de formação de formadores para trabalhadores; formar formadores para parceiros sociais. Do ponto de vista político, o ponto crítico é a vontade dos partidos sociais de adotar a FA a nível nacional. Recorde-se que a FA propõe uma abordagem que se consolida na Alemanha (desenvolvida pelo Seguro Paritário de Acidentes), ou seja, a “Estratégia Conjunta de Saúde e Segurança” onde as partes coordenam estritamente as suas atividades na área da prevenção. Agora, para a FA, as negociações a nível nacional são a chave: é uma questão de usar a negociação como uma forma única de enfrentar um desafio crucial para a saúde e segurança.

Por exemplo, na Itália, conforme sublinhado por M. Landolfi, haveria agora a oportunidade de incluir o conteúdo do FA no acordo coletivo do setor em renovação. Por exemplo. Uma forte experiência foi feita na Itália no contexto da emergência COVID, onde os parceiros sociais italianos concordaram com protocolos de segurança muito concretos e rígidos, tendo um papel pró-ativo muito importante em relação aos Ministérios competentes. Além disso, o ponto crítico parece o profundo impacto na organização da empresa e em particular nos

procedimentos de prevenção e medição de riscos. Este obstáculo poderia ser superado através da introdução de medidas progressivas / transitórias, fixando intervalos e, o mais importante, estabelecendo uma abordagem participativa no plano de ação ao nível da empresa. Outro aspeto fundamental é a consciencialização dos trabalhadores sobre o tema: devem estar cada vez mais informados e treinados para se tornarem partes interessadas proactivas dentro da empresa.

Q. O FA poderia representar um modelo de cooperação e / ou abordagem metodológica replicável noutros âmbitos do “desafio verde e circular” para o setor das madeiras?

Sim absolutamente. A abordagem participativa proposta no FA é um modelo que pode ser adotado para outras questões de S&S e, de forma mais geral, sobre sustentabilidade ambiental ou aspetos como a educação profissional, pois pode reforçar:

- Parceria social e partilha de dados a nível da UE, nacional e empresarial
- Uma maior aceitação de novas regras e comportamento (de baixo para cima)
- a participação (e / ou representação) dos trabalhadores e o envolvimento dos trabalhadores nos processos de aprendizagem.

EXEMPLOS DO DIÁLOGO SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Uma reflexão final é feita sobre a importância dos projetos da UE nestas questões: os parceiros sociais devem promover projetos transnacionais sobre competências e projetos de investigação socioeconómica multidisciplinar (novos materiais, ergonomia, inovação tecnológica e mudanças organizacionais) para tornar o Acordo Verde “tornado realidade”. Em seguida, os resultados dos projetos devem ser capitalizados de forma mais intensiva a nível nacional e as diretrizes da UE decorrentes de projetos amplamente aplicadas e implementadas a nível nacional / local.



> 3.2. A experiência de um acordo suplementar nível II abordando a questão das emissões de CO2

Abaixo, descrição de um acordo de negociação de segundo nível de um grupo industrial primário de cimento. O acordo prevê um bônus de desempenho aos colaboradores, também com base no cumprimento da meta de sustentabilidade que consiste na redução das emissões de CO2. A experiência, apesar de suas peculiaridades, também pode oferecer ideias úteis para o setor das madeiras.

A prática em resumo	Acordo de negociação de nível II de um importante grupo industrial de cimento. O acordo prevê bônus de desempenho aos colaboradores, também com base no cumprimento do objetivo de sustentabilidade com foco na redução de emissões de CO2
Período	Novembro 2019
Alcance	Contribuir para a implementação dos princípios da sustentabilidade ambiental através das políticas da empresa que vinculem a atribuição do prêmio de desempenho aos colaboradores ao parâmetro - entre outros - de redução das emissões de CO2.
Cobertura Geográfica	10 Empresas de grupo por toda a Itália
Introdução	O setor industrial de extração e produção de cimento, semelhante em impacto ao setor químico, é caracterizado por um uso massivo de energia e um alto nível de emissões de CO2 e poeira. O processamento é considerado uma especialização produtiva altamente poluente, tanto para os trabalhadores como para o ambiente envolvente. A presença de uma fábrica deste tipo num território suscita atenção e preocupação por parte da população (que em parte corresponde aos trabalhadores) e implica a necessidade de abordar a “questão” da sustentabilidade da fábrica no que diz respeito ao meio envolvente. No que se refere ao setor, três fatores devem ser considerados: - a importância do fator humano no processo produtivo: hoje a produção de cimento assenta numa forte componente tecnológica e de automação, na qual, no entanto, o papel humano no controlo dos parâmetros é generalizado e fundamental em toda a cadeia produtiva; - o setor passou por uma crise profunda que levou a fases delicadas de reestruturação e consolidação com um forte envolvimento dos sindicatos e um compromisso com a negociação de Nível II; - os trabalhadores são sensíveis às questões ambientais. A empresa em questão apresenta os três fatores descritos acima, e hoje é um grupo multinacional estruturado, com um processo de produção tecnológico, uma gestão consolidada das relações industriais e um forte foco dos trabalhadores nos riscos ambientais. A empresa também participa de um projeto europeu que aborda a questão do armazenamento de CO2, por meio de um complexo processo de solidificação.
Dialogo Social/partes envolvidas	Estiveram diretamente envolvidos os seguintes atores: a Coordenação Nacional da Estrutura Sindical Unitária do Grupo assistido pelas secretarias nacionais da Feneal -UIL, Filca Cisl, Fillea CGIL; os representantes do grupo industrial, assistidos pela associação patronal da indústria. Este tipo de negociação complementar de nível II advém da colaboração dos parceiros sociais ao nível da empresa. Os trabalhadores mostraram-se sensíveis à questão ambiental e apreciaram a abordagem da administração para a negociação de Nível II. Os sindicatos deram um contributo decisivo para o desenvolvimento e definição do acordo, nomeadamente no que se refere à identificação e melhoria dos aspetos regulatórios e dos indicadores económicos. As negociações viram o envolvimento e a participação dos trabalhadores por meio de reuniões entre a direção da empresa e a Coordenação Nacional da Estrutura Sindical Unitária do Trabalho. Isso contribuiu para criar uma consciência geral. Como acordo complementar, foi assinado entre os trabalhadores e a empresa. Como avaliação ex post, a implementação das disposições de sustentabilidade contidas no acordo pode ser avaliada ex post, numa base anual, a partir do final do primeiro ano de implementação (final de dezembro de 2020).

Sustentabilidade Ambiental	O aspeto da sustentabilidade está ligado à redução das emissões diretas de CO ₂ (medidas em kg de CO ₂ por tonelada de cimento produzida). A redução de emissões na fase de produção está intimamente relacionada a um mecanismo de bônus calculado com base em uma tabela que combina os valores de melhoria (Kg / t / & = Kg de CO ₂ em toneladas de produto) e o valor do bônus.
Beneficiários e outros investidores	Os trabalhadores são beneficiários diretos do contrato complementar Nível II e possuem duas vantagens imediatas: a) o pagamento de bônus por desempenho, vinculado à redução da produção e das emissões de CO ₂ ; b) a melhoria do ambiente de trabalho e do “clima” empresarial. O empregador é também beneficiário: a) pela elevação dos padrões de produtividade e eficiência; b) para a melhoria do ambiente de trabalho e do “clima” empresarial. O compromisso com a redução das emissões de CO ₂ obviamente traz benefícios ao território e à comunidade.
Impacto	O acordo abrange mais de 1.000 trabalhadores em 10 fábricas em todo o país.
Inovação	A decisão de identificar um indicador de sustentabilidade mostra um claro desejo de focar no caminho nobre da competitividade e não na redução de custos: esta escolha traz consigo uma série de consequências extremamente positivas, como a necessidade de fazer investimentos com foco na eficiência da produção, processos e qualidade dos produtos, a ativação de novos métodos organizacionais e formativos adequados para permitir o cumprimento das normas de proteção do ambiente e segurança no trabalho e o envolvimento dos trabalhadores.
Fatores Críticos fatores/restrições	Ainda é cedo para estimar os efeitos do acordo, que serão mensurados nos próximos anos. Isso levará pelo menos três anos. Quaisquer críticas e restrições virão da aplicação do acordo na prática diária.
Replicabilidade	No que se refere ao setor das madeiras, certamente pode-se supor que essa experiência seja replicável. No entanto, há que ter em consideração que a questão ambiental no sector da madeira continua a ser percebida principalmente como uma opção empresarial e não como uma questão de impacto geral também no ambiente envolvente. No setor de madeira, o controle das partes interessadas externas da empresa é menos rigoroso do que no setor de cimento. Os seguintes elementos devem ser considerados entre as condições que podem favorecer / preparar a replicabilidade no setor das madeiras: a) acordos de cadeia de suprimentos (como no setor de construção), por sugestão de sindicatos, que abordem questões ambientais; b) formação em questões ambientais para trabalhadores e empregadores; c) ação das autoridades locais; d) aumentar a consciência do consumidor sobre as questões ambientais relacionadas à produção do setor. De qualquer forma, o desejo de tornar essa experiência replicável é inerente à opção pela adoção de uma “cultura da sustentabilidade” na empresa e na sociedade.
Lições retiradas	A mensagem principal é que inovações desse tipo também passam pela sensibilidade e visão do empregador. Considerar esta experiência como uma boa prática de diálogo social é uma escolha importante porque: - é um exemplo de interação ambiental positiva entre território, trabalhadores e empresas; - combina a questão da sustentabilidade com objetivos concretos e facilmente identificáveis; - aborda o desafio da sustentabilidade em um setor difícil com altos custos de energia, margens baixas e uma má reputação para o meio ambiente. O curto período de tempo decorrido desde a entrada em vigor do Acordo torna difícil, no entanto, avaliar o seu impacto (a curto e médio prazo) e os elementos de transferibilidade para o setor das madeiras ainda não podem ser claramente identificados.

> 3.4 Um projeto piloto de formação conjunta sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O caminho de formação-ação “Rumo a um negócio sustentável com os ODS como bússola!” é um projeto realizado pela WOODWIZE, a organização sectorial paritária para o setor das madeiras e móveis da Bélgica; representa um exemplo de visão conjunta, compartilhada por sindicatos e associações patronais. Uma abordagem participativa é proposta para as empresas, promovendo um envolvimento pró-ativo dos trabalhadores no alcance dos objetivos de desenvolvimento da sustentabilidade.

Tipologia	Projeto de formação
Período	Planeado para Setembro – Dezembro 2020 - 8 dias e meio
Alcance	Nesta formação inspiradora orientado para a prática, os ODS são usados como uma bússola para levar as empresas a um caminho inspirador e instrutivo sobre sustentabilidade. Para começar e permitir o monitoramento do progresso, uma ferramenta útil foi criada pela Trendhuis, o SDG-fitplan. Os participantes estão informados e impressionados sobre a inevitabilidade da RSE hoje e como os ODS atuam como bússola e balizas. E, claro, a formação mostra seu quinhão de empresas belgas modelo no setor de madeira e móveis quando se trata de sustentabilidade.
Cobertura Geográfica	Região de Flanderes, BE.
Parceiros sociais envolvidos	Sindicatos e associações patronais da Indústria Belga das Madeiras e Móveis: ACV BIE (Sindicato da Construção, Indústria e Energia), ABVV-AC e ACLVB (Confederação Geral), Fedustria (Confederação Belga das Indústrias de Madeira, Móveis e Têxteis), Bouwunie (Confederação de Construção) e Belgische Houtconfederatie (Confederação Belga de prestadores de serviços florestais e indústrias de serralharia).
Diálogo Social	O projeto foi executado pela WOODWIZE, a organização paritária sectorial do setor das madeiras e móveis em BE. No “guia de aprendizagem inspirador” fornecido, os exemplos propostos são todos realizados em consenso com empregadores e empregados.
O contexto	A indústria das madeiras e do mobiliário enfrenta desafios importantes. A matéria-prima “madeira” está cada vez mais escassa, os preços da matéria-prima a subir, a rentabilidade e a competitividade estão sob pressão, é cada vez mais difícil atrair (jovens) profissionais. Junto com as empresas de madeiras e mobiliário, a WOODWIZE quer apoiar um futuro sustentável, com olhar para as questões económicas e de emprego, com respeito às pessoas e ao meio ambiente. No entanto, atualmente o conceito de sustentabilidade às vezes é usado de forma inadequada. Na indústria da madeira e do mobiliário, a sustentabilidade tem um significado especial. Não pelo menos uso da madeira, um material naturalmente sustentável, que é um dos pilares (básicos) do empreendedorismo sustentável. No entanto, a sustentabilidade não significa apenas uma política de matéria-prima responsável (como o uso de madeira de florestas manejadas de forma sustentável), mas a sustentabilidade também precisa se concentrar na (formação de) funcionários, cumprimento da legislação ambiental local, consumo responsável de energia e de forma mais geral, o próprio negócio. Muitas empresas do setor das madeiras e mobiliário querem investir no empreendedorismo sustentável. Mas necessitam de orientação, conhecimento e ferramentas fáceis de usar. Durante a formação, as empresas são apoiadas no desenvolvimento de um processo estruturado de sustentabilidade, adaptado às necessidades da própria empresa. O conteúdo didático é adaptado para o setor das madeiras e mobiliário, com alguns depoimentos práticos inspiradores. No final da formação, os participantes vão para casa com um “plano de adaptação aos ODS”, adaptado à sua empresa.

Contribuição por parte dos parceiros sociais	Para desenvolver um plano de adequação aos ODS específico da empresa, é necessário criar um “grupo de trabalho para o empreendedorismo sustentável”. Este grupo de trabalho garante que a política de sustentabilidade seja implementada de forma eficaz e eficiente. O grupo de trabalho é composto por funcionários de vários departamentos e representantes dos funcionários. Os representantes sindicais desempenham um papel crucial no convencimento dos “não crentes”. Cabe aos representantes sindicais, em conjunto com os demais integrantes do grupo de trabalho, informar a todos os colaboradores sobre a importância de participar como empresa na realização dos objetivos dos ODS até 2030. Dessa forma, a política de sustentabilidade passa a ser um item recorrente na agenda do diálogo social na empresa.
Beneficiários	Funcionários, gerência, executivos, fornecedores, clientes.
Metodologia	A formação “Rumo a um negócio sustentável com os ODS como bússola!” é montado em torno de 8 dias e meio, repartidos por um período de 2 meses. Ao final do treinamento, cada empresa participante será capaz de trabalhar com seu próprio plano de adaptação aos ODS. Este plano de adaptação aos ODS será desenvolvido durante as sessões de formação e é adaptado às necessidades específicas da empresa. Os participantes necessitam de fazer uns trabalhos de casa entre duas sessões. O trabalho feito em casa será discutido durante o próximo dia da formação, para que os participantes também aprendam uns com os outros. Três ou quatro casos das indústrias das madeiras e mobiliário serão apresentados como boas práticas. Dia 1 A inevitabilidade dos negócios sustentáveis. Dia 2 Rumo à responsabilidade social. Dia 3 As 4 etapas do plano de adaptação ao ODS: Etapa 1: Desenvolvimento (parte 1) Dia 4 As 4 etapas do plano de adaptação ao ODS: Etapa 1: Desenvolvimento (parte 2) Dia 5 As 4 etapas do plano de adaptação ao SDG: Etapa 2: Integração Dia 6 As 4 etapas do plano de adaptação ao ODS: Etapa 3: Realização Dia 7 As 4 etapas do plano de adaptação ao SDG: Etapa 4: Medição Dia 8 Construindo uma empresa sustentável: Construindo células e liderança
Validação	Para validar os resultados da formação e o plano de adaptação aos ODS, um momento de acompanhamento (1/2 dia), +/- 1 ano após formação, é organizado. Durante esse acompanhamento, as empresas participantes trocam experiências e aprendem com os sucessos e obstáculos umas das outras.
Impacto	O plano de adaptação aos ODS é um “método de crescimento e acompanhamento” estruturado para um negócio sustentável. É um plano passo a passo, de fácil compreensão, de fácil implementação; ajustes podem ser feitos com base nas medições. O plano de adaptação aos ODS começa avaliando (por autoavaliação) os níveis dos 25 domínios de trabalho definidos. Esse questionamento dá à empresa uma visão clara de sua abordagem de sustentabilidade. Com uma avaliação de impacto, a empresa mapeia os efeitos duradouros. Diz respeito tanto ao impacto positivo quanto ao negativo. Com uma análise de materiais, as empresas determinam quais temas são importantes para sua organização, no marco de uma sociedade sustentável. São consideradas duas dimensões: por um lado o impacto na sociedade e, por outro, o que é relevante para a própria empresa. O desafio de adaptação aos ODS é a última “medição” no plano de adaptação aos ODS. Com o desafio de adaptação aos ODS, “atenção”, “esforço” e “resultado” (AER) no campo dos vários ODS são questionados e visualizados. Ao repetir isso regularmente, de preferência anualmente, a empresa pode determinar a evolução, ficará mais atenta ao empreendedorismo sustentável e poderá expandir ainda mais as quatro etapas do plano de adequação aos ODS.
Inovação	Este caminho é uma nova forma de integrar a sustentabilidade em todos os processos da empresa e com o envolvimento de todos os investidores dentro e ao redor das empresas participantes
Fatores Críticos	As empresas devem ter uma ambição de sustentabilidade. É necessário o apoio dos gerentes para dar ao processo e à política de sustentabilidade uma chance de sucesso. Deve haver suporte em diferentes níveis; orçamento e tempo devem ser alocados. Além disso, o valor financeiro do empreendedorismo sustentável é difícil de ser medido

Conclusão	O plano de adaptação SDG é um “método de crescimento e acompanhamento” estruturado no qual os funcionários e as várias partes interessadas de uma empresa devem estar envolvidos. Pode inspirar pequenas e grandes empresas, no desenvolvimento específico de suas próprias empresas de empreendedorismo sustentável. É um plano passo a passo que pode ser utilizado tanto por empresas que ainda não começaram com o empreendedorismo sustentável, quanto por empresas que já começaram com esse tipo de abordagem.
Proprietários da prática	WOODWIZE, em conjunto com TRENDHUIS
Contactos	Mr. Jeroen Doom, director of WOODWIZE (jeroen@woodwize.be), Ms. Jenny Van Damme, consultant for WOODWIZE (jenny@woodwize.be), Ms. Nathalie Bekx, CEO of TRENDHUIS (nathalie.bekx@trendhuis.be)

> 3.5 CNUF® - Urna Ecológica Certificada

AIMMP criou e desenvolveu a CNUF®, um ambicioso esquema de certificação que visa garantir a produção de urnas funerárias ecológicas, apoiado em critérios definidos e sob a avaliação de conformidade.

As urnas certificadas CNUF® são feitas de espécies de madeira facilmente degradáveis, estofados com fibras vegetais naturais, vernizes e colas com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis e formaldeído, além de uso limitado de metais.

Isto é um exemplo de como uma necessidade apresentada pelo mercado foi atendida pela indústria, através da sua associação sectorial, promovendo a melhoria das condições de trabalho, saúde e segurança dos colaboradores, bem como, a sensibilização para a utilização de produtos com baixo impacto ambiental na produção de urnas para sepultura e cremação.

Tipologia	Esquema de verificação voluntário para a fabricação de urnas ecológicas.
Período	O esquema de certificação foi lançado em 2014, resultado de um esforço conjunto da AIMMP, fabricantes de urnas e agências funerárias. CNUF® é uma marca registada no EUIPO.
Objetivo	O esquema de certificação voluntária CNUF® foi desenvolvido com dois objetivos fundamentais: - Em resposta às exigências dos trabalhadores da indústria de fabrico de urnas, que exigem o uso de matérias primas menos nocivas e ecológicas, especialmente no que diz respeito aos produtos de revestimento e colas. - Responder à necessidade da existência de urnas ecológicas certificadas, demonstrada pelo mercado, em particular pelas agências funerárias, garantindo o cumprimento das normas nacionais relativas à proteção de solos e poluição do ar. - A implementação dos requisitos do esquema de certificação na indústria das urnas funerárias levou à necessidade de melhorar o controlo em vários aspetos relacionados com o processo de produção, a um maior envolvimento por parte dos trabalhadores, mais formação e aquisição de novas competências.
Cobertura geográfica e sectorial	Indústria de transformação da madeira. O sector relevante da NACE é o 32 – Outras indústrias de transformação, principalmente o código 32995 – Fabrico de caixões
Parceiros Sociais envolvidos	Associação Portuguesa das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP); Conselho Nacional de Fabricantes de Urnas Funerárias (CNUF); SETACCOP – Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços.
Questões Sustentabilidade	Enterros e cremações são potenciais fontes de poluição do solo e respetivamente do ar atmosférico. Por esse motivo, a utilização, na produção de urnas, de espécies de madeira facilmente degradáveis, produtos de revestimento com baixa emissão de COV e formaldeído, bem como fibras têxteis biodegradáveis é de grande importância.

	Produtos de revestimento e colas com elevada percentagem de COV representam um grande perigo para os trabalhadores, podendo causar efeitos adversos à saúde. Em instalações de cremação, durante o processo de combustão, esses produtos químicos, altamente voláteis, podem causar mau funcionamento e até explosões inesperadas. O formaldeído, por meio da lixiviação, aumenta o potencial de produção de nitratos nos solos, levando à contaminação das águas subterrâneas.
Fonte:	- https://cnuf.pt/



Anexo - “Good Wood” Glossário

Este glossário foi compartilhado entre os parceiros “Good Wood” a fim de adotar uma base de conhecimento comum e uma definição compartilhada das principais palavras-chave do projeto.

(1) Dialogo Social /Dialogo Social Europeu SOCIAL

De acordo com a Comissão Europeia, o diálogo social refere-se a ‘discussões, consultas, negociações e ações conjuntas envolvendo organizações que representam os parceiros sociais - empregadores e trabalhadores. O diálogo social é a característica dominante das relações laborais coletivas na Europa, como reconhece a comunicação da Comissão O diálogo social europeu, uma força para a inovação e a mudança (COM (2002) 341) de 26 de junho de 2002.

Fonte: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions - February 2019

O diálogo social é uma componente fundamental do modelo social europeu. Permite que os parceiros

sociais (representantes da administração e dos trabalhadores) contribuam ativamente, incluindo através de acordos, para a conceção da política social e de emprego europeia. A BASE JURÍDICA encontra-se nos artigos 151.º a 159.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Os objetivos são definidos no artigo 151.º do TFUE, a promoção do diálogo entre os parceiros sociais é reconhecida como um objetivo comum da UE e dos Estados-Membros. O objetivo do diálogo social é melhorar a governação europeia através do envolvimento dos parceiros sociais na tomada de decisões e na implementação.

Fonte:

http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/en/FTU_2_3.7.pdf

(2) BIO ECONOMIA

A bio economia abrange a produção de recursos biológicos renováveis e sua conversão em

alimentos, rações, produtos de base biológica e bioenergia. Inclui agricultura, silvicultura, pesca, alimentos e produção de celulose e papel, bem como partes das indústrias química, biotecnológica e energética. Seus sectores têm um forte potencial de inovação devido ao uso de uma ampla gama de ciências (ciências da vida, agronomia, ecologia, ciência alimentar e ciências sociais), possibilitando tecnologias industriais (biotecnologia, nano tecnologia, tecnologias de informação e comunicação (TIC) e engenharia), e conhecimento local e tácito (CE, 2012).

Fonte: <https://www.eea.europa.eu/publications/circular-economy-and-bioeconomy>

(3) ECONOMIA CIRCULAR

Uma economia que é restauradora e regenerativa por design. Tem como objetivo manter a utilidade de produtos, componentes e materiais e retêm seu valor (Ellen

MacArthur Foundation, 2013).

Os 5 critérios fundamentais da Economia Circular:

1. Eco design: desenhar produtos utilizando-os em final de vida, portanto com características que permitirão a sua desmontagem ou renovação
2. Modularidade e versatilidade: dando prioridade à modularidade, versatilidade e adaptabilidade do produto
3. Energias renováveis: Dependência da energia produzida por fontes renováveis e o rápido abandono do modelo energético baseado nas fontes fósseis
4. Abordagem em ecossistema: Pensamento em design, cuidar do entre sistema e considerando as relações de causa-efeito entre os diferentes componentes
5. Recuperação de materiais: promover a substituição de matérias-primas virgens por matérias-primas secundárias oriundas de cadeias de recuperação que preservem suas qualidades.

Fontes:

<https://www.eea.europa.eu/publications/circular-economy-and-bioeconomy>

<http://www.economiacircolare.com/>

<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/circular-economy/concept>

(4) BIO ECONOMIA CIRCULAR

Baseia-se nas sinergias da economia circular e nos conceitos da bio economia. Até agora, esses dois paradigmas foram desenvolvidos em paralelo, mas agora é necessário conectá-los para que se fortaleçam. A bio economia abrange todos os sectores e sistemas que dependem de recursos biológicos (animais, plantas, microrganismos e biomassa derivada, incluindo resíduos orgânicos), suas funções e princípios. Como tal, é um elemento central para o funcionamento e o sucesso da economia da UE.

Uma bio economia forte e sustentável pode ajudar a enfrentar os muitos desafios ambientais e socioeconómicos que a Europa enfrenta: mudanças climáticas, poluição plástica dos oceanos, o êxodo das comunidades rurais e costeiras, para citar apenas três

Fontes:

[https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f57a0695-04d9-11e9-adde-](https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f57a0695-04d9-11e9-adde-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-84695789)

[01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-84695789](https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f57a0695-04d9-11e9-adde-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-84695789)

<https://www.efi.int/publications-bank>

<https://www.eea.europa.eu/publications/circular-economy-and-bioeconomy>



Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva dos parceiros do projeto Good Wood e não replete, necessariamente, a visão da União Europeia

